

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 10 DE DEZEMBRO DE 2013

NÚMERO 6.634

## MESA

Joares Ponticelli  
**PRESIDENTE**

Romildo Titon  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**1º SECRETÁRIO**

Nilson Gonçalves  
**2º SECRETÁRIO**

Manoel Mota  
**3º SECRETÁRIO**

Jailson Lima  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Aldo Schneider

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Carlos Chiodini

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Ana Paula Lima

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dóia Guglielmi

**DEMOCRATAS**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: Angela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO SOCIALISMO E  
LIBERDADE**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascarí  
Jean Kuhlmann  
Ana Paula Lima  
Dirceu Dresch  
Serafim Venzon  
Narcizo Parisotto  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Volnei Morastoni  
Gelson Merisio  
Aldo Schneider  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Edison Andrino  
Moacir Sopelsa  
Reno Caramori  
Dóia Guglielmi  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Dirceu Dresch  
Aldo Schneider  
Renato Hinnig  
Angela Albino

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Taxista Voltolini - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Aldo Schneider  
Edison Andrino  
Dado Cherem  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Silvio Dreveck  
Neodi Saretta  
Luciane Carminatti  
Renato Hinnig  
Antonio Aguiar  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascarí  
Dirceu Dresch  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dóia Guglielmi

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Gelson Merisio  
Dirceu Dresch  
Carlos Chiodini  
Moacir Sopelsa  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente  
Taxista Voltolini - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Altair Silva  
Dirce Heiderscheidt  
Edison Andrino  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente  
Jorge Teixeira  
Darci de Matos  
Altair Silva  
Luciane Carminatti  
Volnei Morastoni  
Moacir Sopelsa  
Antonio Aguiar  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Gilmar Knaesel  
José Milton Scheffer

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Reno Caramori  
Ana Paula Lima  
Renato Hinnig  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Altair Silva  
Ismael dos Santos  
Sargento Amauri Soares  
Carlos Chiodini  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente  
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente  
Reno Caramori  
Volnei Morastoni  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente  
Antonio Aguiar - Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
Sargento Amauri Soares  
Jorge Teixeira  
Mauro de Nadal  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Volnei Morastoni  
Mauro de Nadal  
Taxista Voltolini  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Altair Silva  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice-Presidente  
Antonio Aguiar  
Dado Cherem  
Reno Caramori  
Gelson Merisio  
Sargento Amauri Soares

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 36 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 100ª Sessão Ordinária realizada em 31/10/2013.....2 Ata da 101ª Sessão Ordinária realizada em 05/11/2013.....9</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Audiência Pública ..... 18 Ata de Comissão Permanente.....25 Portarias.....27 Redações Finais .....28</p>
---	--	--

## P L E N Á R I O

# ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2013

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada

Ana Paula Lima, em nome de quem cumprimento todas as mulheres e a nossa equipe de colaboradores, composta por pessoas que contribuem para que esta Casa funcione perfeitamente.

Deputada Ana Paula Lima, ontem tivemos a aprovação da PEC que acabou com o voto secreto, mas hoje abro os jornais e vejo, deputado Sargento Amauri Soares, que o Judiciário catarinense absolveu, lamentavelmente, as pessoas que levaram R\$ 2,5 milhões, deputado Altair Silva, do caso Andrea Bocelli em Florianópolis. Levaram a bagatela de R\$ 2,5 milhões e foram absolvidos. De fato, ficamos indignados e a sociedade catarinense deve estar também com uma notícia dessas. Essa posição do Judiciário catarinense nos decepcionou, pois temos a função de cobrar isso, de apurar fatos como esse.

Mas também há boas notícias. Na terça-feira passada participamos de um almoço com a nossa bancada e convidamos a reitora Maria Clara Kaschny Schneider, do Instituto Federal de Santa Catarina, deputada Ana Paula Lima, que nos informou que aquele educandário será instalado em São Lourenço do Oeste, que é um município importante em termos de grandes empresas e de agricultura.

Como era uma região que ainda não havia sido atendida pelo Instituto Federal, lutamos juntamente com os demais deputados,

especialmente o deputado federal Pedro Uczai, e finalmente tivemos a boa notícia de que a prefeitura de São Lourenço do Oeste colocou à disposição do Instituto Federal as instalações de uma escola municipal que não estava sendo aproveitada, para que ele possa começar a funcionar imediatamente. A reitora nos garantiu, inclusive, que assim que forem resolvidos os problemas referentes à documentação, os cursos já começarão a funcionar naquele município, o que deve acontecer já no início do ano que vem.

Outra notícia que quero trazer a esta Casa é que estivemos no último sábado, na cidade de Concórdia, na entrega das máquinas às prefeituras. A nossa ministra Ideli Salvatti também esteve lá, assim como outras lideranças, para fazer a instalação de um *campus* da Universidade Federal Fronteira Sul na região do alto Uruguai, assim como aconteceu no extremo oeste.

Esse compromisso foi firmado desde a instalação da UFFS, ocasião em que o MEC se comprometeu a implementar um *campus* em Concórdia e outro em São Miguel d'Oeste.

Então, para nós são boas notícias, pois aquela região historicamente esteve abandonada pelo ensino público estadual e federal. Mas vamos continuar a nossa luta para termos um *campus* da Udesc também no oeste. Em breve teremos a presença do Instituto

Federal em São Lourenço do Oeste e em outras áreas daquela região.

Sr. presidente, quero abordar agora outro tema importante, especialmente para as pequenas agroindústrias familiares. A Lei n. 12.873, aprovada em 24 de outubro de 2013, foi uma enorme conquista para a agricultura familiar, pois garante a manutenção da condição de segurado especial da Previdência aos agricultores familiares mesmo que trabalhem com agroindustrialização, turismo rural ou artesanato. Garante também a aposentadoria por acidente e facilita o acesso ao crédito fundiário. O agricultor já tinha a garantia de pensão por invalidez ou doença, mas quando sofria um acidente, como a perda de uma mão, por exemplo, as dificuldades para conseguir a aposentadoria eram enormes. Agora essa questão foi regulamentada por essa lei.

Durante o ano de 2013, por duas vezes o ministro da Previdência e as organizações da agricultura familiar do Brasil discutiram esse tema, que felizmente foi clareado e legalizado com a aprovação da Lei n. 12.873.

Então, essa é mais uma conquista importante para a agricultura familiar de Santa Catarina, onde há milhares de agricultores agregando valor. São grandes as perspectivas para os agricultores, para as associações, para a geração de emprego e renda e para o desenvolvimento dos nossos municípios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, que mais nos acompanha na manhã desta quinta-feira, eu quero, inicialmente, saudar os meus nobres pares que na tarde de ontem, na minha ausência, aprovaram por unanimidade o fim do voto secreto para qualquer questão neste Poder.

Quero justificar a minha ausência, pois estava em Porto Alegre tratando com lideranças e autoridades, inclusive do Poder Legislativo, sobre o Memorial Luiz Carlos Prestes naquela cidade.

É evidente que teria votado a favor da PEC n. 0003/2013 e creio que os demais que não estavam presentes também assim o teriam feito, coerentes com o que temos defendido nesta Casa e em todos os lugares onde o assunto esteve em debate.

Considero absolutamente necessário que os parlamentares, que os detentores de cargos eletivos sejam obrigados a tornar públicas todas as suas decisões. O voto secreto, que no passado muito serviu para proteger a liberdade de votar do parlamentar, inclusive contra o governo ditatorial, nas últimas décadas vinha servindo para que alguns espertalhões escondessem o jogo até com notícias falsas, ou seja, divulgavam uma coisa e faziam outra na hora do voto.

De forma que é um avanço, sim, para o Poder Legislativo catarinense ter abolido toda e qualquer modalidade de voto secreto.

Mas quero debater o pacote salarial e outros projetos relativos aos servidores da Segurança Pública. O governo, nas últimas 24 horas, apressou-se em mandar para a imprensa uma notícia alvissareira e interessante: se o projeto que o governo diz que vai mandar para cá for aprovado, a Polícia Militar de Santa Catarina terá um dos melhores salários do

Brasil. É assim que termina o texto principal da coluna do jornalista Moacir Pereira. E quero dizer que não estou responsabilizando o grande jornalista, porque ele diz, inclusive, que essa análise teria sido feita por um parlamentar da base do governo. Ou seja, alguém instrumentalizou a imprensa, lamentavelmente, para difundir uma notícia inverídica ou tendenciosa.

A Polícia Militar de Santa Catarina, e vale para o Corpo de Bombeiros, para a Polícia Civil, para o Instituto Geral de Perícias e para o sistema prisional também, só terá um dos melhores salários do Brasil se analisarmos somente o último salário da cúpula. Talvez aí realmente seja o melhor do Brasil, se olharmos a proposta de R\$ 26 mil para a cúpula da Polícia Militar e da Polícia Civil, enquanto para a base será R\$ 4,3 mil.

Esse é o fato. Esse projeto não mudou, continua ruim. Essa é a proposta que vem sendo debatida há meses entre os representantes das categorias e o governo do estado. Inclusive, falei desta tribuna, há algumas semanas, que a proposta salarial pela modalidade de subsídio não é boa para a maioria dos policiais e bombeiros militares e não é boa para a maioria dos policiais civis. E comparei o pagamento do salário através de subsídio a um bolo de gosto duvidoso, meio azedo. É preferível dar a reposição da inflação, que o governo não tem dado, pois para o soldado dá empate. Mas dão R\$ 26 mil à cúpula e mandam a imprensa divulgar, que acaba afirmando tratar-se do melhor salário do Brasil.

Estão querendo enganar a sociedade catarinense, porque o fato concreto, srs. deputados e opinião pública, é que ao contrário do que o governo divulgou da semana passada para cá, houve um retrocesso de negociação.

O governo fala da questão da carreira, de compensações, mas não haverá isso! Promoção automática é automática, mas depende de vaga e daí já sabemos que nunca vai acontecer, porque sempre foi automática dependendo de vagas e nunca aconteceu. O governo recuou daquilo que já tinha negociado com os representantes dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, o presidente da Aprasc e outros diretores da entidade.

E até quero repercutir uma frase que o presidente da Aprasc, soldado Elisandro Lotin de Souza, encaminhou-me agora por mensagem: "Frustração! Governo recua nas propostas feitas à Aprasc". Ela resume o que estou dizendo. O governo mandou publicar uma notícia alvissareira e na prática, como disse ontem, até a cereja do bolo azedou. Se colocarmos cerejas no bolo, deputada Ana Paula Lima, para ver se ele ficava aceitável à maioria, elas não existem mais ou estão estragadas.

É preciso que o governador Raimundo Colombo, que o secretário Antônio Gavazzoni, que secretário Derly Anunciação, que o vice-governador saibam que a notícia que o palácio mandou publicar ontem é inverídica, não é verdadeira, desagrada à maioria dos servidores da Segurança Pública. E não vai longe para essa maioria dizer o seguinte, sr. governador: "Por favor, deixe nosso salário como está. Estamos ganhando uma porcaria, ficamos mais de 20 anos na mesma graduação, mas se for para nos tirar direitos importantíssimos, como a jornada de trabalho e como as progressões de níveis salariais por tempo de serviço, deixe tudo como está! Mas, por favor, para todos."

Porque é inadmissível, srs. deputados e deputadas, que para chegar a cabo ou a terceiro-sargento o indivíduo precise estar no ótimo comportamento, mas para ser coronel,

baste estar no bom! Não é possível que para ser subtenente - para não dizerem que deixo os praças e critico apenas os lá de cima -, para ser major ou coronel, o teste de aptidão física seja diferenciado, mais fácil. Esse é um tratamento discriminatório e precisa mudar.

É preciso que o governador do estado saiba que a proposta com o bolo azedo e as cerejas estragadas, fato ocorrido nas últimas 48 horas, não passará pela vontade da maioria dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Evidentemente, todos nós, inclusive o governo, teremos prejuízo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sílvio Dreveck, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, tenho acompanhado as manifestações que se iniciaram em maio ou junho do corrente ano e que no início foram motivadas por reivindicações. Apesar de não existir uma pauta definida, foram manifestações democráticas, respeitadas, porque as pessoas que foram às ruas respeitaram o direito dos demais cidadãos de ir e vir ou de não participar das passeatas.

Entretanto, o que estamos acompanhando nas últimas semanas, deputado Kennedy Nunes, é inadmissível e não conta com o nosso apoio. E quero aqui até enaltecer a manifestação do colunista Moacir Pereira, no dia de ontem, no *Diário Catarinense*, pois o que ele afirmou já venho dizendo há bastante tempo e passou de todo e qualquer limite.

Democracia não é agressão, não é violência, não é destruição, mas é o que está acontecendo, senão todos os dias, mas quase todos os dias, principalmente nos grandes centros. Destruição de ônibus e caminhões, de construções, de lojas, de empresas, enfim, do patrimônio público e privado, além de colocar em risco a vida das pessoas, porque quando se incendeia um ônibus, os passageiros são forçados a desembarcar com celeridade, porque se não fizerem isso, serão consumidos pelas chamas!

É preciso, é indispensável, é inadiável que as autoridades estaduais e federais punam aqueles que não sabem respeitar a população e que estão levando insegurança diariamente às ruas das maiores cidades deste país. As pessoas têm que trabalhar, as pessoas precisam ir ao médico, as pessoas precisam levar os filhos à escola e todos precisam, ao final do dia, retornar aos seus lares em segurança. Não dá para aceitar que a grande maioria seja prejudicada por um grupo pequeno de vândalos que, inclusive, inibiu as legítimas e democráticas manifestações que ocorreram na metade do ano.

Vimos, no dia de ontem, que apenas 15 manifestantes interditaram uma via pública impedindo milhares de pessoas de exercerem o seu direito de ir e vir, direito democrático garantido pela nossa Constituição Federal.

Há que se ressaltar também, srs. deputados, que tudo isso é péssimo pra a imagem do Brasil no mundo. Aqueles que pretendiam investir no Brasil, agora pensarão duas vezes antes de concretizar seu intento. E é o nosso país que perde com isso, porque deixam de ser gerados muitos empregos e há prejuízo sério para o desenvolvimento nacional. É natural que diante desses atos de vandalismo, de violência, de destruição do patrimônio público e privado o empreendedor brasileiro ou estrangeiro perca a motivação. Ou não?! Mesmo porque há outros países que

estão com as portas abertas para acolhê-los e que não têm esses problemas que ora enfrentamos.

Mas o mais preocupante é que nós, brasileiros, estamos sendo prejudicados por conta de grupos organizados que praticamente imobilizam determinadas regiões, não permitindo que as pessoas de bem possam trabalhar com segurança, com tranquilidade. Isso afeta psicologicamente os cidadãos e automaticamente prejudica suas atividades.

Portanto, está mais do que na hora de punir esses vândalos, esses baderneiros, que praticam todo tipo de violência sem que haja uma reação enérgica por parte das autoridades públicas. Não basta que as Polícias Civil, Militar e Federal cumpram o seu papel de coibir tudo isso. É necessário também rever a nossa legislação, que é muito branda, porque se não houver uma punição maior para esse tipo de violência, certamente esses agressores irão continuar agindo ora num estado, ora noutro.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Concedo um aparte ao nobre deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Parabéns, deputado Silvio Dreveck, pelo seu pronunciamento, pela preocupação externada em relação ao vandalismo que tem acontecido no Brasil. Parece-me, inclusive, que o governador de São Paulo teria uma reunião, ontem, com o ministro da Justiça para tratar desse assunto.

Na verdade, como v.exa. disse, em junho deste ano ocorreram pelo país afora manifestações espontâneas e democráticas dos trabalhadores, dos estudantes, das donas de casa, dos profissionais liberais, todos pedindo uma nova ética, uma nova postura, mais transparência. Foram manifestações que passaram e deixaram o seu recado. Mas na rasteira dessas manifestações, ficaram os malandros, os bandidos, que estão confundindo democracia com vandalismo.

V.Exa. tem razão, é preciso tomar providências sérias, porque as manifestações são bem-vindas quando são democráticas, organizadas, ordeiras, agora vandalismo não podemos admitir de forma alguma.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Incorporo seu aparte ao meu pronunciamento, e para concluir, deputado Darci de Matos, quero dizer que esperamos que a nossa democracia seja fortalecida, que as nossas instituições sejam fortes, mas precisamos acelerar e priorizar a punição a esses agressores.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Inscrito o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Quero usar esse tempo para fazer um agradecimento muito especial ao governador Raimundo Colombo, que mais uma vez vai ao vale do rio Itajaí Mirim. Esteve recentemente em Brusque para inaugurar as EEBs Feliciano Pires e João XXIII. Na ocasião fez o lançamento de algumas licitações, depois foi a Botuverá para assinar um convênio entre o estado e a prefeitura com vistas à pavimentação da SC-486, que vai do centro de Botuverá até a caverna de estalactites e estalagmites, que é a mais bonita do sul do Brasil. Ela é controlada pelo

Ibama, mas infelizmente a estrada de acesso ainda tem 14km não pavimentados, com muita lama ou poeira, conforme o tempo.

Pois bem. Depois que o prefeito municipalizou aquele trajeto, transformando o entorno da rodovia em perímetro urbano de Botuverá, recebeu recursos do governo estadual para fazer a pavimentação de desses 14km. Aquela região merece e esse é um sonho de mais de 150 anos, que agora vamos transformar em realidade.

Hoje o governador vai novamente a Brusque para assinar a ordem de serviço do início da duplicação da SC-486, que vai de Itajaí a Brusque. Hoje a ordem de serviço é para 3,5 km. Ele também vai fazer o lançamento da licitação da duplicação da mesma rodovia no sentido contrário, ou seja, de Itajaí em direção a Brusque, que compreende cerca de 5km, que vai do trevo da BR-101 até a Epagri.

Essa duplicação é importante, pois Brusque tem crescido muito e atual rodovia é insuficiente para sustentar o aumento de tráfego.

Sempre colocamos ao governador que, além dessa rodovia, seria interessante a pavimentação de outra rodovia paralela, que fica na margem esquerda do rio Itajaí Mirim, que vai de Brusque a Itajaí, mais precisamente à comunidade de São Roque.

Além dessa licitação, o governador também vai lançar a licitação do projeto técnico da implantação da terceira pista da rodovia Gentil Archer, que vai de Brusque em direção a São João Batista. Essa terceira pista será fundamental para fazer fluir mais rapidamente o tráfego na serra que lá existe.

Por isso, repito, quero externar o meu agradecimento e dizer que tudo isso acontece porque a Assembleia Legislativa, juntamente com o governo do estado, está fazendo um grande mutirão em favor do desenvolvimento da terra catarinense.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Altair Silva, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Sr. presidente e srs. deputados, público que nos acompanha, hoje vou abordar a importância de um profissional: o técnico agrícola. Tenho orgulho de ser técnico agrícola, assim como o deputado Darci de Matos, formado também na Escola Agrícola de Araquari, e o deputado José Milton Scheffer, que antes de se formar em Agronomia, já era técnico agrícola pela mesma escola.

No dia 5 de novembro, próxima terça-feira, eremos uma sessão especial em homenagem ao Dia do Técnico Agrícola.

(Passa a ler.)

"A profissão do técnico agrícola existe desde 1911. Em Santa Catarina, o movimento iniciou no dia 23 de maio de 1977, no escritório da Epagri de Chapecó, quando os técnicos agrícolas Valter Melentino da Silva, Ênio José Basso, Domingos Antônio Simioni, Adair da Silva, Edward César de Souza e José Böing se reuniram pela primeira vez para fundar uma associação de classe.

A profissão do técnico agrícola foi criada através da Lei n. 5.524, de 5 de novembro de 1968. Portanto, em homenagem a

essa data, comemora-se o Dia Nacional do Técnico Agrícola nesse dia.

Em Santa Catarina, por iniciativa do ex-deputado José Zeferino Pedrosa, foi criado o Dia do Técnico Agrícola através da Lei n. 7.550, de 9 de novembro de 1988. Por isso, no dia 5 de novembro comemoramos o Dia Nacional e Estadual dos Técnicos Agrícolas.

Neste estado temos quatro entidades que representam oficialmente a nossa classe. A primeira delas, a Atasc - Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina -, foi fundada em 24 de julho de 1977, em Chapecó, cidade que me acolheu aos 18 anos de idade.

Apesar de ter complementado o ensino superior e também me dedicado a outras áreas do conhecimento, orgulho-me de dizer que estou neste Parlamento na condição de deputado em virtude dos quase 22 mil votos que recebi, oriundos da classe dos técnicos agrícolas, dos meus amigos e da comunidade que represento. Contudo, os técnicos agrícolas tiveram um papel de destaque na minha caminhada, até porque tive a oportunidade, lá em Chapecó, de iniciar como associado e logo em seguida ser secretário, tesoureiro, vice-presidente estadual e, finalmente, de 1996 a 2000, presidente da Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina.

No dia 30 agosto de 1987, na cidade de Lages, foi fundado o Sintagri, que é o sindicato que representa todos os técnicos agrícolas vinculados a empresas públicas ou privadas. No dia 15 de fevereiro de 1990, na cidade de Concórdia, foi fundado o Conea - Conselho Estadual do Ensino Agrícola -, que ajudou a revolucionar o ensino agrícola do estado e que todos os anos realiza um provão para avaliar o ensino de todas as escolas agrícolas.

Temos acompanhado a evolução do ensino nas escolas agrícolas de Santa Catarina e sabemos que nosso estado já é referência nacional nessa área. Por isso, o nosso louvor a todas as escolas agrícolas do estado!

No dia 13 de outubro de 1996, eu era presidente da Atasc e tive a alegria de presidir o ato de fundação da Cooperativa dos Técnicos Agrícolas, na cidade de São Ludgero.

Portanto, temos uma história de empenho e sucesso no país, porque se analisarmos o setor do agronegócio em Santa Catarina, o crescimento das indústrias ligadas à área rural, o crescimento do comércio da maçã, do alho, o crescimento da suinocultura e da avicultura, veremos que muito se deve aos técnicos agrícolas, que levam permanentemente conhecimento e assistência técnica ao produtor estadual, cujo setor é um verdadeiro alicerce da nossa economia.

Por isso, convido todos os srs. deputados e todos os que nos acompanham pelos meios de comunicação da AleSC a prestigiarem, no dia 5 de novembro próximo, a sessão especial que homenageará, a partir das 19h, os técnicos agrícolas pelo seu dia!"

(SEM REVISÃO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, amigo e irmão; srs. deputados e sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital.

Pretendo falar sobre dois assuntos importantes. O primeiro diz respeito a um

evento ocorrido em Joinville, ao qual não pude comparecer, mas no qual fui representado pelo deputado Kennedy Nunes, que falou em nome da Assembleia Legislativa.

Refiro-me à comemoração dos dez anos do Instituto Carlos Roberto Hansen, que é uma entidade que trabalha com crianças e adolescentes e que já atendeu mais de um milhão de jovens e distribuiu recursos para 87 cidades de Santa Catarina.

O referido instituto é um belo exemplo de entidade social formada por voluntários, nascida em Joinville, cidade que é considerada a capital estadual do voluntariado. Lá há mais de 500 instituições que detêm o título de utilidade pública estadual e em cada canto da cidade temos uma organização que desinteressadamente, com espírito de cidadania, faz as coisas acontecerem, ajuda a cidade, faz aquilo que, muitas vezes, o poder público não faz.

O Instituto Carlos Roberto Hansen é o braço social da Tigre, porque seu fundador, João Hansen, era um empresário sensível, empreendedor, educado, um cidadão espetacular, que se preocupava com seus trabalhadores e, sobretudo, com a qualidade de vida dos habitantes de Joinville. Cau Hansen, que faleceu num acidente de avião na Bolívia, dirigiu a empresa que dá nome ao instituto e hoje é presidida por Felipe Hansen, seu filho, que faz parte do conselho da Tigre, uma das líderes do setor de plásticos na América Latina.

Eu não estive lá, mas soube que foi uma grande festa, segundo o próprio deputado Kennedy Nunes, que me representou. Inclusive, o próprio Guga Kuerten, que é um belo exemplo de esportista e de cidadão que se preocupa com a comunidade, esteve na festa.

Parabéns à Tigre, grande empresa que tem uma veia social extremamente forte, que ajuda a sua cidade e cuja história se confunde com a de Joinville!

Parabéns ao empresário Felipe Hansen pelos dez anos de serviços prestados à cidade e ao estado de Santa Catarina pelo Instituto Carlos Roberto Hansen!

Deputado Maurício Eskudlark, o segundo assunto que me traz à tribuna diz respeito ao contraponto que desejo fazer à fala do deputado Sargento Amauri Soares, com todo o respeito. Tenho certeza de que v.exa., deputado Maurício, me ajudará, pois vou citar números.

Ontem a base do governo teve reunião com o governador e foi decidido, juntamente com o secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, que no prazo de uma semana a dez dias o governo vai enviar a esta Casa projeto de lei dispondo sobre as melhorias salariais para os servidores da Segurança Pública, prioritariamente, mas também para os servidores das demais secretarias, porque várias delas não haviam sido contempladas ainda.

Quero dizer, sr. presidente, sem querer criticar diretamente os governadores que antecederam o governador Raimundo Colombo, que a realidade salarial dos servidores públicos do estado estava catastrófica, impossível de aceitar. E o governador Raimundo Colombo organizou o estado, organizou as finanças do estado e aos poucos começa a promover a recuperação, deputado Padre Pedro Baldissera, do poder de compra dos salários dos servidores públicos do estado de Santa Catarina.

Mas vamos falar da Segurança Pública, deputado Sargento Amauri Soares.

No dia de ontem, eu e o deputado Maurício Eskudlark falamos com alguns agentes da Polícia Civil e percebemos que não

mais de 20% deles estão contra o projeto de lei que aportará nesta Casa. Talvez, sr. deputados, o percentual não chegue nem a 20%; quem sabe, 10% ou 15%. Os demais estão procurando-nos, deputado Dado Cherem, enviando e-mails, interagindo com os parlamentares e solicitando que o governo envie à Casa realmente o projeto de lei que está sendo gestado na secretaria da Fazenda.

Vamos aos números, deputado Sargento Amauri Soares!

A partir de agosto do ano que vem, o salário inicial de um agente da Polícia Civil e de um soldado será de R\$ 4.520,00. Poderia ser melhor? Poderia, mas não acho que seja ruim, não. Acho que como salário inicial é bem razoável. Diria até que é um salário bom, um salário que deve ser aceito, porque o governo do estado também não pode destinar todos os seus recursos para pagar salários.

Quanto ganha hoje um agente da Polícia Civil ou um soldado? Ganha de R\$ 1.800,00 a R\$ 2.000,00? Pois seu salário mais que dobrará, quase triplicará! Contra fatos não há argumentos, deputados! Serão R\$ 4.520,00 a partir de agosto do ano que vem!

E mais: o agente da Polícia Civil em fim de carreira aposentar-se-á com um salário de R\$ 12 mil. Já o soldado da PM, que tem condições de chegar a sargento, também poderá aposentar-se com R\$ 12 mil.

Quanto ao delegado, seu salário inicial será de R\$ 18 mil, aposentando-se com vencimentos da ordem de R\$ 26 mil.

Sr. presidente e srs. deputados, há mais um detalhe a ser observado: o governo do estado vai agregar as horas extras ao subsídio. Isso é um sonho, deputado Sargento Amauri Soares, de muitos anos, de muitas décadas. O policial militar, o agente da Polícia Civil, o delegado, todos se aposentarão com o salário integral, porque antes não acontecia assim, já que por ocasião da aposentadoria perdiam-se as horas extras.

Então, deputado Sargento Amauri Soares, serão, sim, os melhores salários da Segurança Pública do Brasil! E faço até um desafio: assim que começarmos a apreciar o projeto, a Oposição poderia trazer aqui informações acerca dos salários da Segurança Pública dos demais estados brasileiros, porque a única unidade da federação que pagará mais que Santa Catarina é o Distrito Federal. Mas lá quem paga é o governo federal. Aí não dá para competir, porque lá há recursos sobrando.

Estou há seis anos nesta Casa e sempre atendi policiais militares e policiais civis que pediam que o governo incorporasse as horas extras aos seus subsídios. E o governador Raimundo Colombo está fazendo isso, apesar das dificuldades de caixa, porque a arrecadação caiu muito nos últimos anos.

Mas faço um desafio, deputado Sargento Amauri Soares, assim que votarmos esse projeto daqui há dez a 15 dias vou cobrar nesta tribuna que a Oposição traga os salários dos demais estados do Brasil, para compararmos com os salários de Santa Catarina, com exceção do Distrito Federal, porque lá, como já disse, quem paga é o governo federal.

Os policiais militares, os oficiais, os delegados, os agentes, os servidores do IGP, todos, com raríssimas exceções, querem a aprovação do projeto. Quem não quer é o sindicato. E não quer com razão, porque sindicato tem mesmo é que ser contra para se fortalecer. Mas a grande maioria vai aplaudir, tenho certeza, o projeto que chegará brevemente a esta Casa, porque ele dará

condições de os servidores da Segurança Pública terem uma vida mais digna.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Agora já sei qual foi o deputado que disse ao jornalista Moacir Pereira que Santa Catarina terá o melhor salário da Polícia Militar do Brasil.

Repito, se for com relação ao coronel, acho até que será o melhor salário, mas com relação ao soldado recém-incluído na corporação não será o melhor. Aliás, deputado Darci de Matos, em março do ano que vem, quando forem incorporados todos os abonos que o governador Luiz Henrique deu e que o governador Raimundo Colombo mandou incorporar, o salário do soldado será de R\$ 4 mil, sem mais nada. Aí vai dar R\$ 26 mil em cima e R\$ 4 mil embaixo. Essa é a realidade.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Não, são R\$ 4 mil iniciais!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pode chegar a R\$ 12 mil se ele passar num concurso para sargento e chegar a subtenente, mas a maioria não chega! Então, não muda nada do que é até agora! Aumenta um pouquinho o número de vagas, mas o governo recuou no dia de ontem. Há 15 dias o governo faria melhor do que mandou publicar ontem, esse é o fato.

Nós, deputados, precisamos convencer o governo de que não pode tratar praça com discriminação em relação às outras patentes, porque é preconceito, é tabu, ou seja, para ser cabo tem que estar no ótimo comportamento; para ser terceiro-sargento também; mas para ser subtenente e coronel basta estar no bom comportamento. Além disso, o teste de aptidão física é diferente: os que no alto da pirâmide têm um teste mais leve, mas os que estão na base, têm um teste pesado! Por que a diferença?

Essa é a realidade! Eu não sei quem v.exa. está ouvindo, deputado Darci de Matos, mas espere a manifestação dos praças da Polícia Militar e da base da Polícia Civil para depois dizer que a maioria está favor do projeto.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Acho que não se deve implementar uma guerra entre carreiras. Por muitos anos fui delegado de polícia ganhando cinco salários mínimos. Agora o governador Raimundo Colombo está resgatando a questão salarial de toda a Polícia Civil. É claro que todas as categorias vão sempre pleitear melhores salários. Isso é histórico, pois todos querem o melhor. Mas esse é o melhor salário que um governo já deu à Segurança Pública do estado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. deputado, claro que sempre queremos mais, mas o governador Raimundo Colombo está fazendo praticamente o impossível com a baixa arrecadação e está recuperando aquilo que foi degradado durante décadas. Essa é verdade. Contra fatos e contra números não há argumentos. Os números estão colocados e acho que melhoram muito o salário dos servidores da Segurança Pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)



A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. presidente, segundo os jornais, a arrecadação de Santa Catarina tem crescido significativamente. Mas vou debater esse tema em outra oportunidade, porque neste momento quero registrar, com muito prazer, com muita alegria, com muita honra, a presença nesta Casa dos alunos do 5º ano da Escola Básica Municipal Hella Altenburg, do município de Blumenau, que estão visitando este Parlamento juntamente com as professoras Sandra e Marli, para conhecerem o Poder Legislativo de Santa Catarina e a capital do estado. Sejam todos muito bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Diante do registro feito pela deputada Ana Paula Lima, esta Presidência se incorpora aos cumprimentos aos alunos que visitam esta Casa no dia de hoje.

Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, trago novamente um assunto a esta Casa sobre o qual já tive a oportunidade de me manifestar e que diz respeito à Portaria n. 404, do ministério do Planejamento, que permite a legalização de trapiches, marinas e deques por todo o litoral brasileiro. E chamo a atenção principalmente dos deputados que representam os municípios do litoral de Santa Catarina.

Essa portaria, srs. deputados, tem uma função importante, que é exatamente permitir que todos os que ocupam a linha d'água com trapiches e marinas possam legalizá-los. É bem verdade que vão pagar uma taxa de ocupação para o governo, mas poderão legalizar seus empreendimentos, o que é muito importante.

No entanto, há algo que nos preocupa, sr. presidente, é que o art. 17 dessa portaria define que todos aqueles que possuem trapiches construídos, deques e marinas têm até o dia 31 de dezembro, ou seja, menos de dois meses, para fazer a legalização.

Deputado Kennedy Nunes, v.exa. que é de Joinville sabe perfeitamente quantos trapiches e deques existem naquela cidade. E aqui se manifestou recentemente o deputado Darci de Matos a esse respeito. Pois bem. Em todos os balneários que existem em volta da cidade os donos de deques e trapiches terão que os legalizar impreterivelmente até o dia 31 de dezembro, junto à delegacia do Serviço de Patrimônio da União.

Mas o problema sério é que a burocracia necessária para fazer isso é uma coisa absurda, srs. deputados, V.Exas. não têm ideia do que é exigido. Em primeiro lugar, deputado Romildo Titon, é preciso uma planta detalhada do espaço que é ocupado por um trapiche ou por um deque. Depois, é preciso ter a licença ambiental da Fatma, a autorização da prefeitura municipal com relação à localização do terreno, a aprovação da Capitania dos Portos e a aprovação da delegacia do SPU em Santa Catarina.

Então, srs. deputados, o preço para que um cidadão possa legalizar o seu trapiche é alto, e às vezes são pessoas que não têm grande poder aquisitivo, já que a grande maioria que ocupa a beira do mar é de pescadores, que constroem estruturas que

atendem à pesca artesanal, que atendem às pequenas embarcações.

Eu vou dar um exemplo aqui da Barra da Lagoa, na capital. No rio da Barra da Lagoa há a famosa via gastronômica. Os restaurantes ali localizados são completados com deques que ficam dentro do rio. Na costa da Lagoa da Conceição é a mesma coisa. Mas todos esses equipamentos precisam da aprovação da prefeitura municipal de Florianópolis, da Fatma e também da Capitania dos Portos.

O governo, quando baixou essa portaria, deputado Dado Chereim - e v.exa., que é lá de Balneário Camboriú, vai incomodar-se muito com isso, como também o deputado Volnei Morastoni, que é de Itajaí -, teve o intuito propiciar a legalização e obter uma receita adicional, porque todos terão que pagar pelo espaço que ocupam dentro da água para a união. Só que eu pergunto: as prefeituras de Balneário Camboriú, Itajaí, Florianópolis, Laguna e Porto Belo têm estrutura para, num prazo de dois meses, aprovar todos esses deques localizados nas suas praias? Elas não têm pessoal para isso! E a Fatma também não tem estrutura de pessoal para aprovar todos esses equipamentos em tempo hábil!

Então, na realidade, o que queremos agora - e eu mantive, ontem à tarde, um novo contato com o senador Luiz Henrique da Silveira - é que uma audiência com a ministra Miriam Belchior, a fim de solicitar-lhe a prorrogação da vigência do art. 17, que é aquele que fixa o prazo até 31 de dezembro para as pessoas fazerem a legalização. E os parlamentares sabem que quando uma portaria diz que é preciso legalizar o que já existe até o dia 31 de dezembro, subentende-se que quem não legalizar ficará na clandestinidade, sujeito - e aí é que está o problema - a que uma demanda do Ministério Público Federal, que poderá colocar todas essas construções no chão.

Então, queremos a prorrogação da vigência do art. 17, para que possamos, futuramente, realizar uma audiência pública em Santa Catarina envolvendo todas as prefeituras dos balneários do estado, a Fatma, a Capitania dos Portos e a delegacia do SPU de Santa Catarina. E para quê? Para montar uma estrutura conjunta com esses órgãos para agilizar o cumprimento da portaria.

Há também o problema da despesa que as pessoas terão. Estou legalizando um trapiche que tenho e v.exas. não têm ideia do trabalho e do custo que isso representa. Porque a pessoa tem que medir o trapiche, tem que levantar a linha d'água ocupada. A grande maioria dos ocupantes desses espaços de linha d'água não tem estrutura para fazer isso.

Então, essa audiência pública será muito importante, mas somente depois de conseguirmos prorrogar a vigência do art. 17 dessa portaria.

Mais uma vez chamo a atenção desta Casa, sr. presidente, porque provavelmente esse assunto vai cair em cima dos deputados, dos vereadores e dos prefeitos dos municípios litorâneos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. parlamentares,

telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e público que nos visita nesta manhã de quinta-feira na Assembleia Legislativa!

Vou falar de um assunto importante e bom para o Brasil e sobre o qual temos muito a festejar. Ontem, deputado Dirceu Dresch, rapidamente mencionamos esse fato, mas hoje vamos abordá-lo com mais clareza e mais tempo para debatê-lo.

Ontem, em Brasília, foi realizada a cerimônia de comemoração dos dez anos do programa Bolsa Família. O evento contou com a ilustre presença do sempre presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da nossa presidenta Dilma Rousseff.

Conforme as estatísticas oficiais, srs. parlamentares, o Bolsa Família proporcionou mais qualidade de vida a mais de 50 milhões de brasileiros e retirou - e esse é um dado significativo - 36 milhões da extrema pobreza.

Os resultados apresentados pela ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, foram decisivos contra as críticas que há dez anos os conservadores e a grande imprensa repetem em coro.

Segundo a ministra, o programa criado em 2003 com o objetivo de acabar com a fome é uma tecnologia simples e barata, que atende cerca de 13,8 milhões de famílias. No primeiro mandato do presidente Lula, um dos objetivos por ele traçados era de que a população brasileira pudesse ter pelo menos três refeições por dia. A sua meta era impedir que nenhum brasileiro vivesse com uma renda inferior a R\$ 70,00. Com isso retirou 36 milhões de pessoas da extrema pobreza, ao custo de apenas R\$ 24 milhões, ou seja, 0,46% do PIB.

De acordo com a ministra Tereza Campello, "a renda destinada às gestantes, associada à exigência de que elas fizessem adequadamente os exames pré-natais, reduziu o nascimento prematuro de crianças em 14%. O acompanhamento médico subsequente garante que 99,1% das crianças sejam vacinadas. O vergonhoso índice de mortalidade infantil por diarreia caiu 46%, e nos municípios com maior cobertura o índice por morte por desnutrição foi reduzido em 51%. A mãe faz o pré-natal, alimenta-me melhor, o filho nasce saudável, é vacinado, alimenta-se bem, cresce e vence a barreira da miséria", sintetizou a nossa ministra.

Na educação, as pesquisas apontam que a taxa de permanência dessas crianças na escola é maior entre os beneficiários do programa, acompanhados por 32 mil servidores, em 160 mil escolas brasileiras. São 15 milhões de alunos monitorados mensalmente. A ministra destacou também que a taxa de aprovação dos beneficiários do Bolsa Família alcançou a média nacional, superando, inclusive, os alunos do ensino médio. Já no nordeste, superou a média em todas as faixas.

Srs. parlamentares, o presidente Lula afirmou, durante a cerimônia, que se tivesse que recomençar, faria tudo novamente em relação ao Bolsa Família. Foram estas as suas palavras: "Nenhum outro programa que implantamos teve tanto impacto na formação da mentalidade das pessoas, na transformação da mentalidade das pessoas. Porque cuidando da mãe, a mãe cuida da criança e cuida da família através dos bons programas de saúde, de uma alimentação melhor".

Os índices na educação também são melhores. E ao admitir a resistência que ainda perdura, o presidente Lula afirmou: "Certas reações levam a crer que é mais fácil vencer a

fome, do que vencer o preconceito". E lamentavelmente isso é verdade, porque ainda há muito preconceito em relação aos mais pobres em nosso país. Para Lula, o Brasil precisa superar a mentalidade de que a pessoa é pobre, não por condições históricas, mas por indolência ou preguiça. Isso é tentar transferir para o pobre a responsabilidade do abismo social do nosso país. E criticou também aqueles que desmerecem o benefício: "Para a mãe que recebe o dinheiro que alimenta o filho, não é esmola, é direito". E confrontou os afoitos que pedem uma porta de saída para o programa: "Vamos deixar bem claro: esse é um programa que acaba de completar dez anos, num país onde a injustiça tem mais de cinco séculos!"

Já a nossa presidente Dilma Rousseff disse que "o Bolsa Família não é esmola, muito menos caridade. É uma tecnologia de transferência de renda e diminuição das desigualdades em nosso país".

Na verdade, srs. parlamentares e público catarinense que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital AleSC, é o maior programa de inclusão social no mundo, e dezenas de países pobres e desenvolvidos estão copiando essa tecnologia brasileira. É um exemplo o que está acontecendo e o mundo inteiro vem ao Brasil para conhecer esse programa que já tirou milhões de pessoas da linha de pobreza.

Parabéns ao presidente Lula e à nossa presidenta Dilma Rousseff, que tiveram a coragem e a sensibilidade de criar um programa que está dando certo e está dando dignidade a milhões de brasileiros e brasileiras.

Ainda dentro do horário do nosso partido, o PT, quero fazer um convite aos catarinenses para acompanharem a visita que a ministra Tereza Campello fará ao nosso estado no próximo dia 21 de novembro, mais precisamente ao município de Lages, dando início aos seminários nos quais serão expostos todos os programas do seu ministério, oportunizando que prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, equipes técnicas de secretarias municipais conheçam todas as nuances técnicas e operacionais e pensem se devem implementá-los em suas comunidades.

Trata-se de uma oportunidade única, e até firmamos uma parceria entre a Assembleia Legislativa, a Fecam e a prefeitura municipal de Lages, que patrocinarão esse primeiro seminário em terras catarinenses acerca dos programas do ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome.

Renovo, portanto, o convite aos prefeitos, aos vice-prefeitos e demais lideranças municipais para participarem desse evento, bem como aos colegas deputados estaduais.

Era isso o que tinha a relatar, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao DEM.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer contrário ao Ofício n. 0078/2013 e que o mesmo terá seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

A comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0072/2013, 0231/2013, 0306/2013, 0363/2013, 0378/2013, 0421/2013, 0469/2013, 0556/2013, 0560/2013, 0572/2013 e 0640/2013, todos de entidade social encaminhando relatório de atividades.

Comunica ainda que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0199/2013, 0301/2013, 0323/2013, 0390/2013, 0475/2013, 0480/2013, 0518/2013, 0554/2013, 0594/2013, 0667/2013, 0668/2013, 0672/2013, 0673/2013, 0684/2013, 0692/2013 e 0693/2013, todos de entidade social encaminhando relatório de atividades.

A Presidência comunica também que a comissão de Direitos Humanos apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0245/2011, 0293/2013, 0446/2013, 0591/2013 e 0675/2013, todos de entidade social.

Comunica, igualmente, que a comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0206/2013, 0658/2013 e 0663/2013, todos de entidade social encaminhando relatórios de atividades.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s. 0749/2013 e 0750/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s.: 1.156/2013 e 1.157/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 1.158/2013, 1.159/2013, 1.160/2013 e 1.161/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 1.162/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 1.163/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente e srs. deputados, estimados catarinenses, gostaríamos de mais uma vez repercutir um assunto que temos tratado aqui desde o início do nosso mandato, até porque iniciamos as tratativas desde que fomos prefeito da cidade de Concórdia.

Trata-se da expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS - e a luta que temos no meio-oeste, no alto Uruguai catarinense, para criar um *campus* dessa universidade na cidade de Concórdia. Isso já está bastante avançado e venho aqui para tornar isso o mais público possível.

A universidade já baixou portaria criando dois grupos. O primeiro grupo é a comissão de implantação, mais ampla, em conjunto com a prefeitura de Concórdia. Essa comissão tem representantes da sociedade civil, de entidades, do poder público e da própria universidade. Já o segundo grupo é mais técnico, pois está elaborando os projetos técnicos e é presidido pelo professor Antônio, da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Nós estivemos, inclusive, na UFSC para obtermos acesso à cópia dos projetos de implantação dos cursos de Engenharia, pois poderão servir como referência para o grupo que esta trabalhando nessa parte.

Amanhã o grupo técnico de trabalho terá uma reunião, da qual pretendemos participar, para debater o assunto e levar o nosso apoio à concretização desse sonho.

Na semana que passou, estive na região oeste, a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, em função dos atos promovidos pelo ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo governo federal para a entrega de máquinas e equipamentos para os municípios Promovemos um encontro com as lideranças de Concórdia e aproveitamos o momento para dar andamento às tratativas da implantação de um *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul em Concórdia. Na ocasião, tivemos a garantia do apoio da ministra aos trabalhos que já estão sendo desenvolvidos.

Houve aqui algumas falas no sentido de pleitear a questão, e gostaria de dizer que os trabalhos já estão bastante avançados e já há duas comissões trabalhando. É claro que falta ainda aquela palavra final do ministério da Educação, mas a meta é que até maio estejam prontos os projetos, para que a questão possa ser finalizada.

Foi uma grande conquista criar a Universidade Federal da Fronteira Sul. E agora, na sua expansão, queremos mais *campi*, ou seja, um *campus* em Concórdia, um em São Miguel d'Oeste, além de outros em outras cidades.

Era essa, sr. presidente, a notícia que gostaria de dar aos colegas e a Santa Catarina, porque vimos lutando por esse sonho há bastante tempo, pois queremos ver um *campus* da UFFS o mais rapidamente possível na cidade de Concórdia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, gostaria de agradecer o convite que recebi dos jovens empresários da Acij para participar da segunda edição do *Café com Autoridade*. A reunião foi em Joinville, onde pude falar um pouco do meu trabalho, da minha história e também responder algumas perguntas feitas pelos presentes.

Foi uma ótima reunião e quero dizer que sempre estarei à disposição.

Eu tenho dois assuntos a tratar que estão relacionados.

O primeiro diz respeito a uma notícia publicada pelo jornal *ANotícia*, há duas semanas, dando conta de que a seção de Joinville da ABRH divulgou o perfil desejado para trabalhar na cidade, seja na indústrias, no comércio, em serviços e assim por diante. E o perfil ideal é o seguinte: homem, branco, entre 20 e 39 anos.

Ora, sr. presidente e srs. deputados, isso é machismo! Por que a preferência por homens? Isso também é racismo! Por que somente brancos? Além de tudo, é preconceito também porque discriminaram os mais jovens e os mais velhos!

No entanto, colegas, quando se faz uma entrevista, o selecionador não diz que o candidato não serve porque é mulher ou porque

é negro ou ainda porque tem mais de 40 anos ou menos de 29. Ele não fala, mas ia coisa está posta de forma velada. Eu imagino que exista um acordo entre a empresa e a selecionadora para não citar esses impedimentos.

Essa foi uma notícia que nos deixou triste, porque mostra que de fato existe preconceito, existe machismo e existe racismo na cidade de Joinville quando se trata de contratar um trabalhador.

Há alguns dias, ao usar o Facebook, via que uma empresa de divulgação precisava de meninas de pele branca para fazer a divulgação de determinado produto. Eu não sei por que meninas negras não podem fazer o mesmo trabalho que as brancas!

Desejo referir-me agora à liminar concedida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina ao pedido feito por 12 entidades de Joinville no intuito de suspender o feriado de 20 de novembro em Joinville. Primeiramente alegaram que o feriado é inconstitucional, porque já há muitos feriados municipais o que causa, segundo eles, um prejuízo de R\$ 10 milhões à cidade.

No entanto, sr. presidente e srs. deputados, o projeto de lei que criou o feriado do Dia da Consciência Negra foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Joinville. Em seguida, foi sancionada pelo prefeito Udo Döller. No entanto, nem o Executivo municipal nem o Legislativo joinvilense fizeram qualquer cerimônia para comemorar a aprovação da matéria. Não chamaram nem o movimento negro de Joinville. Por quê? Acho que existia, de certa forma, uma jogada ensaiada entre a Câmara de Vereadores, a prefeitura municipal e as entidades empresariais, no sentido de que assim que a lei fosse sancionada, haveria uma ação judicial pedindo liminarmente a suspensão do feriado. E foi o que aconteceu.

Considero, catarinenses, muito importante a existência do feriado, porque ele marca e relembra para a população como um todo o sofrimento de uma raça, de um povo. Vejam o exemplo de Israel, em relação ao holocausto; da África do Sul, com referência ao *apartheid*; do Japão, em relação às bombas de Hiroshima e Nagasaki! Vejam também o caso de Martin Luther King, nos Estados Unidos. Para todos esses fatos tenebrosos vividos pelos povos há um feriado para lembrá-los, a fim de que nunca mais aconteçam.

E o Dia da Consciência Negra, que deveria ser feriado nacional, também serviria para a reflexão de todos sobre o sofrimento imposto à raça negra, escravizada no Brasil durante vários séculos.

Então, é preciso realmente que o Brasil reconheça seus problemas sociais graves. Coloquei no Facebook que eu até troco o feriado, se essas mesmas entidades que pediram a sua suspensão passarem a não olhar a cor da pele, o gênero, o sexo, a idade e o credo das pessoas. Eu trocaria, sim, o feriado por essa consciência social e por essa promessa de não mais discriminar ninguém. Eu trocaria o feriado também se eles passassem a ir aos bairros oferecer cursos de capacitação para as crianças pobres e negras. Porque não conseguiria encher os dedos de uma mão se contasse quantas dessas entidades admitem em seus quadros de funcionários trabalhadores e trabalhadoras negras.

Então, antes de pedirem o cancelamento do feriado, seria bom se investissem parte desses R\$ 10 milhões que vão ganhar no dia 20 de novembro em

campanhas de conscientização, para que realmente não haja preconceito na hora da admissão de empregados nas empresas da cidade de Joinville.

Registro isso com tristeza, porque o município de Joinville não avança e perde a oportunidade de discutir as diferenças sociais que lá existem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da TVAL.

A respeito do pronunciamento do deputado Sandro Silva, por quem tenho uma admiração tremenda, quero dizer que não admito qualquer tipo de preconceito. Fico revoltado com qualquer manifestação nesse sentido, seja contra a mulher, seja em função da cor da pele ou da idade.

Com referência à questão do feriado, trata-se de um assunto que diz respeito somente ao município. Faço parte da Frente Parlamentar do Comércio Varejista de Santa Catarina na Assembleia Legislativa e vejo a dificuldade da classe empresarial para manter seus negócios, principalmente o pequeno empresário, que tem uma série de problemas que precisa resolver com o nosso apoio.

O Brasil não pode mais criar feriados. Acho que temos que comemorar as datas importantes, mas no final de semana, por exemplo. Acho também que a Câmara de Vereadores de Joinville, junto com as associações empresariais, quer que haja comemoração em todas as datas importantes para a sociedade local, mas é preciso encontrar uma forma de conciliar as coisas, a fim de não causar prejuízo a quem quer que seja.

Lemos há poucos dias que a Espanha, onde a população tem o hábito de fazer a *siesta*, já está revendo essa prática, pois aquela sociedade entende que é preciso trabalhar um pouco mais tendo em vista as dificuldades que o país está enfrentando. Esse costume também existe na Argentina, pois quando atuava como policial na fronteira com aquele país, muitas vezes se não chegasse ao meio-dia em ponto não encontrava nem onde almoçar, já que os donos de restaurante iam descansar e fechavam seus estabelecimentos até as 16h.

Então, faço esse comparativo porque a Câmara Vereadores de Joinville optou por criar mais um feriado, mas vai rever a decisão, já que as associações empresariais saíram em defesa dos seus filiados. Não é nada pessoal, mas uma questão classista que entendo e na qual me posiciono a favor. Sou contrário à criação de novos feriados. No Brasil já estudaram a possibilidade de quando o feriado cair na terça ou na quarta-feira passá-lo para segunda-feira, fazendo com que o cidadão que quer viajar aproveite para emendar com o final de semana. Porque às vezes, dependendo do dia da semana em que cai o feriado, ele pouco ajuda para o lazer das pessoas ou para festejar aquele dia especial.

Quero falar também sobre a questão salarial da Segurança Pública e sobre a preocupação do governador Raimundo Colombo, do secretário Antônio Gavazzoni, do secretário Derly Anuniação, enfim, de toda a equipe que trabalha com a folha de pagamento e com a arrecadação do estado de Santa Catarina.

O objetivo do governador Raimundo Colombo é fazer com que a segurança pública de Santa Catarina venha a ser, se possível, a mais bem remunerada do país. E para isso está buscando alternativas. Para se ter uma ideia de como a coisa é complexa, o governador do Rio Grande do Sul fez um escalonamento do aumento salarial para a Segurança Pública daquele estado há um ano e meio, sendo que só se concretizará em 100% em 2018. Aqui estamos buscando alternativas. Como há um aumento que está sendo pago parceladamente, uns abonos que estão sendo incorporados, para a maioria daqueles que estão no teto, como os delegados e os oficiais, isso implica em prejuízo, porque aumenta o valor bruto, aumentam os descontos, além do bloqueio do limite constitucional.

Então, o objetivo da equipe do governo do estado é dentro daquilo que é possível investir na Segurança Pública e transformar o salário dos profissionais da área - policiais militares, policiais civis, servidores do IGP e agentes prisionais - no melhor salário do Brasil.

Qual é o governador que não quer dar o melhor ao seu estado, aos seus servidores? O governador Raimundo Colombo quer isso. Agora, tem que ser dentro daquilo que está disponibilizado para ser aplicado na Segurança Pública, porque há a Saúde, há a Educação, há todas as atividades que devem ser mantidas pelo estado. Agora, servidor público satisfeito e com disposição é certeza de empenho no sentido de prestar o melhor serviço ao cidadão.

Esse projeto que o governo está enviando a esta Casa foi discutido para caber dentro das possibilidades do Tesouro e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Temos, nesta Casa, como grande defensor das praças da PM, o deputado Sargento Amauri Soares. A Aprasc vem fazendo suas discussões, colocando no *site* as informações que julga do interesse dos seus associados. Felizmente poucos tentam criar diferenças de classes. Nós queremos uma Segurança Pública una. Até sou favorável a uma polícia una, diante da situação existente. Há tanta dificuldade em virtude da divisão entre a Polícia Civil e a Polícia Militar, que sou favorável àquele projeto que tramita no Senado Federal e que pretende criar uma polícia única nos estados, a fim de que a população tenha realmente a melhor segurança possível.

Vejo que o projeto é bom e que o governo está buscando fazer o melhor, mas sempre vai haver o que melhorar, sempre vamos ter que adaptar, seja as vantagens seja o prazo de implementação. Porém é preciso que fique claro que o governo do estado de Santa Catarina está procurando, sim, valorizar a sua Segurança Pública!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.



# ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2013

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quem mais nos acompanha nesta sessão da tarde de terça-feira pela TVAL e Rádio Digital AleSC.

Quero cumprimentar o secretário Valdir Cobalchini aqui presente. É uma satisfação tê-lo novamente conosco, esta que é também a sua Casa.

Senhores e senhoras, faço neste momento o registro do assassinato do vereador Altevir Schmitz, de São José, acontecido na noite de ontem, naquela cidade onde residio há 13 anos. Quando chegava em casa de uma sessão da Câmara de Vereadores de São José, ele foi abordado por um elemento que estava armado e desferiu-lhe um tiro que o levou a óbito no local. Outro marginal fazia parte desse atentado e os dois fugiram levando o automóvel do vereador.

Gostaria de dizer que nunca fui do mesmo partido e raras vezes estivemos na mesma posição política ou defendendo as mesmas bandeiras na cidade de São José, mas o Schmitz era o tipo de pessoa que estava em todas as discussões importantes para a cidade. Era um polêmico líder comunitário, que, com certeza, nas últimas décadas contribuiu muito para enriquecer a política josefense.

O que se sabe, a notícia que se tem a respeito - e evidentemente a Polícia Civil e o Ministério Público vão investigar - é que, a princípio, trata-se de um crime comum, praticado por dois marginais que queriam roubar o carro e acabaram por matar o vereador.

Então, lamentamos a sua morte, pois era um vereador que nunca faltava a uma sessão da Câmara Municipal. Externamos nosso pesar à família, aos companheiros e às

comunidades às quais ele representava na região de Forquilhas e Forquilhaínas.

Gostaria de falar também, deputado Pedro Padre Baldissera, sobre o imbróglio do ingresso das mulheres na Polícia Militar, que já foi resolvido ou, pelo menos, para este concurso foi encaminhado e não teremos vagas sobrando dentro da corporação e candidatas aprovadas sem poder entrar, enquanto a sociedade clama por mais policiamento.

Então, agradeço o empenho de todos aqueles, inclusive vários deputados, que abraçaram a causa e parabenizo o governador pela decisão acertada. Parabenizo ainda as novas companheiras militares de Santa Catarina, e a sociedade terá mais de uma centena de policiais militares para contribuir para a segurança pública.

Hoje, às 15h30, teremos uma reunião com o comando-geral da Polícia Militar, com a presença do deputado Aldo Schneider, líder do governo, da deputada Ana Paula Lima, líder da oposição, e deste deputado também, evidentemente voltada para esse debate.

Essa reunião foi solicitada pelo deputado Aldo Schneider a pedido da deputada Ana Paula Lima e do presidente da Aprasc, na semana passada. A deputada Ana Paula Lima que, com outro deputado, é relatora com voto de vista na comissão de Constituição e Justiça, fez uma reunião com a diretoria da Aprasc na semana passada, após o que pediu ao deputado Aldo Schneider, líder do governo, para agendar uma reunião com o comando da Polícia Militar. E é essa que vai ocorrer hoje, às 15h30, daqui a pouco, portanto.

Em debate estará o PLC n. 0032/2013, que trata do aumento do tempo de efetivo exercício para a aposentadoria dos militares estaduais: os homens aos 25 anos de efetivo serviço, não importando se tem dez ou 15 anos fora da instituição, e as mulheres aos 20 anos.

Se for aprovado o projeto da forma que está, centenas de companheiros que se aposentariam no próximo mês de janeiro, por exemplo, acabarão ficando mais cinco anos na corporação. E isso é injusto porque desorganizaria, inclusive, a vida familiar e a vida pessoal de quem já fez planos para a inatividade.

Nós estamos apresentando uma emenda - e a deputada Ana Paula Lima está de posse dela aguardando justamente esse diálogo com o Poder Executivo - no sentido de mexer em mecanismos referentes ao tempo de serviço dos militares estaduais, para que se permita que aqueles que queiram ficar mais tempo, possam ficar, enquanto que aqueles que já têm 30 anos de serviço e queiram aposentar-se, ou ir para a reserva, que é o termo usado na caserna, possam fazê-lo.

Então, esse é o debate, ou seja, não precisa haver prejuízo para o servidor se quisermos que o servidor e o estado sejam beneficiados. Porque o projeto diz que quem quer aposentar-se não pode, ao mesmo tempo em que há gente sendo mandada embora pela idade, mas que gostaria de ficar e não pode.

Esse é o debate que precisa ser feito, e esperamos que se chegue a um consenso com o Poder Executivo, começando pelo comandante da Polícia Militar, para alterar esse PLC, mudar essa questão e ter um projeto que seja importante para a sociedade, para as instituições e para os servidores.

Finalmente, sr. presidente, quero fazer o registro da assembleia dos membros do Corpo de Bombeiros que está acontecendo no CentroSul, aqui ao lado da Assembleia Legislativa. Este parlamentar, tão logo termine este pronunciamento, participará dessa reunião, a fim de contribuir no debate e até cumprindo o seu dever de ofício, como representante desse segmento.

Em pauta está a questão da carreira e a questão do salário. Há diversas discussões a respeito dessas duas questões, que são importantes tanto para a Polícia Militar, como para o Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil.

A proposta de mudança salarial para a modalidade subsídio tem causado bastante dificuldade dentro da própria categoria, porque se alguns serão beneficiados, há aqueles que serão prejudicados. Existem cortes de direitos importantíssimos e fundamentais. A polêmica não é pequena e a possibilidade de se chegar a um consenso é praticamente inexistente. Há que se trabalhar para uma posição que contemple a maioria.

É evidente que o governo do estado precisa estar atento para impedir que mais injustiças sejam cometidas na questão da política salarial para os militares estaduais. Considero importante qualquer avanço e qualquer discussão, mas para este deputado, pessoalmente, não é concebível haver uma diferença maior do que quatro vezes entre o maior e o menor salário.

E aí vem uma proposta de um teto de R\$ 26 mil para um piso de R\$ 4 mil. Então, partindo de um princípio que temos desde a criação da Aprasc, 12 anos atrás, de que a diferença justa entre o maior e o menor salário é de quatro vezes, não é aceitável uma proposta que coloca R\$ 26 mil para a cúpula e apenas R\$ 4 mil para a base. É uma diferença muito grande.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses, quero cumprimentar o secretário da Infraestrutura, deputado Valdir Cobalchini, que hoje visita esta Casa. Na semana passada visitou-nos em Brusque, ocasião em que anunciou várias iniciativas do governo, entre elas a duplicação da SC-486, entre Brusque e Itajaí, e o estudo do projeto da terceira pista da rodovia Gentil Archer, que vai de Brusque em direção a São João Batista e Nova Trento.

Parabéns pelo seu trabalho na secretaria, deputado!

Hoje vemos inúmeros deputados de camisa azul, pela campanha Novembro Azul, aderindo ao movimento em prol do diagnóstico precoce do câncer de próstata, que é o câncer que mais atinge o homem. Esse movimento veio na esteira do Outubro Rosa, campanha que já existe há décadas e que adverte para a importância da prevenção contra o câncer de colo de útero. Graças a essa campanha o diagnóstico está sendo feito mais cedo e o tratamento correto tem permitido a cura de muitas mulheres.

Quanto ao câncer de próstata, existe um estudo que mostra que a cada seis homens um terá câncer de próstata. Esse câncer não tem uma evolução tão maligna quanto outros, sua mortalidade é menor, mas a cura depende muito do diagnóstico precoce. Por isso se estimula que o homem, a partir dos 40 anos, procure o médico para fazer os exames necessários, o clínico e o ultrassom.

Atualmente, pessoas com menos de 50 anos têm sido acometidas pelo câncer de próstata, mas fazendo o tratamento adequado - geralmente o médico parte para a cirurgia radical - há uma evolução muito boa.

Deputado Dóia Guglielmi - e vejo que v.exa. aderiu à campanha Novembro Azul -, a sociedade está mobilizada, mas contamos muito com o apoio das mulheres, pois elas são mais responsáveis em questões de saúde e podem influenciar enormemente os homens a procurar o médico com regularidade.

Mas quero fazer uma saudação muito especial ao prefeito de Papanduva, o Tuca, que, acompanhado de uma comitiva, encontra-se nesta Casa em busca de melhorias para sua cidade.

Cumprimentamos os vereadores Antônio Carlos Contezini, o Veroni Alves e o vice-prefeito de Rio do Campo, Mário Henrique de Souza, que participarão de uma reunião com o secretário Cobalchini, que nos receberá para tratar de uma reivindicação antiga do alto vale do rio Itajaí-Açu, que é a ligação pavimentada entre o alto vale e o planalto norte, especificamente entre Taió, Rio do Campo, Santa Terezinha e Itaiópolis.

Precisamos do apoio do secretário e do governador, que não vai faltar. Temos a esperança de que graças ao apoio dos deputados do planalto norte e do alto vale vamos conseguir realizar esse antigo sonho daquela região.

Por último, quero fazer um agradecimento muito especial ao governador de Santa Catarina e ao secretário Eduardo Deschamps que, atendendo a uma exigência do governo federal, fizeram a municipalização do ensino fundamental e encamparam todo o ensino médio. Entretanto, isso não significa repassar encargos para as prefeituras. Porque aprovamos hoje, na comissão da Constituição e Justiça, a transferência em comodato do patrimônio das escolas estaduais.

E há mais. Além de o estado repassar aos municípios o patrimônio físico, repassará também, através do Fundo Estadual da Educação, os recursos correspondentes. Ou seja, por cada aluno matriculado na rede escolar, o município receberá no seu Fundo Municipal de Educação R\$ 2.243,00. Então, na hora em que é repassado ao prefeito o encargo do ensino fundamental de 1ª a 9ª série no município, é remetido também o valor que mencionei por cada aluno matriculado.

Assim, sr. presidente, faço um agradecimento ao Executivo Estadual e alerto que esse processo de municipalização atende a uma determinação do governo federal, no sentido de que os municípios sejam

responsáveis pelo ensino fundamental e os estados, pelo ensino médio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Angela Albino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, solidarizo-me com a luta pela saúde masculina através da campanha Novembro Azul. É importante que os homens despertem para essa questão que os afeta, que é o câncer de próstata.

Mas ainda no embalo do Outubro Rosa, quero registrar que a 7ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública revela que o número de estupros registrados no Brasil em 2012 foi superior ao de homicídios dolosos - quando não há intenção de matar. De acordo com o estudo, foram 50.617 estupros e 47.135 homicídios dolosos registrados no país no ano passado.

A cada grupo de 100 mil habitantes ocorreram 26,1 casos de estupros. O resultado mostra um avanço de 18,17% em relação a 2011, que registrou a taxa de 22,1 casos por grupo de 100 mil.

O que nos preocupa mais e é o motivo de estarmos na tribuna, é que esta Casa, hoje, às 17h, fará o lançamento de vários títulos feministas e, mais do isso, sobre a luta contra a opressão feminista.

Enquanto isso, o citado estudo revela que os estados com mais casos de estupro registrados por 100 mil habitantes foram Rondônia (52,2), Roraima (49) e Santa Catarina (45,8).

Vejam! Santa Catarina está entre os três estados com os maiores índices de estupro no Brasil, com uma taxa de 45,8 casos para cada 100 mil habitantes!

Em números absolutos, ocorreram em Santa Catarina, em 2012, 2.925 estupros, sendo que a maioria dos casos ocorreu na Grande Florianópolis, 118 casos. Destes, 94 casos foram cometidos contra crianças ou adolescentes.

Mas há outros tipos de violência contra a mulher. Por exemplo, a sub-representação no poder, pois nosso estado é o que tem a pior participação de mulheres na política e, não por coincidência, é o estado onde há a maior desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Paradoxalmente, se pegarmos o estado da Paraíba, veremos que é o que tem o maior número de mulheres parlamentares e menor desigualdade salarial entre homens e mulheres.

O que podemos deduzir disso? Que há uma clara conexão entre a participação política de determinados segmentos e a sua condição na sociedade. E digo isso porque quando vemos que Santa Catarina tem o terceiro maior número de estupros no país, ficamos assustadas, uma vez que este é um estado tido como de excelência na qualidade de vida.

Outra questão. Apenas recentemente conseguimos conquistar a Defensoria Pública, prevista em seis diferentes artigos na Lei Maria da Penha como uma ferramenta não apenas de punição ao agressor, mas, mais do que isso, de prevenção da violência. Para nós, mulheres, importa punir o agressor, mas importa muito mais que tenhamos condições de evitar esse tipo de violência.

Sr. presidente, apesar de termos conquistado a Defensoria Pública, na verdade

ela é uma ficção, já que não atende as mulheres porque não tem estrutura, porque não tem condições. Recentemente os nossos defensores públicos disseram que não iriam mais atender casos de violência contra a mulher por falta de estrutura.

Por quê? Porque não há, no Orçamento do estado, recursos destinados à instituição de políticas públicas para as mulheres. A bancada feminina, formada pelas deputadas Ana Paula Lima, Dirce Heiderscheidt, Luciane Carminatti e eu, tem tentado bancar, no Orçamento, uma rubrica orçamentária que dê conta da criação de políticas públicas mínimas para a discussão da condição da mulher. Mas é sempre a mesma coisa: ninguém acata emenda alguma. Dizem que depois o governador encaminhará dispositivo específico, o que nunca acontece. Não estou falando deste governo, estou falando de um processo histórico que há muito tempo subestima o papel da mulher.

Quem conhece a delegacia da Mulher de Santa Catarina sabe que ela também é uma ficção. O que existe é a delegacia da Mulher, do Idoso, do Adolescente em conflito com a lei. É a delegacia dos desgraçados de toda ordem. Logo, não temos uma delegacia específica para a mulher.

Não vamos fazer de conta que essa delegacia é da mulher que não é. É uma delegacia de vários segmentos da nossa sociedade. Além disso, há material humano de qualidade, servidores dedicados, que têm na vivência pessoal o compromisso da luta pela superação da violência contra as mulheres, mas não há equipamentos, não há estruturas para dar conta de toda a demanda.

Nós propusemos a criação de uma política pública no campo da saúde da mulher. Porque o nosso estado tem demonstrado que não conseguiu superar ainda essa desigualdade também no campo da saúde. Por quê? Novamente por falta de orçamento, por falta de política pública para as mulheres.

Recentemente o estado de Santa Catarina foi o último a assinar o Pacto de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, que na verdade também virou ficção. Não temos casas-abrigo para as mulheres vítimas de violência, proposta que, inclusive, várias vezes tentamos, através de emenda à LOA, dotar de recursos. Mas também não fomos bem sucedidas.

Hoje, sr. presidente, vamos receber com alegria companheiras do quilate de Joana Pedro e de Miriam Grossi, que aqui estarão autografando seus livros. As mulheres têm construído um movimento sólido em Santa Catarina, mas não têm políticas públicas em nosso estado.

Quando a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a violência contra as mulheres esteve em Santa Catarina, sequer foi recebida pelo governador. A deputada federal Jô Moraes, do PCdoB de Minas Gerais, que presidiu a comissão, tendo como relatora uma senadora do Partido dos Trabalhadores, não foi recebida pelo governador, apesar de representar todas as mulheres do país vítimas de violência.

Esse dado nos entristece, mas não nos surpreende, porque apesar dos avanços que temos conquistado na legislação, no mercado de trabalho e na construção e solidificação de alguns direitos, ainda não temos em Santa Catarina uma igualdade tal que nos faça baixar essa triste estatística de terceiro colocado em número de estupros no país.

Portanto, srs. deputados e sras. deputadas, a tarefa que está colocada agora não é somente das mulheres, porque o trabalho de enfrentar a violência contra as mulheres é das mulheres, é dos homens, é da sociedade. Uma criança que vive num ambiente doméstico violento cresce achando que essa é a norma e acaba reproduzindo na sua intimidade esse modelo de violência.

Por isso, enfrentar a violência contra as mulheres é uma tarefa de todos nós e é parte do que queremos construir como cultura da paz. Espero que possamos, no desejo da paz, abandonar essa triste estatística que o anuário nos mostrou.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Itaiópolis, com sua comitiva. Sejam bem-vindos a esta Casa. Sentimo-nos honrados com a presença de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, público presente nesta Casa, cumpro o triste dever de informar que faleceu no dia de ontem, aos 85 anos, o ex-delegado-geral da Polícia Civil, Pedro Francisco Benedeck Bárdio.

Pedro, como era conhecido, nasceu em 1928. Em 1969 ingressou como comissário na Polícia Civil de Santa Catarina, onde ocupou vários cargos. Foi o primeiro delegado na comarca de Balneário Camboriú e depois foi superintendente da Polícia Civil do estado de Santa Catarina.

Pedro teve duas grandes paixões na vida: a Polícia Civil e sua esposa, d. Ivone. Com uma grande dedicação, ele sabia ser um chefe rigoroso, firme no cumprimento da lei, firme no cumprimento da hierarquia na instituição, mas sabia também ser um homem de grande coração, um grande companheiro.

Sua carreira policial teve mais destaque na Polícia Civil à época em que o ex-deputado Heitor Sché, também nosso colega delegado de polícia, foi secretário de estado da Segurança Pública.

(Passa a ler.)

"A Polícia Civil de Santa Catarina perdeu, no último domingo, um de seus colaboradores mais devotados. Pedro Francisco Benedeck Bárdio nasceu em 1928, em Florianópolis, e durante sua juventude foi caixeiro viajante.

No ano de 1953 costumava ficar na praça do centro da cidade para passar o tempo. Entre uma tarde e outra, avistou Ivone, por quem se apaixonou. Um ano e meio depois já estavam noivos e até o casamento foram mais nove meses. A união foi selada na data de 26 de maio, na Igreja de Santa Terezinha, em Florianópolis.

Depois do casamento, Pedro viveu por mais cinco anos na cidade, até se mudar para Rio do Sul, onde fez concurso para a Polícia Civil e exerceu a função de comissário. Nove anos se passaram até a mudança para Balneário Camboriú, onde se tornou o primeiro delegado de polícia da comarca de Balneário

Camboriú. Dois anos depois foi para Joaçaba e em 1980 atuou junto à Corregedoria da Polícia Civil. De 2003 até 2007 foi superintendente da Polícia Civil.

A esposa conta orgulhosa de quando o marido, conhecido pelo apelido de Pedrão, dedicou-se aos estudos, formou-se em Direito e trilhou uma carreira exemplar dentro do órgão público. A seu pedido dele, ela largou o trabalho após o casamento e dedicou-se ao marido. Segundo relatos, ele tinha que estar sempre com a roupa bem engomada, tradução de uma esposa bem dedicada. D. Ivone diz que Pedrão teve uma vida digna e que um era o apoio do outro. Como não tiveram filhos, os dois estavam sempre juntos viajando e traçando uma verdadeira história de amor. Nas horas vagas, Pedrão gostava de ouvir tango e uma viagem para Buenos Aires com outros delegados foi, segundo d. Ivone, inesquecível.

De dez anos para cá, ele adquiriu uma degeneração macular senil, enfermidade que pode levar à cegueira. Depois de quatro operações nos olhos, a visão ficou debilitada e não conseguia enxergar direito. Para não perder o costume da leitura, comprava livros e revistas em áudio, para que pudesse ficar informado. Um dos seus escritores preferidos era Jorge Amado e ele ouvia o CD dos livros como passatempo. Ele estava internado havia um mês devido a uma infecção urinária que o levou à morte.

O velório está sendo realizado no cemitério do Itacorubi e o corpo será cremado, como era de seu desejo, às 13h, em Balneário Camboriú."

Então, a nossa homenagem ao delegado, ex-chefe da Polícia Civil, nosso querido Pedrão.

Fui delegado um bom tempo no período em que ele era superintendente da Polícia Civil e conheci a sua maneira firme de atuar. Foi um delegado honesto, correto, cumpridor das suas obrigações, enfim, um orgulho para a Segurança Pública de Santa Catarina e para todos os policiais civis do nosso estado.

A última vez que conversei com Pedrão, há dois ou três meses, foi quando o encontrei no Hotel Marambaia, em Balneário Camboriú. Ele estava com dificuldades de visão, mas aquela era uma cidade da qual ele gostava. Foi o primeiro delegado daquele município e sempre me dizia assim: "Maurício, guardo as minhas economias, porque durante um mês por ano eu gosto de ficar aqui em Balneário Camboriú, caminhar na praia e reencontrar os amigos".

Fiz questão de fazer esse relato e registrar essa homenagem que entendo que é da Adepol/SC - Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Santa Catarina - e de todos os policiais do estado de Santa Catarina, a Pedro Francisco Benedeck Bárdio, nosso ex-superintendente.

Lembro quando a chefia de Polícia Civil ficava na rua Tiradentes e que com ele lá estavam Newton Andrade, que agora é corregedor de polícia, como seu braço direito, e também Oscar Peixoto e toda uma equipe trabalhando e conduzindo a Polícia Civil.

Não poderíamos, dentro desse sentimento de tristeza que tomou conta de nós em razão do falecimento desse grande colega, deixar de fazer também o registro do falecimento do vereador de São José, Altevir Schmitz, que foi assassinado na noite de ontem. Na verdade, não se sabe se foi assassinato ou latrocínio, isso a polícia vai esclarecer. Mas ele foi um grande líder que brigava muito pela segurança no município de São José, sempre representando a sua comunidade.

Então, os nossos pêsames a toda comunidade de São José e à família de Altevir Schmitz.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, como tratei no meu pronunciamento da questão das mulheres, quero pedir licença à bancada do Partido dos Trabalhadores para cumprimentar Shirlei Azevedo, que é do PT, que hoje está de aniversário e é uma militante muito importante do Movimento de Mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Gostaria de cumprimentar o presidente da sessão, deputado Romildo Titon, e em seu nome cumprimentar todos os demais deputados e deputadas.

Hoje queremos discorrer sobre o Dia do Técnico Agrícola, que foi criado através do Decreto-Lei n. 5.524, de 05/11/1968. Uma homenagem muito justa para uma categoria profissional de nível tecnológico que prestou e presta um grande trabalho para o nosso país. Se o Brasil hoje é líder no agronegócio, se temos uma agricultura familiar pujante em Santa Catarina, sem dúvida nenhuma, devemos muito ao técnico agrícola.

Quero parabenizar todos os profissionais habilitados em agropecuária, agricultura, técnicos florestais, técnicos agroindustriais, técnicos de meio ambiente e de outras habilitações que atuam decisivamente na produção de produtos agropecuários, na recuperação ambiental, na conservação de recursos naturais, no licenciamento ambiental, na transferência de tecnologias do agronegócio catarinense brasileiro. Também atuam na nutrição animal e produção agropecuária, gerando alimentos de qualidade para todos nós.

Os desafios para os técnicos agrícolas são enormes. O mercado de trabalho se modifica vertiginosamente a cada ano, exigindo esforço redobrado de adaptação para garantir seu espaço de atuação.

Também fiz o curso de técnico agrícola no Colégio Agrícola Senador Gomes de Oliveira, lá em Araquari. Deputado Altair Silva, v.exa., que também é técnico agrícola, sabe o esforço que a Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina - Atasc -, tem feito, o que o sindicato tem feito para se adequar às exigências da lei. Mas sabemos também da grandiosidade da missão, do trabalho que vem sendo desenvolvido pelos técnicos agrícolas de Santa Catarina e do Brasil.

A grande diversidade regional brasileira exige alta capacitação, principalmente no uso de tecnologias de ponta. E aí os técnicos precisam estar em capacitação permanente. E é nesse cenário econômico complexo que se destaca o trabalho magnífico desse profissional.

O Sr. Deputado Altair Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não, quero ouvir seu aparte, v.exa. que é técnico agrícola e que exerce a profissão em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Altair Silva - Deputado José Milton, fico agradecido por suas palavras.

O dia 5 de novembro é um dia muito especial, principalmente para o produtor catarinense, que tem recebido assistência e colaboração dos técnicos agrícolas.

Por isso, quero saudar o amigo pelo uso da palavra enaltecendo esses profissionais e fazendo um chamamento para que os srs. deputados participem da sessão especial hoje, às 19h, nesta Casa, em homenagem aos técnicos agrícolas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, deputado Altair Silva, quero incorporar o seu pronunciamento ao meu, já que v.exa. é o proponente dessa homenagem que vai acontecer hoje, às 19h, que é um reconhecimento da Assembleia Legislativa a essa categoria por tudo aquilo que ajudou a construir em Santa Catarina.

Quero então parabenizá-lo e convidar os nossos pares para se fazerem presentes à sessão especial desta noite, porque homenagear o técnico agrícola no seu dia, deputado Altair Silva, é também um ato de reconhecimento da relevância dos serviços prestados por esses profissionais que contribuem decisivamente para que o nosso país tenha alcançado os mais altos índices de produtividade e de qualidade na produção de alimentos.

O Brasil é líder na produção de alimentos no mundo, mas ainda tem muito que crescer. Nos últimos anos elevamos a produção, que era de 70 mil toneladas, em 1991, para 191 milhões de toneladas de grãos, sem aumentar a área desmatada. E isso graças a uma agricultura bem executada, bem tecnificada, que elevou sensivelmente a produtividade, preservando, dessa forma, o meio ambiente.

Então, fica aqui o nosso depoimento e o nosso convite para que todos participem dessa sessão que foi proposta pelo deputado Altair Silva.

Gostaria também, ainda dentro do tema da agricultura, deputado Romildo Titon, de dizer que é preciso que a classe política se preocupe com a legislação trabalhista no campo. Ontem foram os produtores de cebola que tiveram problemas na contratação de mão-de-obra. Hoje são os produtores de fumo que estão com problemas também em relação à contratação de mão-de-obra.

Os fiscais do ministério do Trabalho estão fazendo o seu trabalho. O que está errada é a lei, que está fazendo com que os produtores e os trabalhadores sejam punidos. O agricultor humilde, às vezes até o arrendatário de terras, está recebendo multas no valor de R\$ 50 mil, R\$ 100 mil e até R\$ 200 mil, deputado Maurício Eskudlark!

Ora, sr. presidente, é o agricultor quem trabalha de sol a sol e ajuda a produzir a riqueza deste país. E parafraseando o ex-governador Esperidião Amin, na vida, ou a gente tira da terra ou tira de alguém. E quem realmente produz riqueza neste país são os agricultores.

Então, não é justo que a legislação trabalhista sirva para punir com pesadas multas um agricultor que contrata um vizinho para ajudá-lo a colher a sua safra, seja de cebola, seja de fumo ou outra cultura. É preciso que primeiramente se esclareça para ele como a coisa funciona, para depois poder cobrar!

Santa Catarina é um estado de pequenas propriedades. Aqui não há agricultura empresarial, estruturada. O produtor trabalha com a família e quando precisa de mais alguém, contrata o vizinho. E aí bate o fiscal do ministério do Trabalho e aplica uma multa que inviabiliza o seu pequeno negócio. Isso é muito injusto!

É preciso rever essa questão, deputado Moacir Sopelsa. Acho que devemos, através da comissão de Agricultura, chamar o ministério do Trabalho, chamar os deputados federais e tentar resolver a questão da legislação trabalhista no campo, que está penalizando nossos agricultores.

Era isso, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Gostaria de registrar a presença, na Assembleia Legislativa, de vários policiais civis, entre eles Arilson Nazário, que é vice-presidente da Adepol.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Gostaria de registrar, a pedido do deputado Maurício Eskudlark, a presença de vários policiais civis.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com o palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. deputado Romildo Titon, vice-presidente da Assembleia Legislativa, quero informar-lhe que vou dividir o tempo do partido com o deputado Manoel Mota. .

Há pouco vi no plenário os deputados Kennedy Nunes e Sandro Silva, mas neste momento parece que aqui não estão, o que é uma pena, porque quero referir-me ao jogo de futsal que aconteceu na sua cidade, no domingo passado, no qual o técnico do Joinville, Ferretti, um grande técnico, considerado o melhor do mundo, com muita soberba afirmou que seu time iria jogar com a zebra do campeonato, o Concórdia. Ele se esqueceu de que nosso time era um dos quatro finalistas e que para chegar nessa posição teve que vencer equipes bem fortes, como o próprio Krona Futsal, de Joinville. A folha de pagamento dos guris de Concórdia é de mais ou menos R\$ 60 mil, contra um time que dizem ter uma folha de pagamento de mais R\$ 600 mil por mês. Pois bem, não é dinheiro que faz o futsal! É camisa, é garra, é vontade!

Faço este pronunciamento para cumprimentar o presidente do time de futsal de Concórdia, deputado Neodi Saretta, o Gabriel, como também o técnico Serginho, pessoa grandiosa porque reconhece as dificuldades do seu time, mas preparou-o de tal forma que na próxima segunda-feira, deputado Manoel Mota, será mais uma vez um osso duro de roer. Vamos jogar como jogamos até agora, de igual por igual, com bastante humildade, mas com muita competência e vontade de ser Campeão Brasileiro de Futsal.

Quero aproveitar esses minutos que me restam para cumprimentar o deputado Altair Silva, que hoje homenageará nesta Casa os técnicos agrícolas, profissionais muito importantes para o desenvolvimento do agronegócio e da agricultura do estado de Santa Catarina.

Parabéns aos técnicos agrícolas! Parabéns ao deputado Altair Silva pela homenagem que fará hoje a esses grandes profissionais!

Quero ainda, srs. deputados, comentar a audiência pública que fizemos ontem, nesta Casa, que contou com a presença de produtores de frango do sul e do norte do estado, que aqui colocaram as dificuldades da sua atividade, posto que são integrados da empresa JBS.

Parece-me que a referida audiência pública teve muitos pontos positivos, pois os produtores colocaram as suas dificuldades, a empresa também colocou aquilo que está fazendo e o que pensa ainda fazer.

Os avicultores do sul do estado mudaram de integrador três vezes em menos de dois anos. Essa é a maior dificuldade que eles têm. Mas tenho conversado muito com o presidente da JBS em relação à avicultura e ele me afirmou o que pretende fazer, deputado Padre Pedro Baldissera, para atender ao pleito daqueles produtores.

Na verdade, srs. deputados, precisamos repensar a avicultura em todo o estado e não só nas regiões sul e norte, porque se trata de uma atividade que em muitos municípios é a base da economia.

Por isso, quero deixar registrado que foi importantíssima a nossa audiência pública, porque pudemos conhecer a posição dos produtores e da JBS.

Estão de parabéns os deputados que compõem a comissão de Agricultura e que participaram da audiência. Eu acredito, inclusive, que achamos o início de um entendimento que engrandecerá esse setor econômico.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Conforme acordo entre os deputados do PMDB, os minutos restantes do horário reservado aos Partidos Políticos são destinados ao deputado Manoel Mota, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital Alesc, companheiros e amigos que prestigiam o Parlamento na tarde de hoje.

Quero cumprimentar os deputados Moacir Sopelsa e Neodi Saretta, porque fiquei orgulhoso ao assistir ontem na TV ao jogo entre Concórdia e o Corinthians, de São Paulo. O time de Concórdia, que já havia vencido o Rio Grande do Sul, o Joinville, agora ganhou do Corinthians e vai disputar a final.

Portanto, parabéns a Concórdia, que ontem fez 2x0 em cima do Corinthians. Isso mostra que Santa Catarina não brinca em serviço.

Sr. presidente, marcamos uma audiência com o diretor do DNIT, engenheiro João José, para tratar da duplicação BR-101 na altura do Morro dos Cavalos. Antes de fazer uma paralisação, precisamos saber qual o encaminhamento governamental, pois ele viajou a Brasília e pode ter trazido um resultado que dispense a paralisação do tráfego naquela região, o que, com certeza, causará muitos transtornos. Mas o que não podemos admitir é que as pessoas continuem morrendo porque a Funai não permite que se construa a quarta pista.

Por isso, estamos aguardando a audiência com o superintendente do DNIT em Santa Catarina, que faz um belíssimo trabalho, temos que reconhecer, para que ter uma posição clara em relação a esse problema.

Quero também dizer que a empresa que assumiu o aeroporto de Jaguaruna ainda não liberou os voos, o que deveria ter ocorrido no dia 12 de outubro, dia da padroeira do Brasil. Estamos com essa pendência porque Brasília ainda não liberou a TAM e a Gol para darem início aos voos com destino àquele aeroporto. Só que isso foi prometido e a sociedade quer uma resposta! Então, precisamos apertar para que aconteça a liberação, porque é assim que lutamos para buscar os resultados que a sociedade aguarda sobre a questão do Morro dos Cavalos e do aeroporto de Jaguaruna.

Vamos aguardar também o resultado sobre a barragem do rio do Salto, porque já conseguimos alocar recursos através de uma emenda parlamentar com recursos do PAC 1 e agora já está até no PAC 2, mas nada ainda aconteceu por falta da licença ambiental.

Quero dizer que precisamos cobrar fortemente, pois é um compromisso muito grande. O Parlamento conseguiu aprovar uma emenda, desapropriamos todos e agora a licença está difícil. Daqui a pouco vamos perder o dinheiro e quem paga a conta é a sociedade!

Por isso, como parlamentar tenho que trabalhar com muita responsabilidade para buscar as soluções, os encaminhamentos e os resultados. É isto que o povo espera: ação, trabalho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, representantes dos policiais civis que fazem suas justas reivindicações para a categoria, estimados catarinenses aqui presentes, sejam bem-vindos a esta Casa.

Antes de tratar do assunto das rodovias, não poderia deixar de fazer uma referência a uma conquista importante para Santa Catarina na área esportiva, que é ter o privilégio de disputar a final da Liga Nacional de Futsal. O Campeonato Brasileiro de Futsal chega à final com um time catarinense, a equipe de Concórdia.

Quero fazer referência à disputa e à belíssima semifinal disputada contra a equipe de Joinville, deputado Sandro Silva, principalmente porque desejo enaltecer Santa Catarina e a Associação Concordeense de Futsal, lembrando que vale a pena investir na base.

A ACF é o time do estado que possui mais jogadores catarinenses, inclusive de Concórdia e da região. Já tivemos em Concórdia outras grandes conquistas esportivas, por parte de alguns times famosos muito mais por conta de algum patrocínio, especialmente da Sadia, do que por outra razão. Porque quando a empresa deixou de patrocinar os times, elas acabaram sendo extintas.

Tive a satisfação de ser prefeito de Concórdia de 2001 a 2008 e de haver iniciado as chamadas escolinhas esportivas, incentivando diversas modalidades.

Em 2003 passamos a disputar pela Fundação Municipal de Esportes o sub-17 de futsal, depois o sub-20 e em 2006 foi fundada a ACF, Associação Concordeense de Futsal, que

disputou a primeira divisão do futsal catarinense, tendo-se classificado depois para a divisão especial, na qual foi campeã. Hoje, por méritos próprios, disputa a liga nacional e está na finalíssima.

Faço essa referência porque muitas pessoas, e não vou citar nomes para não cometer nenhuma injustiça, ajudaram nesse processo: lideranças, empresas patrocinadoras, torcedores, prefeitura municipal e governo do estado. Mas não tenho dúvida de que o mais importante foi a origem desse projeto, que iniciou na base e que hoje ganhou nível nacional.

Parabéns a todos!

Sr. presidente e srs. deputados, eu não poderia deixar de falar sobre um assunto que já muitas vezes aqui comentado não somente por mim, mas por outros deputados, que é a questão das rodovias de Santa Catarina.

Há pouco estava aqui o deputado Valdir Cobalchini, que é secretário de Infraestrutura e que se tem esforçado muito para recuperar as nossas rodovias. Eu tenho que fazer esse reconhecimento. É verdade também que o estado, durante alguns anos, pavimentou os acessos aos municípios, mas deixou de fazer a recuperação das rodovias catarinenses, deputado Ciro Roza. Com isso, hoje muitas delas estão em estado lastimável. Já há, reconheço, alguns processos de licitação e de contratação em andamento, mas ficamos tristes com a foto que vimos publicada, hoje, num jornal de circulação estadual, mostrando dois cidadãos sentados numa cadeira pescando num cratera da estrada.

É claro que sabemos do esforço do secretário Cobalchini com vistas à recuperação das estradas, mas é preciso mais agilidade! Não dá para esperar iniciar o processo de revitalização! É preciso fazer operações emergenciais do tipo tapa buraco.

Eu quero destacar, como exemplo do que estou falando, a rodovia que liga Treze Tílias a Água Doce, onde uma intervenção urgente é necessária naquele trecho da SC-454. Igualmente, o trecho entre Água Doce e Luzerna, da mesma SC-452, está em estado lastimável.

Queremos citar também que há uma expectativa enorme da comunidade de Tangará, Monte Carlo e Campos Novos quanto à pavimentação do trecho da SC-453 que liga o município de Monte Carlo a Tangará. Essa é uma solicitação antiga daquela comunidade, que já se mobilizou, já realizou uma audiência pública. O governo do estado diz que a licitação da obra está prevista para o final de 2013, mas a população da região já está impaciente.

Quero ressaltar a importância da recuperação de todas essas rodovias estaduais, mas enquanto isso não ocorre, que pelo menos seja desencadeado, em caráter de urgência, um mutirão de socorro para fazer os consertos mais prementes.

Além do oeste, recebi hoje mensagens de moradores da região norte do estado reclamando do mau estado de conservação da SC-477.

Então, é preciso que a secretaria de Infraestrutura dê uma atenção especial a essa rodovias estaduais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Quero anunciar a visita dos estudantes da EBM Lore Sita Bollmann, de Blumenau, acompanhados da sra. Deize Adriana Hillesheim. Sejam bem-vindos a esta Casa Legislativa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, público presente, policiais civis, alunos da EBM Lore Sita Bollmann, de Blumenau; srs. deputados, sra. deputada.

Gostaria, antes de tudo, de saudar o dr. Xuxo, presidente da Fundação Pró-Rim de Joinville, que já realizou 1.200 transplantes e é uma das 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil pelo terceiro ano consecutivo, segundo a revista *VOCÊ S/A*.

Também quero saudar o ex-deputado federal e estadual, ex-vice-prefeito de Joinville, José Carlos Vieira; e o vice-presidente do PPS de Joinville, Vanderlei Cristiano Battisti, que o acompanha.

Quero ainda parabenizar a cidade de Concórdia, com muita dor no coração, porque o que sofremos no domingo não foi pouco, quando o nosso time de futsal perdeu de 7 a 4. Mas a verdade é que o time de Concórdia mostrou, sim, empenho, dedicação e vontade de ganhar o jogo.

Recebi, sr. presidente, a revista *Divino Oleiro* deste mês, da Comunidade Católica Divino Oleiro, que fará um almoço de confraternização, no domingo, no município de Governador Celso Ramos, ao qual comparecerei com o padre Márcio.

Sr. presidente e srs. deputados, aproveite a vinda do deputado e secretário Valdir Cobalchini a esta Casa para conversar com ele sobre a pavimentação da estrada do Rio do Morro. O secretário me disse que o dinheiro já estava na conta da empreiteira e ligou na minha frente para o dono da empresa, sr. Márcio Vogelsanger, a fim de que, quem sabe amanhã, sejam reiniciadas as obras de pavimentação, paradas há algum tempo.

Quando fui ao jogo do JEC na sexta-feira, nas arquibancadas do estádio, os torcedores me cobraram essa importante obra para a zona sul de Joinville, pois juntando com os R\$ 750 mil que conseguimos levar para o município, será possível fazer o binário do Paranaguamirim, o que ajudará na fluidez do trânsito e possibilitará um novo acesso à cidade de Araquari e às praias de São Francisco do Sul e Barra do Sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Quero saudar o ex-deputado Antônio Carlos Vieira que está-nos visitando.

O dr. Xuxo é especialista na área renal e um dos coordenadores do Instituto Pró-Rim do município de Joinville que, e é importante ressaltar, no ano passado fez em torno de 1.200 transplantes renais, estando entre as oito principais instituições de transplantes do Brasil. Além disso, executou 159 mil hemodiálises e está entre as 150 melhores instituições para trabalhar no país.

Por isso, os nossos parabéns ao dr. Xuxo! Seja bem-vindo a esta Casa!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero apenas para registrar, com muita satisfação, a presença do prefeito de Coronel Martins, Dirceu Fravetto, acompa-

nhado de uma equipe da Saúde e da Assistência Social, que está tratando de assuntos do interesse daquele município na capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Esta Presidência registra a presença das autoridades nominadas pelo deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, ainda bem que o deputado Neodi Saretta não falou do jogo de domingo. O nosso time deu um apagão e nós perdemos de 7x4 para o time de Concórdia.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Deputado Darci de Matos, quero parabenizar a equipe de Joinville e dizer que quem ganhou foi Santa Catarina.

Gostaria de comunicar também que acaba de sair a convocação para a Seleção Brasileira e o goleiro Jean, de Concórdia, está convocado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Os nossos parabéns ao goleiro Jean.

A Presidência deseja registrar a presença no plenário do vice-prefeito de Santa Terezinha, Juvenal Andrade, do prefeito de Rio do Campo, Rodrigo Preis, e do Lenoir, uma das pessoas que ajudaram a coordenar a grande audiência pública na comunidade de Santa Terezinha.

Sejam todos bem-vindos!

Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, o espaço a seguir, de 12 minutos, está destinado ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, que dividirá o tempo do seu partido com o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, quero registrar a presença nesta Casa - esteve em nosso gabinete pela manhã - do sr. Giovanni Pazza, presidente do Conseg do centro do município de Balneário Camboriú, que neste ano completa dez anos de atividades.

O Geovani Pazza é um dos motivadores do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e conseguiu agendar junto à comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa uma audiência pública, que acontecerá em Balneário Camboriú, na rua 902, no próximo dia 13, às 19h.

Há grande preocupação com os índices de criminalidade, principalmente porque Santa Catarina é um dos estados mais tranquilos e com um dos menores índices criminais do país. Então, o que está ocorrendo? Mesmo quando a vítima não reage, mesmo assim os marginais estão atirando e matando. Banalizaram a vida! Além de levar o celular, o relógio ou algum objeto, os bandidos simplesmente não dão valor à vida dos cidadãos.

No dia 11, próxima segunda-feira, teremos uma audiência pública sobre segurança com o vereador Carlos Ely e os demais vereadores, convocada pelo vereador Rafael Dezideiro, do município de Itajaí, que é

um dos líderes do bairro Santa Regina, um bairro novo daquela cidade, mas que já tem mais de 13 mil moradores. Como fica um pouco mais distante do centro, no outro lado da BR, seus moradores têm enfrentado problemas com a criminalidade e com a dificuldade de a polícia chegar ao local.

Então, é importante que ou se coloque um posto policial ou que uma viatura fique fazendo o policiamento comunitário ostensivo, permanentemente, além de disponibilizar à comunidade o número de um telefone celular dos policiais para que ela possa acioná-los quando necessário.

Particularmente entendo que uma viatura fazendo policiamento é melhor do que um posto policial. O posto policial acaba, muitas vezes, tendo um ou dois policiais cuidando da estrutura física sem mobilidade. É melhor ter uma viatura no bairro e que a comunidade saiba o número do celular para poder comunicar qualquer ocorrência.

Então, na próxima segunda-feira teremos essa audiência pública na Câmara de Vereadores de Itajaí, provocada pelo vereador Rafael Dezideiro e pela Associação dos Moradores do Bairro Santa Regina.

Quero fazer um registro especial, pois ontem, ouvindo o programa do meu amigo Luis Carlos Tigrão, no Canal 100, da Rádio Menina, ouvi a comunicação de uma mobilização popular com referência a um imóvel do governo do estado localizado na rua Alvim Bauer. Esse imóvel foi desocupado pela Fazenda e o município queria utilizá-lo. Nesse sentido, encaminhou ofício ao governo do estado, mas foi informado pelo diretor de Patrimônio do Executivo que o imóvel teria sido destinado à Polícia Civil. Como essa instituição não o utilizou, foi cedido ao Sine, que está procedendo a um processo de licitação para reformá-lo.

Como o imóvel está fechado, infelizmente foi ocupado por usuários de drogas e a população de Balneário Camboriú está inconformada com essa situação.

O governador Raimundo Colombo foi informado da situação do imóvel e imediatamente concordou que fosse destinado ao município. Assim, ficou definido que naquele local será instalado o escritório regional do Sine, que sairá de Itajaí e irá para Balneário Camboriú.

Quero dizer, sr. presidente, que ontem repassei essa informação ao radialista Luiz Carlos Tigrão e à Inalda, que apresentam o Canal 100, na Rádio Menina e na TV Mocinha, a fim de que transmitam aos seus ouvintes e tranquilizem a comunidade.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Maurício Eskudlark, para concluir a brincadeira que fizemos com o deputado Neodi Saretta, não foi somente o Joinville que perdeu. Aqui na capital, no clássico, o Avaí, o time do coração da nossa deputada Angela Albino, deu um apagão e perdeu de 4x0 para o rival Figueirense. Mas isso acontece, o Avaí é um grande time e ainda pode recuperar-se. Se não for este ano, poderá ser no ano que vem.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Sr. presidente, quando eu for ao ministério do Esporte - o prefeito Udo Döhler me pediu que

fosse lá para discutir a arena de Joinville - lembrarei do deputado Darci de Matos rindo do Avaí aqui. Pode deixar que vou lembrar disso, deputado!

Mas na vida, sr. presidente, os amores são para os momentos de alegria e os de tristeza. Se for para ser na tristeza, que seja nossa alegria olhar a tabela.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Além de parabenizar o Figueirense e, sobretudo, o Concórdia e a Chapecoense, acho que a carne de frango e de suíno estão sendo um adicional no esporte de Santa Catarina.

Eu concorda com v.exa., deputado Maurício Eskudlark, quando fala sobre a importância dos Consegs para a segurança pública do estado de Santa Catarina.

Sem dúvida alguma, muitas providências devem ser tomadas. Nós precisamos de mais viaturas, de mais câmeras de monitoramento - e o governador Raimundo Colombo está tomando as providências devidas -, de mais inteligência, mas precisamos, sobretudo e fundamentalmente, da participação da comunidade, da interação com a comunidade, do envolvimento da comunidade. E essa participação forte da comunidade na segurança pública tem que ser estabelecida através dos Consegs.

Encerro o meu aparte, deputado Maurício Eskudlark, fazendo menção à sessão especial solicitada pelo deputado Altair Silva, que está aqui há poucos dias, mas já se comporta como um veterano, que será realizada hoje à noite e que se destina a homenagear os técnicos agrícolas. O deputado Reno Caramori é mestre agrícola. Eu não conhecia essa profissão. Eu sabia que existia técnico agrícola.

Mas o deputado Altair Silva propôs a realização de uma sessão especial em homenagem ao Dia do Técnico Agrícola hoje à noite. Certamente será muito representativa e eu vou participar porque sou técnico agrícola formado na Escola Técnica Federal de Araquari e trabalhei por dez anos com os agricultores da minha cidade, Joinville.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado Darci de Matos.

Como eu dizia, teremos uma audiência sobre segurança pública e será bom que a população acompanhe e saiba o que está sendo feito. Balneário Camboriú está com 22 homicídios este ano e, infelizmente, esse número é o dobro do aceitável pela ONU.

Portanto, sabemos do empenho e junto com as autoridades policiais civis e militares do município vamos discutir sobre segurança pública, com a presença do secretário de Segurança, do delegado-geral, do comandante-geral e do diretor de Polícia do Litoral, dr. Artur Nitz, sendo que a sede é em Itajaí e ele procura administrar da melhor maneira possível a região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença na Casa dos alunos Vinicius Willian de Abreu e



André Santos, que estão representando a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, sendo que um é de Serra Alta e o outro é de Maravilha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, colegas deputados e deputadas e público que acompanha a nossa sessão, uso o espaço do meu partido, o PSDB, para fazer, primeiramente, um agradecimento a todos os líderes que permitiram que em seguida à Ordem do Dia nós tenhamos a apresentação e o convite, com a parceria da Assembleia Legislativa, para mais um Jogos Abertos de Santa Catarina.

Já estão presentes na Casa o presidente da Fesporte, juntamente com os seus diretores e assessores; o presidente da Fundação Municipal de Desportos de Blumenau, Sérgio Galdino, acompanhado de diretores; e também um grande desportista do estado, atleta e grande jogador de futebol, Adão Goulart, que foi técnico de futebol de vários clubes de Santa Catarina, mas também jogador profissional, especialmente em Blumenau, no Palmeiras e no BEC. E ele foi meu treinador de futsal quando eu jogava por Blumenau, em 1970, nos primeiros Jogos Abertos.

Mas os Jogos Abertos de Santa Catarina merecem efetivamente um destaque na Assembleia Legislativa. Todos conhecem a história dos Jogos Abertos, que foram criados em Brusque, por alguns desportistas liderados, na época, por Arthur Schlösser. E ao longo desses cinquenta e poucos anos eles vêm sendo o grande evento esportivo em nosso estado e, com certeza, o segundo maior evento esportivo do Brasil em quantidade de atletas, em quantidade de municípios que participam e em quantidade de modalidades esportivas. E não somente apenas nos números, mas também na excelência da organização e também nos resultados alcançados, com índices até olímpicos.

Então, os Jogos Abertos, sem dúvida, são o nosso grande evento. E a Assembleia Legislativa se incorporará a esse evento que neste ano vai ser realizado na cidade de Blumenau.

Quero cumprimentar o sr. Sérgio Galdino, presidente da Fundação Municipal de Desportos de Blumenau que, juntamente com o prefeito Napoleão Bernardes, teve a coragem de assumir esse evento. Por que digo isso? Porque o prefeito havia assumido recentemente a prefeitura municipal quando lhe foi colocada a oportunidade de realizar os Jogos Abertos. O prefeito não hesitou, topou, e juntamente com o sr. Sérgio Galdino assumiu a responsabilidade de realizar os Jogos Abertos de Santa Catarina em Blumenau.

Apenas para dados estatísticos, gostaria de dizer que dos 52 Jogos Abertos já realizados até hoje, vamos realizar este ano a 53ª edição, a cidade de Blumenau foi campeã em 39 edições, mas realizou apenas cinco. Isso mostra a força esportiva de Blumenau ao longo de todos esses anos.

Mas o importante dos Jogos Abertos é que eles não são apenas de um município, eles são efetivamente do estado de Santa Catarina. Vários municípios que já os realizaram sabem como é difícil, complexo e complicado. Sabem da responsabilidade que é preparar a estrutura não só de quadras esportivas, de

ambientes esportivos, mas também de recepção de atletas, dirigentes, técnicos e demais componentes técnicos. Então, é preciso vontade e coragem para realizar os JASC.

Neste momento, quero fazer uma homenagem à nossa Fesporte, na pessoa do seu atual presidente, Erivaldo Nunes Caetano Júnior, o Vadinho, bem como a todos os seus funcionários, não só os comissionados, mas principalmente os efetivos. A Fesporte é o órgão que tem a menor estrutura administrativa do governo do estado, deputado Silvio Dreveck, e apesar disso realiza e coordena mais de 200 eventos por ano.

Portanto, essa equipe de servidores precisa ser reconhecida pela união, dedicação e pela paixão com que desenvolve o esporte em Santa Catarina. Houve época em que a delegação brasileira às Olimpíadas teve 14% de atletas catarinenses ou federados ao nosso estado. Isso mostra a força esportiva de Santa Catarina.

E quero fazer uma referência especial ao Adão Goulart, que está aqui conosco. Eu o reencontrei há 15 dias, depois de longos anos sem vê-lo. Ele foi meu técnico nos meus primeiros JASC, lá na cidade de Criciúma, onde eu ainda era juvenil. Ele me convocou para fazer parte da seleção de Blumenau. Eu saía de Pomerode às 18h, de ônibus, para treinar às segundas, quartas e sextas-feiras, e voltava só à meia-noite. Na época minha mãe me cobrava dizendo assim: "Gilmar, você tem que estudar, pare de jogar futebol!". Mas eu tinha uma paixão especial pelo esporte e fui aos Jogos Abertos.

Depois ocorreu uma briga histórica em Blumenau entre a Artex e o Guarani, que eram os dois principais clubes. O Guarani chegou a ser bicampeão catarinense. Havia uma briga local e o Guarani não estava incorporado aos Jogos Abertos. Na última semana acabaram fazendo as pazes e incorporaram-se à equipe.

O Adão dirigiu a equipe, que foi vice-campeã invicta; só perdemos a final, nos pênaltis, para Florianópolis. Na época eu fiquei revoltado porque era titular nos treinos, mas com a incorporação do Guarani, fiquei na reserva. Acabamos eu e mais os outros três juvenis não participando da partida final. Ficamos na arquibancada e na hora de receber a medalha não fomos receber. E essa minha medalha ficou com o Adão. Há 15 dias ele me ligou dizendo que tinha um presente para me dar, a medalha! E hoje fui reencontrá-lo pessoalmente.

Quero agradecer às pessoas que me deram a oportunidade desse reencontro. Hoje vou receber a minha medalha de vice-campeão dos Jogos Abertos de Criciúma, em 1974.

Quero mais uma vez, sr. presidente, dizer que a Assembleia Legislativa sempre foi parceira do esporte de Santa Catarina. Quem criou a Fesporte foi o governador Vilson Kleinübing e quem aprovou a lei de criação foi a Assembleia Legislativa. Esta Casa nunca faltou ao esporte e mais uma vez estará incorporada aos 53º Jogos Abertos de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0279/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Associação Caçadoreense de Imprensa Joair dos Santos Lima - Acijo -, de Caçador.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0353/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Associação Família Zalewski - Casa de Apoio Amor Fraternal -, de Porto União.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do projeto de Lei n. 0369/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores Amigos Primavera - Amap -, de Mafra.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0453/3013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 1.152, de 1954, que declara de utilidade pública a Sociedade Hospitalar Beneficente de Saudades.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0454/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 14.631, de 2009, que declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Barra Velha - Asaprev.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0455/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 14.775, de 2009, que declara de utilidade pública a Associação Voluntários Amigos dos Bichos, com sede no município de Chapecó.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0456/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 13.832, de 2008, que declara de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Tubarão.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0027/2011, de autoria do deputado Manoel Mota, que dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular em estabelecimentos bancários.

Ao presente projeto foi pensado o PL n. 0052/2011 e apresentadas uma emenda modificativa e uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0039/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que assegura a oferta de alimentação saudável e adequada aos beneficiários da alimentação fornecida pelo estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Saúde, e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0092/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que institui a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0133/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que assegura a gratuidade do transporte coletivo público intermunicipal às crianças menores de sete anos e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0257/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui a campanha estadual Todos Somos Pedestres - Respeite a sua própria preferência, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Educação, Cultura e Desporto e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Solicito aos srs. deputados que estão em seus gabinetes que compareçam ao plenário, a fim de que possamos dar continuidade à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do parecer da comissão de Constituição e Justiça ao Requerimento n. 0006/2013, que solicita a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito das Águas.

Em discussão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para discutir, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. parlamentares, srs. parlamentares, este tema já andou pela Casa e novamente temos o debate do recurso que apresentamos contra a comissão de Constituição e Justiça, que limitou a investigação da CPI ao caso da empresa Águas

de Palhoça, no município vizinho na Grande Florianópolis.

Assim, queremos questionar, em primeiro lugar, a prerrogativa da comissão de Constituição e Justiça de limitar o poder de investigação dos parlamentares e o próprio objeto da CPI, buscando que se permita investigar mais amplamente o objeto inicial do nosso requerimento.

Srs. deputados, trouxemos o nosso recurso, mas vou poupá-los de uma leitura mais destacada, porém estamos de posse de uma série de jurisprudências consolidadas do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que não cabe a órgão fracionário do Poder Legislativo brasileiro decidir ou limitar o poder de investigação dos parlamentares.

Destaco, em especial, um trecho de um desses reiterados julgados do nosso Supremo Tribunal Federal.

(Passa a ler.)

“A rejeição de ato de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, ainda que por expressiva votação majoritária, proferida em sede de recurso interposto por líder de partido político que compõe a maioria congressual, não tem o condão de justificar a frustração do direito de investigar que a própria Constituição da República outorga às minorias que atuam nas Casas do Congresso Nacional.” [sic]

Obviamente que essa discussão se trata da Câmara Federal, e o Supremo Tribunal Federal, inclusive, deputado Sandro Silva, por provocação do então deputado federal pelo PPS, Fernando Coruja, disse que órgãos fracionários não podem limitar o poder das CPIs.

(Continua lendo.)

“Portanto, conforme se pode facilmente constatar, é expressamente vedado pela jurisprudência firmada pelo STF o uso de subterfúgios ou manobras, independentemente da sua natureza normativa, que reduzam ou aniquilem o âmbito de atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito, frustrando a prerrogativa constitucional das minorias parlamentares do salutar direito de investigação.

Neste sentido, ressalva-se, e é importante ressaltar, que o assunto tratado é extremamente caro ao regime democrático e as relações que devem nortear a convivência e o respeito da base governista com grupos minoritários.

Não existe na história do Parlamento brasileiro precedente de que a maioria, a pretexto de interpretar requerimento de CPI, reduza o seu âmbito de atuação. Permitir que a delimitação de fato determinada, ou seja, do âmbito de atuação da CPI, seja estabelecido a critério de oportunidade de conveniência de interesse da maioria governista, abre grave precedente institucional, capaz de aniquilar o direito subjetivo das minorias de investigação conquistado com o aperfeiçoamento do estado democrático de direito.

Se prevalecer o parecer da comissão de Constituição e Justiça nos termos em que se encontra, em outras palavras, somente será investigado pela CPI o que a maioria governista autorizar. E esse é o ponto fundamental em que temos a responsabilidade e o dever histórico de evitar, sob pena de um grave retrocesso institucional.”

Mas a par da discussão filosófica de atenta observação dos limites da democracia, nós também precisamos discutir o mérito do que estamos buscando aqui, o fato determinado. Ora, srs. parlamentares, o estado de Santa Catarina viu a prisão de agentes

públicos no município de Palhoça, viu a clara intervenção que a municipalidade de Palhoça teve no processo de municipalização da água e do esgoto e os interesses escusos que houve por trás disso.

Mais do que isso, a imprensa catarinense noticiou que essa mesma empresa que atua em Palhoça atua também em outros 26 municípios catarinenses e em todos eles com contratos precários, sem licitação. Em alguns deles outra empresa ganhou o processo licitatório, mas essa empresa por terceirização passou a atuar também.

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina tem alertado sobre a fragilidade do sistema de privatização e municipalização dos serviços de água e saneamento em Santa Catarina, como é o caso de Palhoça, como é o caso, por exemplo, de Capivari de Baixo, onde nenhum real arrecadado a título de saneamento vai para saneamento. Nós somos o estado que tem o segundo pior saneamento no Brasil. E tanto Palhoça quanto Capivari de Baixo não vão mudar esse cenário, porque nos dois municípios, tudo que arrecadam, dito pelo prefeito, vai para a folha. Portanto, não vai para saneamento.

A nossa responsabilidade é, num primeiro momento, de resguardo das relações democráticas. A maioria governista não pode impedir o exercício democrático de investigar das minorias. Nós temos os 14 parlamentares necessários para formar uma CPI. Nós alcançamos 19 assinaturas. Espera o povo catarinense que esses parlamentares tenham a responsabilidade de saber o que estão assinando na hora que assinam.

Nós temos a imprensa noticiando à exaustão um sistema que nos obriga a ver que há um conluio organizado no estado de Santa Catarina para fraudar o povo no seu sistema de água e saneamento. Nós vemos a Justiça acolhendo pedido do Ministério Público e vemos o TCE dizendo das irregularidades. Só esta Casa é que ainda não investigou.

É inadequado que investiguemos somente a Palhoça. Em Palhoça já se prendeu, já se afastou agente público, já se prendeu o empresário. Assim, esta Casa não pode furtar-se de ver que em outros municípios catarinenses o cenário se repete, é idêntico e por isso exige a nossa investigação.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Na realidade, eu quero também discutir a matéria, não apenas uma parte, porque esta Casa muitas vezes tem dois pesos e duas medidas para ações e pareceres semelhantes. Num determinado momento a manifestação da comissão é a questão da CPI das Águas não ter um fato determinado para investigar. Num segundo instante, diz-se que tal matéria não é pertinente a esta Casa, mesmo sabendo que água é uma questão de direito e concessão pública.

Ora, a CPI da Telefonia, que tem como presidente o deputado Sílvio Dreveck e que fez um belíssimo trabalho, seguindo essa tese, esse raciocínio, também é inconstitucional. No entanto, quebrou-se o paradigma na medida em que se fez o debate claramente.

A criação da Câmara do Tribunal de Justiça para a cidade de Chapecó, projeto do deputado Gelson Merisio, em tese também é inconstitucional, mas foi aprovada por esta Casa. O Tribunal de Justiça arguiu a inconstitucionalidade do projeto no Supremo, mas aqui nós tomamos uma posição.

A questão da CPI das Águas é muito clara, porque todos sabem que o problema não ocorre apenas em Palhoça e Capivari de Baixo, mas em mais de 20 municípios catarinenses. Eu diria até que a situação de Palhoça é uma das mais esclarecidas, por tudo o que a imprensa já apurou. Pessoas foram presas, afastadas.

Parabenizo a deputado Angela Albino porque é um direito democrático das minorias investigar e porque é preciso mostrar à população a justificativa para a necessidade da instalação dessa CPI.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Agradeço ao deputado Jailson Lima.

O tempo é muito curto para discorrer sobre o assunto, mas alerto a base do governo sobre um tema em especial. O estado de Santa Catarina é o fiador dos empréstimos contraídos pela Casan. Se a Casan quebrar - e o rompimento dos contratos pelos municípios pode representar isso -, quem vai pagar todos os financiamentos contraídos pela empresa é o estado.

Portanto, muito me assombra a polarização desta Casa em torno de governo e oposição no que concerne a esse tema. Porque estamos defendendo prioritariamente o estado de Santa Catarina, que vai ser responsabilizado por todos os empréstimos da Casan, se essas municipalizações fraudulentas continuarem a acontecer.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam o parecer da comissão de Constituição e Justiça permaneçam como se encontram.

Aprovado, com o voto contrário da bancada do PT e da deputada Angela Albino.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, tenho uma dúvida. Foi votado o parecer que era contra o que a deputada Angela Albino encaminhou?

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, é está muito óbvio quem pensa o que, mas apenas a título de correção do encaminhamento de votação, nós votamos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Votamos o parecer.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Votamos o recurso ao parecer. Não tenho dúvida de quem está pensando o que, de quem é a favor do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Quando li o projeto, disse claramente o que estávamos deliberando: discussão e votação em turno único do parecer da comissão de Constituição e Justiça do requerimento...

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu quero alertar que o que nós

votamos foi o recurso ao parecer. Eu estou recorrendo. Eu apresentei o recurso, e o que esta Casa votou agora foi o recurso do parecer.

É óbvio que o parecer não foi votado! Nós não podemos votar o parecer. Quem vota o parecer da comissão de Constituição e Justiça é a própria comissão. Nós votamos agora o recurso que apresentei ao parecer. Portanto, ficou até equivocado como nós encaminhamos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Diz o inciso IV do art. 41 do nosso Regimento Interno:

(Passa a ler.)

"Art. 4º [...]

IV - Recusado o requerimento por não satisfazer os requisitos regimentais, o presidente devolverá ao autor, cabendo recurso desta decisão ao Plenário."[sic]

Foi o que v.exa. fez. No prazo de cinco dias, ouvida a comissão de Constituição e Justiça, que já emitiu parecer, sobre o qual nós deliberamos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, não muda o resultado final. É somente o encaminhamento que está equivocado. Nós votamos o recurso que eu apresentei a este Plenário. O parecer da comissão de Constituição e Justiça se dá no âmbito da referida comissão. O que estava em votação era o recurso que apresentei à decisão da comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, acho que quanto mais claro, melhor.

Tendo em vista todas essas dúvidas que surgiram, gostaria de solicitar a v.exa. que colocasse novamente em votação, porque não ficou claro no momento da votação o que se estava votando. Assim, não sabemos qual foi o resultado e para que não pairam dúvidas a respeito dos encaminhamentos, inclusive daquilo que se está votando, seria prudente repetirmos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Deputado Neodi Saretta, com o maior respeito que tenho por v.exa., que já foi presidente desta Casa, a matéria já foi votada e não tenho como voltar atrás. Mesmo porque é apenas uma questão de interpretação.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria que ficasse claro que quem votou contra o parecer, votou por uma investigação mais ampla. É isso o que eu gostaria que ficasse registrado nos anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Deputado, já foi registrado que v.exas. votaram contra o parecer da comissão de Constituição e Justiça.

A matéria está encerrada.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0751/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0752/2013, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0753/2013, de autoria do deputado Sílvio Dreveck; 0754/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, e 0755/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também comunica que defere os Requerimentos n.s.: 1.164/2013, de autoria do

deputado Edison Andrino; 1.165/2013, da bancada do PP; 1.166/2013 e 1.167/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 1.168/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 1.169/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1.170/2013 e 1.171/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 1.172/2013 e 1.173/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 1.174/2013, de autoria do deputado Jailson Lima e outros; 1.176/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 1.177/2013, 1.178/2013 e 1.179/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.180/2013, de autoria do deputado Altair Silva, e 1.181/2013, de autoria do deputado Moacir Sopelsa.

Requerimento n. 1.175/2013, de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem ao governador do estado pedindo informações sobre os mutirões de cirurgias eletivas no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0108/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à presidenta da República e ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, parabenizando-os pelos dez anos de implantação, manutenção e aprimoramento do programa Bolsa Família.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0109/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada aos prefeitos de Florianópolis e São José, sugerindo a realização de estudo técnico para implantação de "bolsões" para motos antes dos semáforos nas principais ruas e avenidas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0100/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, a ser enviado ao governador do estado, solicitando que seja demonstrada a relação da reserva de 10% do total de vagas de trabalho destinadas às pessoas com deficiência das empresas com contratos de terceirização de serviços públicos firmados com a administração pública estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Conforme requerimento assinado pelos srs. líderes e como determina o Regimento Interno, vamos suspender a presente sessão por até dez minutos para ouvirmos o sr. Eivaldo Nunes Caetano Júnior, presidente da Fundação Catarinense de Esporte - Fesporte.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Altair Silva - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Altair Silva.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a presença nesta Casa do presidente da Atasc da cidade de Seara, nosso colega João Belli, que nos prestigia na tarde de hoje.

Registro também a presença do vereador Lacir Domingos Piaia, da cidade de São Bernardino, que nos dá o prazer da sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem à passagem do Dia Nacional do Técnico Agrícola.

Está encerrada a sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

#### ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE SAÚDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA DEBATER SOBRE A SITUAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DE ARARANGUÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 10H, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

No dia vinte e um de agosto de dois mil e treze, às dez horas, reuniram-se na sala de imprensa, da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, para a 4ª Reunião Ordinária, promovida pela Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), sobre a Presidência do **Deputado Estadual Volnei Morastoni**, os Deputados membros da Comissão de Saúde: Deputado Jorge Teixeira, Deputado vice-presidente da Comissão Antônio Aguiar, Deputado Mauro de Nadal, Deputado Serafim Venzon, Deputado Sargento Amauri Soares e Deputado Arnaldo Manfroi Morães em substituição ao Deputado José Milton Scheffer que está licenciado, Consultor Técnico Dr. Celso Luiz Dellagiustina, Cecília Gesser e Dra. Cristina Pires representando a Secretaria Estadual de Saúde, a Sra. Edileusa Garcia Fortunato, Secretária do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Saúde Público Estadual e Privado de Florianópolis, e os Vereadores do município de Araranguá acima nominados. O **senhor Presidente da Comissão de Saúde da ALESC, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, iniciou a reunião registrando objetivar a pauta devida sua extensão. Em resumo informou quatro pontos de pauta, destacando como ponto principal de pauta a situação do Hospital Regional de Araranguá, a atual situação e quais são as propostas de encaminhamento que se tem. Em seguida o Presidente destacou os demais pontos da pauta, a leitura e aprovação da Ata da 3ª reunião ordinária da comissão em seguida relatou o conjunto de correspondências que foi lido pelo presidente da comissão, e por fim depois de liberado sobre a discussão, alguns projetos de lei, uns, de utilidade pública

conforme formalidades para encaminhamentos. O Presidente informou ainda que a Secretária Estadual de **Saúde a senhora Tânia Eberhardt** encaminhou à senhora **Cecília Gesser** da assessoria da Secretaria do Estado da Saúde para acompanhar e representar a secretaria na reunião. Na seqüência, **o presidente** leu o ofício nº 07/2013, encaminhado pelo Conselho Nacional de Justiça, através do Juiz de direito e Coordenador do Comitê Executivo Estadual de Santa Catarina **o senhor Sílvio Dagoberto Orsatto**, onde apresenta o Comitê Estadual de Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência da Saúde – COMESC, que tem como objetivo viabilizar um espaço de debate e integração entre entidades afetadas às demandas de assistência à saúde visando delinear ações para aperfeiçoar a saúde pública. O COMESC convida o Presidente da Comissão de Saúde a indicar um representante para compor grupo de trabalho, e participar das reuniões ordinárias as quais são realizadas na última segunda feira de cada mês, no horário das 9 às 12h, na Sala de Reuniões do Auditório, no quarto andar, do prédio sede da Justiça Federal, em Florianópolis. Ficou estabelecido que o representante neste Comitê o Presidente Deputado Volnei Morastoni ou na sua impossibilidade designando outro deputado ou Assessor da Comissão da Saúde por ele designado. Em seguida o Deputado Volnei Morastoni, Presidente da comissão de saúde faz a leitura do ofício 032/2013 encaminhado pelo Comitê para Controle Social da Tuberculose, constituído pela Organização Governamental e Movimento Social, onde solicita a colaboração da Comissão de Saúde para o desenvolvimento de seu trabalho junto à sociedade catarinense e parceiros. O Presidente destacou que o Comitê foi criado seguindo uma recomendação do Conselho Nacional de Saúde (resolução n444 de 06 e julho de 2011), e que tem como objetivo oficializar sua implantação através de decreto do Governo do Estado. O Presidente informou que a pedido do Comitê Para Controle Social da tuberculose será agendado uma audiência com o senhor Governador, na sequência o Deputado Estadual Mauro de Nadal, membro da comissão de saúde da ALESC, propôs que o agendamento da Audiência para o Comitê fosse realizado primeiramente à

Secretaria Estadual de Saúde. O presidente encaminhou o pedido a assessoria da comissão, e solicitou o apoio se necessário dos demais membros da comissão. Ato contínuo, o Presidente informou que recebeu pela Comissão de Saúde a visita do **senhor Carlos Gilberto Crippa**, médico e Presidente da Comissão Científica da Sociedade Catarinense de Mastologia, para conhecimento que será realizado nos dias vinte sete e vinte e oito de setembro, o XVI Encontro da Escola Catarinense de Mastologia e terá como tema Diagnóstico Precoce e Prevenção ao Câncer de Mama, o presidente informou ainda que tem uma programação na casa que envolve o período da tarde do dia vinte e sete, e destacou que ele veio solicitar alguns apoios da Comissão de Saúde, além da presença dos deputados da comissão, além da presença dos deputados da casa nesse evento que seria importante em função de algumas discussões que envolve políticas públicas e principalmente relacionados com o diagnóstico precoce e também com o tratamento, bem como vários encaminhamentos. Destacou ainda o presidente da Comissão que com relação à parte da comissão de saúde está sendo providenciado com a presidência e a mesa diretora da casa para os encaminhamentos, solicitou ainda cópia do ofício a todos os Deputados Membros da Comissão de Saúde, o convite do Doutor Crippa para esse evento. Em seguida o Deputado Volnei Morastoni, presidente da comissão de saúde destacou mais um ponto de pauta, uma correspondência encaminhada pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, assinado pelo senhor Maurício Pessutto, Procurador da República, e pela Promotora Sônia Maria Demeda Groisman Piardi, onde solicita que seja informado sobre a programação das audiências sobre os relatórios de gestão da Secretária Estadual de Saúde, o presidente frisou que a secretaria teria que fazer os relatórios trimestralmente para a Assembleia Legislativa, assim como a secretaria municipal faz para a Câmara de Vereadores, o Presidente salientou que a comissão deve vários problemas com a Secretaria Estadual de Saúde e que o último relatório de gestão (RAG) que foi apresentado, sempre com atraso, foi relativo ao Primeiro Semestre do ano passado, e que todo o segundo semestre do ano passado não foi apresentado e relatou ainda um agravante, que o Conselho Estadual de Saúde não aprovou os relatórios de gestão da Secretaria Estadual de Saúde. Relatou o presidente Deputado Volnei Morastoni que agora através da Lei Complementar nº 141, esses relatórios têm que ser feitos quadrimestralmente, antes era o Poder Legislativo que tinha que chamar o Executivo para apresentar o relatório de gestão, e que agora inverteu, o próprio Executivo que por sua iniciativa apresenta ao Legislativo a cada quatro meses em Audiência Pública para apresentação do relatório de gestão; o Presidente salientou que já havia dado ciência a Secretária Estadual de Saúde em outra oportunidade, quando esteve em audiência com a secretaria de saúde a senhora Tânia Eberhardt para tratar de assuntos de interesses da Comissão e que o primeiro ponto de pauta com ela tinha sido exatamente os relatórios de gestão da secretaria estadual de saúde, e que ele deu conhecimento a ela e destacou que a secretaria está em débito com os relatórios de gestão e esteve em audiência com a Secretária no dia dezesseis de julho que logo em seguida recebeu uma correspondência do Ministério Público Federal e Estadual, encaminhado na data do dia dezesseis de julho, que deu entrada na casa no dia seis de agosto, cobrando tal fato da comissão de saúde, o presidente destacou que já havia notificado a Secretária Estadual de Saúde desta intimação do Ministério Público e que está aguardando que a Secretária agende data para a apresentação dos relatórios de gestão pendentes. Rapidamente o presidente da comissão leu o ofício de nº 018/2013 referente à Associação de Voluntários do Hospital Infantil Joana de Gusmão – AVOS que agradece pela acolhida e trabalho realizado pelo Presidente e demais membros da comissão e convida essa Casa Legislativa e a Comissão de Saúde para participar da campanha Novembro Dourado, culminando com o dia vinte três de novembro que é o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil. O Presidente salientou que é uma correspondência que convida a participar e pede o apoio logístico da ALESC para o evento solicitando ainda cópia aos demais membros da Comissão para que todos tomem conhecimento e poder participar a esse convite da Associação de Voluntários do Hospital Infantil Joana de Gusmão. Na seqüência o presidente leu o ofício nº 095/2013 encaminhado pela Deputada Estadual Ana Paula Lima que propõe que o Presidente convoque através da Comissão de Saúde a Secretária de Estado da Saúde a prestar esclarecimentos, em reunião dessa comissão, sobre os graves problemas do SAMU no Estado de Santa Catarina. Solicitando ainda a presença na reunião da empresa terceirizada que administra o SAMU (SCPM) e da Promotora Sônia Maria D.G. Piardi, e reitera o pedido com reforço diante de inúmeras denúncias da comunidade e da imprensa sobre a precariedade dos serviços que se agravam após o processo de terceirização do

SAMU de Santa Catarina. O Presidente informou que é um tema que já temos debatido e que ainda continua em aberto essa questão SAMU, em função da terceirização, os problemas que tem no Estado, os problemas que acarretam em função da relação com o Ministério da Saúde que em portaria é claro que não é admita a gestão terceirizada do SAMU de Santa Catarina, a Secretaria deixa de receber recursos em torno de 40% dos recursos federais, dos recursos para o SAMU não são repassados em razão dessa situação da terceirização. O Presidente acolheu o pedido para poder apresentar em comum acordo com a Secretaria Estadual de Saúde agendar uma data para atender essa solicitação aprovado por unanimidade. O Deputado Estadual Antônio Aguiar, membro da comissão solicitou ao presidente cópia e vistas a solicitação da Deputada Ana Paula. O Presidente, ainda como ponto de pauta, leu o ofício 0356/2013 do Deputado Estadual e membro da Comissão de Saúde Jorge Teixeira, atendendo uma solicitação da presidente da Associação da Pessoa Ostimizada em Santa Catarina, onde solicita uma audiência Pública na Comissão de Saúde, com o intuito de mostrar a atual situação dos ostimizadas no Estado de Santa Catarina. O presidente acolheu o pedido e informou que de acordo com agenda e com o calendário da Comissão de saúde, vai atender a essa solicitação. O Presidente convida a fazer parte da mesa à **Senhora Cecília Gesser**, assessora da Secretaria do Estado da saúde; e à **Doutora Cristina Machado Pires**, gerente das organizações sociais na Secretaria do Estado da Saúde; que estão representando a **Secretária de Saúde Tânia Eberhardt**, no que se diz respeito ao próximo ponto de pauta, que é a situação do Hospital Regional. O Presidente relatou ainda uma correspondência encaminhada pelo presidente da ACIVA – Associação Empresarial de Araranguá e do Extremo Sul Catarinense, o senhor Alceu André Hubbe Pacheco; o presidente da Comissão registrou a moção pela alteração da Lei 12.929 e Decreto 4.272 das Organizações Sociais, o Presidente passou cópia a todos os membros da comissão. Finalizando as correspondências o presidente da Comissão informa que devido o licenciamento do Deputado Estadual José Milton Scheffer membro da Comissão de Saúde, assume o senhor Deputado Arnaldo Manfroi Morães. Passando em seguida para o ponto principal de pauta, o Presidente da Comissão de Saúde; Deputado Volnei Morastoni relata que de acordo com informações recebidas pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Araranguá, o senhor Ozair da Silva (Banha), e de acordo com ofício nº 325/2013, atendendo o contido requerimento nº 138/2013, da Câmara de Vereadores de Araranguá, representada pelos Vereadores; Adair Jordão; Alexandre Rezende Pereira, Aquiles Ghellere; Arilton de Souza Costa, Daniel Viriato Afonso, Geraldo Mendes, Giancarlo Soares de Souza; João Abílio Pereira; José Marcio Scarssanella; Lourival João; Luiz Braz Paulino; Luiz Djalma Marcelino, Ozair da Silva; Ronaldo Soares e Volnei Roniel Bianchin da Silva, onde solicita que acompanhe a atual situação do Hospital Regional de Araranguá, bem como a visita da Secretária de Saúde que ocorrerá nos próximos dias, no Hospital Regional de Araranguá e ao Município. O Presidente destaca que esta solicitação acabou sendo transformada nessa reunião e que no primeiro momento chegou à Comissão de Saúde no final do mês de junho para o começo do mês de julho e que havia um entendimento que estava sendo solicitada uma Audiência Pública, em Araranguá para discutir sobre o Hospital Regional de Araranguá, ficou definido que seria realizada a Audiência Pública logo após o recesso; devido ao recesso e a pauta da comissão que já estava toda tomada. Após o recesso, e devido à agenda já lotada, o presidente da Comissão foi se informar se cabia fazer a Audiência Pública em Araranguá, e que ele ligou pessoalmente ao Prefeito de Araranguá o senhor Sandro Maciel, a Secretaria de Saúde, a Câmara de Vereadores de Araranguá, para se inteirar da realização dessa Audiência em Araranguá. Informou ainda que o próprio Prefeito disse que estava em curso várias tratativas de reuniões locais, com Prefeitos, Secretários de Saúde com a Secretária Estadual de Saúde, e que estaria prevista a visita da secretária Tânia para o dia 25 de agosto para uma reunião em Araranguá. O Presidente destacou que nessas condições não caberia realizar uma Audiência Pública, mais que a comissão iria acompanhar os encaminhamentos que estavam sendo feitos, informou ainda o Presidente que até se dispôs a acompanhar a Secretaria quando ela estivesse em Araranguá, informou que a secretária Tânia delegou ao Secretário Adjunto Acélio Casagrande para acompanhar essa situação de Araranguá, poder estudar essa situação, assim concluindo essa etapa, para que ela estivesse esses relatórios, estudos em mãos ela agendaria, não havia nenhuma agenda afixada para a ida da secretaria. Prosseguindo o Presidente disse que em contato com alguns vereadores foi tirada em comum acordo uma reunião na Comissão de Saúde, para que se possa tomar conhecimento de qual é a situação atual do Hospital Regional de Araranguá depois do afastamento da universidade, a administração da Organização

Social- SAS, e agora da SPDM – Associação Paulista para Desenvolvimento da Medicina, a mesma organização Social que administra os serviços do SAMU; em seguida o Presidente pediu que todos os vereadores de Araranguá e se apresentassem, assim também como os demais convidados, e em seguida a palavra será aberta aos vereadores para colocar a situação, debater o assunto para tirarmos encaminhamentos pertinentes sobre o nosso Hospital Regional de Araranguá situação, que já esta a tempo nessa situação. Informou ainda o presidente que a mais de um ano atrás, esteve em Araranguá para acompanhar a situação, no mesmo momento em que a Universidade estava se afastando, e foi realizada através da Comissão de Saúde uma Audiência Pública em Araranguá, e que da Audiência Pública foi tirado um documento e encaminhado ao Governo do Estado, com a seguinte reivindicação, que os prefeitos, vereadores, secretários de saúde da região, todo entendiam que com a saída da universidade e como o Estado não tinha interesse em assumir diretamente a gestão do Hospital de Araranguá, e que se fosse para entregar para uma organização Social, a própria comunidade regional estava se propondo a constituir uma entidade com pessoas conhecidas da região para assumir a gestão do hospital ao invés de vir uma entidade de fora que não conhece mais mesmo assim a gestão foi transferida para uma organização social, primeiramente a SAS e depois a SPDM. O Presidente passou a palavra para que todos os vereadores e representantes da secretaria se apresentassem. Após a apresentação de todo. Em seguida o Presidente da Comissão passou a palavra ao Presidente da Câmara de Vereadores o senhor Ozair da Silva (Banha) que cumprimentou o Presidente da Comissão, Deputado Volnei Morastoni e aos demais membros da Comissão de Saúde. O Presidente iniciou seu relato sobre a atual situação vivida no Hospital Regional de Araranguá; informou que o Hospital Regional de Araranguá foi construído na década de 80, 90 e que tem passado por momentos muito críticos durante o período do seu funcionamento e que tiveram lá um longo período de vários fechamentos e de administração de cunho político em alguns momentos, e que hoje é administrado por entidades privadas. O presidente da Câmara fez um breve relato histórico sobre a administração do hospital, inicialmente administrado pela Unesc, onde seguramente foi um período que o Hospital Regional começou a funcionar de forma mais concreta sem a possibilidade de fechamento, e o resultado financeiro do trabalho realizado ficava com a Unesc, já no final do ano de 2012 após algumas reivindicações com o Governo do Estado, não conseguindo a Unesc sair da administração do Hospital de Araranguá. No segundo momento o Presidente da Câmara o senhor Ozair da Silva, relatou de que como o Estado tinha interesse em administrar o Hospital por Organização Social, foi criada uma entidade em Araranguá através da unificação de várias entidades e lideranças do município para criar uma entidade lá em Araranguá para administrar o Hospital, visitaram inclusive algumas experiências com o Hospital Regional de Chapecó, administrado por uma organização social da cidade de Chapecó e foram convencidos de que não deveriam assumir o hospital, pois algumas consequências jurídicas no futuro poderiam trazer problemas para quem administrasse o hospital e não para o Governo do Estado. Destacou ainda o Presidente da Câmara que em seguida assume a administração a Organização Social SAS, que administrou o hospital por cinco meses e que tinha um contrato de um valor mensal de dois milhões e seiscentos mil reais mês, e que o resultado do arrecadado no hospital viria para a Secretaria do Estado e não ficaria com a entidade. Ressaltou o Presidente da Câmara que durante o período que a Organização Social SAS administrou, houve por parte da população de Araranguá uma satisfação, pois realmente a SAS fez uma boa administração, do ponto de vista da humanização, do ponto de vista da contratação de profissionais, de especialidades no pronto socorro, no qual sempre foi o problema do hospital Regional, da utilização da mão de obra de trabalhadores antigos do hospital, e a questão também do atendimento somente pelo SUS. Porém devido a denúncias onde a Organização Social SAS estava envolvida, e segundo relatório da auditoria realizada pela Secretaria do Estado da Saúde houve um desvio de um milhão e oitocentos mil reais durante quatro, cinco meses de gestão da organização social SAS. Por conta disso houve um rompimento do contrato da SAS com o governo do Estado, e o Governo do Estado abriu licitação para que uma nova entidade assumisse o Hospital, nesse ínterim, novamente, a Câmara de Vereadores conversou com o Governo do Estado a possibilidade não somente Organizações Sociais pudesse concorrer no processo licitatório, mais que outras entidades da sociedade civil também pudessem participar inclusive o consórcio Cis Amesc- Consórcio Intermunicipal de Saúde as Amesc gostaria de participar do pleito mais não conseguiu, a própria ACIVA, o próprio município de Araranguá, naquele momento que se houve a disponibilização dos recursos assumiria o hospital Regional de

Araranguá, e que não houve nenhuma manifestação do Governo do Estado em relação a isso, e no período recorde de nove dias foi feito um edital de licitação, e foi escolhida a nova empresa que administraria o Hospital a SPDM, a única inscrita naquele momento para participar do processo licitatório, e que a SPDM é a mesma que administra o SAMU de Santa Catarina e que hoje administra sobre liminar, neste ínterim, a Câmara de Vereadores juntamente com a ACIVA e varias outras entidades fizeram um requerimento ao Ministério Público Estadual que entrou com ação civil pública n 0004.130026372 que está tramitando na primeira vara civil da comarca de Araranguá, teve uma liminar onde o Ministério Público solicita que o governo do estado assumisse a administração do Hospital Regional, e não fosse terceirizado, teve uma liminar favorável neste sentido, porém o governo entrou com agravo de instrumento no tribunal de justiça, teve uma decisão monocrática de um dos desembargadores mantendo esta liminar, dando um prazo de cento e oitenta dias para o Estado assumir a administração do hospital, e logo depois na decisão do pleno no tribunal de justiça essa liminar foi derrubada, cabendo agora a decisão de mérito que nos não sabemos o que vai dar. Por conta disso foi agendada uma audiência, no final do mês de julho na Secretaria de Estado da Saúde, com a nova secretaria Tânia, onde estiveram presentes a Câmara de Vereadores de Araranguá, Associação Empresarial do vale do Araranguá, Secretaria de Desenvolvimento Regional do Sul e secretário de Saúde do município, onde foi repassada a secretária toda a situação do Hospital regional de Araranguá, a ACIVA trouxe um documento que foi entregue para ela, e ficou acertado que a secretária iria a Araranguá no dia sete de agosto fazer uma vistoria em loco no Hospital Regional, faria reunião todos prefeitos, depois iria a Câmara de Vereadores de a Araranguá fazer uma audiência com a população de Araranguá, sobre a situação do Hospital Regional de Araranguá. Dias depois a Câmara foi informada que a secretária não iria a Araranguá e que estavam fazendo reuniões com o corpo técnico do hospital. Hoje o Hospital regional está tendo uma superlotação para a população em geral, assim sobrecarregando a UPA de Araranguá, todo o gerenciamento do Hospital de Araranguá hoje é feito via São Paulo, precarizou o serviço e a população de Araranguá esta sofrendo com isso, o governo do Estado não tendo dado a satisfação necessária a população, e que se é um contrato firmado entre governo do estado e esta entidade esta sendo cumprindo. Toda contabilidade se concentra em São Paulo, você não tem acesso as gastos, o portal de transparência não existe, que a câmara de vereadores procurou todas as soluções possíveis, por isso vieram recorrer a Comissão de Saúde da Assembleia. E por fim, destacou que sempre que se depende do secretario adjunto Acélio Casagrande para resolver problemas em relação ao Hospital Regional dá problemas nunca passa de Criciúma as coisas, sempre dá problema, e novamente a secretaria de Estado da Saúde coloca para resolver o problema do hospital regional o secretário Adjunto Acélio Casagrande. Queremos conversar com a comissão de Saúde da Assembleia, para tirar os encaminhamentos necessários, que a comissão acompanhe junto à secretaria de saúde a situação do Hospital Regional de Araranguá, e que ser necessário fazer audiência publica que fosse feita. Com a palavra o Presidente da Comissão de Saúde Deputado Estadual Volnei Morastoni que agradeceu ao presidente da Câmara de Vereadores, e anuncia a presença do Deputado Estadual Manoel Mota em substituição ao Deputado Antônio Aguiar membro da Comissão de saúde ainda solicitou para tomar acento à mesa, um representante do SINDSAUDE - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Saúde Público Estadual e Privado de Florianópolis, a senhora Edileusa Garcia Fortunato, secretária do Sindsaude. Na seqüência o presidente deixou a palavra livre para manifestações, e anunciou a presença do Deputado Estadual Serafim Vezon, membro da Comissão de Saúde. Em seguida a palavra foi passada para o vereador Luiz Brás Paulino - LULU, que cumprimenta ao presidente e toda a mesa presente, o vereador destaca que a SPDM não tem condições de atender ao povo de Araranguá e que durante a administração da mesma, faleceram quatro pessoas por negligencia médica, entre elas crianças recém nascidas e que o governo está sendo critica por toda região, destaca que um hospital modelo o único do sul não pode continuar assim, e que a secretaria esta adiando sua visita a região, que o hospital está precarizado, não há vagas, que esta empresa não pode continuar na administração e faz um apelo aos deputados presente que tomem alguma providência em nome do povo de Araranguá. A palavra retorna ao presidente da comissão de saúde Deputado Volnei Morastoni, e é repassada ao Vereador Arilton Costa que cumprimenta a todos e inicia seu relato dizendo que tem preocupação, e que o governo do Estado não se manifesta, o povo está desacreditado no Governo, é inacreditável que o governo que repassa dois milhões e seiscentos para uma empresa, não tenha



ninguém em Araranguá para acompanhar o gerenciamento dessa empresa, é uma confiança plena nessa empresa, frisou que a última esperança é a Saúde da Assembleia. Com a palavra novamente o presidente agradece ao vereador Arilton e repassa ao vereador Aquiles Ghellere - KILA, que reforça o aspecto da saúde de Araranguá quanto a UPA, a UPA veio para ajudar a saúde de Araranguá e que estão na eminência de perder a UPA por que os recursos dos municípios não são suficientes para bancá-la, um problema desencadeia o, precisamos de uma posição dos deputados para resolver a situação da saúde em Araranguá. Com a palavra o presidente Volnei Morastoni que agradece mais uma vez o vereador de Araranguá Aquiles Ghellere - KILA, na seqüência o deputado Presidente da, Volnei morastoni, repassa a palavra ao Vereador Luiz Djalma Marcelino - LUIZ DO BAILÃO, cumprimentou a mesa e parabenizou a todos os vereadores que fizeram seu relato, faz referencia de que todas as decisões precisam passar por Criciúma, relata que a cidade está gerenciada por politicagem, estamos no fim da linha precisamos com urgência, que salvem a saúde de Araranguá, faz um apelo aos deputados, que Araranguá precisa de gente da cidade para administrar o hospital não precisa de gente de São Paulo. Em seqüência a palavra volta ao presidente da comissão que agradece ao vereador e repassa a palavra ao vereador João Abílio Pereira, que questiona que Santa Catarina, Araranguá, não tem uma entidade forte que possa administrar o Hospital Regional, porque buscar em São Paulo pede uma atenção com carinho, pois do jeito que está não pode ficar o povo de Araranguá precisa de respeito. Novamente com a palavra o Presidente agradece ao Vereador Aquiles Ghellere - KILA, e deixa a palavra aberta. Com a palavra o Deputado Manoel Mota, que cumprimentou o presidente e aos demais membros da mesa, relatou que o Hospital Regional nunca fez o papel de hospital Regional, e que houve um erro a comissão não ter ido à Câmara de Vereadores, e relatou que tiveram uma reunião com todos os prefeitos, todos os secretários de saúde regional juntamente com a secretária de saúde, e que foi tirado como encaminhamento, a criação de uma comissão com a participação efetivamente do vale do Araranguá, pois o hospital é regional e ele tem que ser regional, se não vale apenas todo aquele investimento público, e que ele já viu essa comissão três vezes na secretaria de saúde tirando encaminhamentos a respeito do hospital regional, relatou que todos os secretários de saúde do Vale do Araranguá estão fazendo um projeto com a participação da secretaria de saúde de Araranguá, que vai acontecer uma reunião na Câmara de Vereadores de Araranguá, deve estar praticamente pronto, a secretaria está só aguardando para que seja levado um encaminhamento para que tenhamos uma hospital que atenda regional, os próximos dias devemos anunciar a data em que a secretaria já com o projeto, refazendo todo o encaminhamento, e com um projeto que atenda todo vale de Araranguá, com a participação efetiva dos quinze municípios e das quinze secretarias, se não o hospital não sobrevive, destacou que quer o melhor para o município, qualidade de saúde para o seu município. Com a Palavra o Presidente da Comissão de Saúde, que agradece ao Estadual Mota e mais uma vez agradece aos vereadores presentes, retornando a palavra aos vereadores, com manifestação do Vereador Geraldo Mendes que cumprimenta ao presidente da comissão e faz uma pergunta ao Deputado Mota, que depois de todo o seu relato é o Estado que vai administrar o hospital, pois é estranho que uma empresa com tantos protestos consegue trabalhar. Sucatearão o hospital, trouxeram a UTI de primeiro mundo alguns foram para os fundo do hospital e trouxeram de novos de São Paulo. Que essa empresa não fique por lá, pois o povo está sofrendo. Temos médicos bons na nossa região, mais traziam médicos de São Paulo e pagavam mais a eles. Que os vereadores não têm acesso para fiscalizar, nos não temos acesso nenhum e não sabemos de informação nenhuma sobre essa comissão. Agradeceu ao apoio do Deputado Volnei e desejou força a Comissão de Saúde da Assembleia para que possa resolver de uma vez o problema do Hospital Regional. Na seqüência a palavra foi passada ao Vereador Adair Jordão, que informa que o problema do Hospital Regional é problema de gestão, e que o hospital vai ganhar equipamentos novos, porém com essa nova empresa é dinheiro jogado fora, reforçou o pedido de apoio aos deputados. Na seqüência a palavra foi repassada ao Vice-presidente da Câmara de Vereadores, o vereador Volnei Roniel Bianchin da Silva, que agradece ao deputado Volnei Morastoni, presidente da Comissão de Saúde, cumprimenta ao Deputado Manoel Mota e aos demais. Que a Câmara de Vereadores não vem sendo ouvida, não discute o hospital regional, e quem sofre é o povo, e que acaba estourando na Câmara, pois eles quem representam o povo. Com relação à Organização Social o grande problema hoje encontrado no hospital Regional não é porque é administrado por uma organização Social, mais sim por uma Organização Social cheia de denúncias, no qual existem dois

mil novecentos e oitenta e nove títulos protestados no valor de 6,5 milhões junto às organizações de São Paulo, o Ministério Público pediu cancelamento de convenio quando viu que a SPDM possui uma dívida de 24,2 milhões com o governo e que o cadastro de pessoa jurídica encontrasse cancelado, que a SPDM tem uma dívida junto ao INSS com cerca de 21,7 milhões, e que são encontrados irregularidades num grande numero de hospitais estaduais e municipais paulistas, o TCU sentença como devolução de dinheiro ao Fundo Nacional de Saúde também envolvendo a SPDM, temos a questão do Sindsaude que fizeram um dia de paralisação, em relação a demissões de médicos e funcionários, e que existe uma CPI na Assembleia Legislativa de São Paulo para que se investigue de verdade a SPDM. E que há uma preocupação muito grande na Câmara de Vereadores em relação a todas essas denúncias, será que governo, se nós vereadores temos o conhecimento dessas denúncias, será que o governo do Estado vem omitindo essas denúncias, e que isso pode trazer um grande prejuízo não somente para o Hospital Regional mais também para todo o estado de Santa Catarina, então essa é a nossa preocupação e indignação do povo de Araranguá, também o mau atendimento, que a Secretaria de Saúde fez um levantamento e detectou um desvio de cerca de um milhão e oitocentos de desvio da administração da SAS, mais a SAS vinha desenvolvendo um grande trabalho em relação a forma em que a UNESC trabalhava e a forma que a SAS pegou e largou para a SCPM realmente era muito melhor, apesar do desvio, vinha fazendo um grande trabalho. A Câmara de Vereadores de Araranguá não é contra a forma de administração por organizações sociais, mais sim a todas essas denúncias que se tem na região de São Paulo, que com certeza, talvez isso possa estar acontecendo no nosso município, isso prejudicaria muito principalmente o nosso cidadão que clama melhorias naquele hospital e isso não vem acontecendo. O Vereador deixou uma cópia de todas as denúncias em mãos do Presidente da Comissão de Saúde, clamou mais uma vez para que Comissão de Saúde da Assembleia olhasse com carinho a situação do hospital de Araranguá, agradecendo-a em seguida. A palavra retorna ao presidente da Comissão que agradece ao vereador e informa que o documento entregue será reproduzido para os demais membros da Comissão de Saúde, e por fim das manifestações dos vereadores, a palavra foi repassada ao Vereador Ronaldo Soares, que iniciou sua fala dando um bom dia a todos e cumprimentando a mesa aos Deputados da Comissão, toda imprensa presente e sindicatos, o vereador relata as condições de trabalho dos funcionários do hospital, e que falta funcionários para trabalhar, e que com saúde não se brinca, estamos com vidas das pessoas, clama aos deputados, aos secretários de saúde possam em Araranguá lá discutir a Saúde do povo de Araranguá e de Santa Catarina. A palavra retornou ao presidente da Comissão deputado Volnei Morastoni, que agradeceu todas as manifestações dos vereadores, e sem seguida passou a palavra as representantes da Secretaria de saúde as Cecília Gesser, Assistente de Gabinete da Secretária Estadual de Saúde; Cristina Machado Pires, Gerente das Organizações Sociais na Secretária Estadual de Saúde; para que elas possam expor quais são as providencias o que estão sendo encaminhadas de concreto por parte da Secretaria Estadual de Saúde. Com a palavra a senhora Cecília Gesser, que desejou bom dia a todos e disse que quando chegou a secretaria de saúde começou há estudar um pouco sobre política de saúde, política do SUS, e sabe o tem muita coisa que precisa ser melhorada para implantar no estado de Santa Catarina sobre política do SUS. A proposta da secretaria da saúde é colocar a vocação do hospital de Araranguá 100% SUS, como a vocação para atender a demanda de toda dessa abrangência territorial, destacou que reconhece que a situação do hospital é muito complexa, e que há vários gargalos, que tem uma demanda reprimida enorme naquela região e que a idéia primeira foi depois de toda essa discussão, desses questionamentos em relação ao modelo, de empresa Y, empresa X, vê qual é a vocação daquele hospital, e o que os quinze municípios precisam daquele hospital, por isso é que foi retardada um pouco a presença da secretaria no município de Araranguá para uma conversa com a Câmara de Vereadores, fortalecendo o que o Deputado Manoel Mota falou, houve uma conversa com os quinze prefeitos e as quinze secretarias municipais de saúde, para poder fazer o que se quer daquele hospital, qual a necessidade daquele hospital, a saúde é uma discussão muito complexa, não é uma situação pontual do município da região de Araranguá, os gargalos são imensos, destacou ainda as dificuldades encontradas nos espaços físicos onde estão instalados os nossos hospitais, e que tem muita readequação para fazer, serviço, concorda com os vereadores quando se fala de saúde, pela complexidade, implantação de serviço, contratação de profissionais, vocação do hospital, meta, gestão e gerencia reafirmando a complexidade da situação. Destacou ainda que achasse muito positiva a fala dos

vereadores, pois se eles não levantassem essa bandeira, não teria ocorrido a discussão com os quinze prefeitos e secretários de saúde, e diz ter certeza que é complexo, mais que vai evoluir independente de empresa X ou de empresa Y, pois agora é uma questão de honra para a secretária de Saúde, que o hospital vai funcionar de um jeito ou de outro, pediu um pouco de paciência devido à empresa estar na casa setenta dias e a secretária esta na casa há quarenta dias, e que a secretária achou mais prudente ela entender o que esta acontecendo naquele hospital, que foi observado com as falas dos secretários municipais de saúde que tem muita demanda reprimida, e que depois que essa demanda reprimida for resolvida a meta desse hospital ela muda um pouco, pois se tem uma demanda reprimida é porque não foi feito o atendimento, a partir do momento que você coloca a demanda em dia, você começa ter uma meta diferente, e que tudo isso esta sendo discutido internamente, o que a gente pensa nesse modelo, pois quem da às metas, quem entende o que deve ser feito em determinada região é a secretaria de estado da saúde juntamente com os secretários municipais e a região, e pediu aos vereadores para dar mais um voto de confiança a secretaria de estado da saúde, que a reunião com os prefeitos e secretários municipais foi muito positiva e que é fundamental que fique registrado que independente de organização social, empresa Y ou empresa X a secretaria está fazendo o levantamento e vai fazer que aquele hospital de certo. Destacou ainda a situação da UPA, pois conhece que a população ela vai aonde a porta abriu e principalmente quando se oferece para a população uma estrutura nova, uma novidade, é um programa que saiu nos meios de comunicação de que a UPA veio para tentar resolver a emergência, então à ida da população para a UPA é uma tendência de todos os locais onde foi instalada uma UPA. E que em conversa com a secretaria municipal de saúde de Chapecó, onde a mesma apresenta sua preocupação. A secretaria de saúde de Araranguá em todas as reuniões com a secretaria e esse elo com a direção do hospital independente de quem assumir é fundamental que esteja lincada com todos os prefeitos e todos os secretários municipais de saúde, é importante também que quem assuma esse hospital abra as portas para fazer a discussão com a câmara de vereadores do município de Araranguá, que é o município mãe de toda aquela região. Agradecendo a oportunidade Assistente de Gabinete da Secretária Estadual de Saúde espera que essa reunião tenha encaminhamentos positivos e que no menor tempo possível, possam estar apresentando a sociedade os resultados positivos do hospital regional. Na seqüência a palavra retorna ao presidente da comissão, que agradece a senhora Cecília e rapidamente passa a palavra a senhora; Cristina Machado Pires, Gerente das Organizações Sociais na Secretária Estadual de Saúde, que inicia sua fala agradecendo o convite do presidente da comissão Deputado Volnei Morastoni, salientou que o hospital Regional, é regional somente no nome, desde sua inauguração em 1986 ele nunca teve indicadores nem séries histórica de produção que seja compatível com o hospital que tenha essa missão de ser regional, não havendo dúvida que esse hospital precisa crescer, a um espaço físico imenso, a um potencial muito grande para esse hospital se ampliar, mais não se consegue fazer com a rapidez desejada, e que esse hospital tem muitas deficiências, entre elas a falta de alvará e acessibilidade e que às vezes é necessário dá um passo atrás para conseguir dar dois ou três para frente. Justificou a ausência da Secretaria Tânia. Em conversa com os secretários municipais de saúde da região por três oportunidades, lhe foi apresentado uma necessidade de ampliar uma série de serviços dentro do hospital, e que já foi feita uma discussão com SCPM que existe a possibilidade de se avançar. Em relação aos médicos contratados de fora, o que tem a seu conhecimento são somente os anestesiológicos, que atuavam no hospital regional anteriormente era um grupo de Criciúma, na verdade criciúma tinha dois grupos de anestesistas, o presidente de um desses grupos faleceu e o dois grupos se uniram e formaram um, houve uma discussão para que esse grupo continuasse no hospital, mais não houve conversa o grupo não quis mais continuar atuando no hospital de Araranguá, foi buscado anestesistas dentro do estado de Santa Catarina, foi procura na cidade na região Sul e no Estado e depois fora, o presidente do sindicato dos médicos que é anestesista o senhor Ciro Sonsini esteve ciente o tempo todo de que se trairiam médicos de fora, e por isso que vieram os médicos de São Paulo e aponta que tem dificuldades de colocar na porta do hospital vinte e quatro horas pediatras e ortopedistas, pois nunca existiu, nunca teve e que os profissionais que atuam em Araranguá nunca tiveram interesse em fazer a porta do hospital, então a SCPM procura dentro da região, e que os pediatras estão vindos de Criciúma, o que não podemos ter é um hospital regional que não tenha plantonistas na porta para poder atender o cidadão e é isso que temos tentado buscar frisou, se pos a disposição para todas

as informações e terminou informando que irão fazer um projeto que será apresentando a Secretaria Estadual de Saúde. Na seqüência o Deputado presidente da comissão agradeceu à senhora; Cristina Machado Pires, e passou a palavra à senhora Edileusa Garcia Fortunato; representante do Sindsaúde e do Fórum Catarinense Contra as Privatizações na Saúde em defesa do SUS, iniciou sua fala destacando que saúde é um direito de todos e um dever do Estado, não é uma questão de ideologia ou não é uma questão de direito, saúde não tem como medir se vai ter lucro se vai estar no vermelho, se vai estar no azul, não é possível tratar neste momento saúde como uma mercadoria. Quando se fala que é direito do estado e quando se passa para uma organização social, daí o problema não esta na SCPM, não está na SAS, o problema está no modelo de gestão que esta se tentando implantar em todo o Brasil através das Organizações Sociais, das os Sips, das organizações estatais, porque o Estado de Santa Catarina esta abrindo mão da gestão passando a ser fiscalizador, colocando metas para uma empresa privada, quando se tem uma empresa se tem um fim lucrativo se não, não teria o porquê trabalhar como empresa privada, dentro disso as leis dos SUS são muito clara quando dizem que o privado pode vir como complementar, o hospital regional de Araranguá junto com outros inúmeros hospitais vem sofrendo vários problemas, o problema de gestão, de falta de investimento, os municípios têm investido muito além do que diz a lei para investir 15%, o Estado no ultimo ano não investiu, ate tentou completar os 12% agora o Governo Federal também não tem colocado o recurso suficiente, então precisa de investimento, precisa de gestão, e discordou da fala que diz que o atendimento tem que ser um pouco mais elevado, não, que o atendimento tem que ser feito com , universalidade, equidade e integralidade e não é um pouquinho melhor é muito bem, é muito difícil ver um senhor de quase cem anos esperando numa cadeira, pacientes esperando dois meses para fazer uma cirurgia, e frisou a importância que Conselho Estadual de Saúde precisa ser informado, tem uma comissão de avaliação e fiscalização dos contratos de gestão, sobre o contrato de gestão com a SCPM, pois ali estão as metas para que a empresa cumpra, se eles cumprirem aquela meta 15% a mais ou 15% a menos ele vai receber aquele valor, que o problema da organização social é porque atender a mais se eu vou ganhar o mesmo tanto e que o estado vem descumprindo uma decisão judicial desde 2007 que proíbe o Estado de terceirizar os serviços. Pediu para abraçarem a bandeira junto com o sindicato e que o estado de Santa Catarina assuma a gestão do Hospital Regional de Araranguá com investimentos, que dois milhões e meio é muito dinheiro, vamos investir na saúde publica de qualidade com gestão estatal e faz um pedido a Comissão de Saúde da Assembléia que estude o contrato de gestão da SCPM com a secretaria do Estado da Saúde, e que a SCPM tem várias denúncias, não só a SCPM mais todas as organizações sociais e que existe alguma máfia grande são as das organizações sociais de todo o Brasil, agradeceu aparte e repassou a palavra ao presidente da comissão de Saúde que agradeceu a senhora Edileusa e na seqüência retornou a palavra ao presidente da Câmara de vereadores de Araranguá o senhor Ozair da Silva; que para sua conclusão não recebeu nenhuma novidade em relação a situação do Hospital regional de Araranguá, nem por parte da Secretaria do Estado da Saúde nem por parte do Deputado Estadual Manoel Mota, porque o aumento de trabalho no hospital regional nada mais é do que a pressão dos secretários daquilo que já estava previsto no contrato e que eles não estavam era cumprindo o contrato, e que ele tem conversado com os secretários de saúde do vale do Araranguá, o contrato diz que o diretor geral do hospital tem que residir em Araranguá e que o hospital regional tem que ter autonomia financeira independentemente da organização de São Paulo, hoje isso não esta sendo cumprido e que o hospital não tem nem diretor geral, que quem responde pelo hospital também veio de São Paulo, a diretora que responde por lá e mesma que respondia pelo SAMU em Santa Catarina, e esta no contrato. Todos nós sabemos que o hospital Regional nunca foi regional, porém a e Estado nunca se deu conta disso, e nunca quis discutir isso e nunca se colocou a disposição para discutir um hospital regionalizado e que o SISAMESC quer assumir o Hospital Regional de Araranguá, que hoje como consorcio desenvolve um bom trabalho, que tem denúncias de funcionários recebendo mais de vinte mil reais, nos queremos fazer essa discussão, não coloquem a Câmara de Vereadores como inimiga do Estado e nem como inimiga da organização que está lá, o que nos queremos é que o hospital seja administrado que não privatize a saúde. Faço as críticas ao Governo Federal por não investir aquilo que constitucionalmente deve ser investido. A nossa câmara de vereadores aprovou requerimento que junto com a associação comercial do Vale ocasionou a ação civil pública do ministério público da comarca de Araranguá que culminou sim com

uma liminar que depois foi derrubada, para que o Estado assumira o hospital. Então não veio novidade nenhuma, o aumento de serviço foi aquilo que veio no contrato. Dizer que não tem médico anestesista em Araranguá é uma mentira, e eu cito dois três, que trabalhavam sim no hospital regional de Araranguá. Por que os médicos de lá não querem trabalhar? O Chicão é anestesista. De onde é o Chicão? É de alguma organização fora de Araranguá? Chicão mora mais de vinte anos em Araranguá. É anestesista, por que não trabalha lá? Por que a forma de administrar da SCPM não permita que os médicos façam um bom trabalho. Aliás a função tem que ser SUS, é óbvio que o hospital regional tem que ser 100% SUS, nós defendemos isso. Se quiserem, entre em contato com o Sindesaúde da região sul do estado, que lá tem um sindicato próprio, pra vocês verem as informações que eles tem em relação a assédio moral. Só o ex-vereador Anísio consegue entrar no hospital para discutir essa questão. Nós vereadores não temos essa condição. Na visita da reitora da Universidade Federal ao hospital, eles não deixaram a imprensa entrar. Para nós não interessa quem vai administrar. Nós defendemos SUS. Nós queremos é que funcione, que não feche, não precarize serviço, que não diminua atendimento. Não é a novidade da UPA que levou o atendimento lá em Araranguá, é a situação de falta de atendimento no hospital regional de Araranguá. Tanto é que as secretárias municipais não conseguiam agendar os exames porque eles estavam com os equipamentos parados para não poder fazer exames. Isso é verdade. O que nos queremos é que a comissão de saúde assumira isso junto com a gente para que possamos resolver. Na sequência com a palavra o presidente da comissão de saúde, deixa aberta a palavra para os demais deputados da mesa; com a palavra o Deputado Estadual e membro da Comissão de Saúde o **Sr. Jorge Teixeira** que inicia sua fala cumprimentando o presidente, a todos os deputados presentes, os representantes de Araranguá cuja exposição deixa todos preocupados com a visão que a comunidade enxerga o maior prestador de serviços de Araranguá. Cumprimentou também os representantes de secretaria de saúde do estado, e a Edileusa que representa o sindicato dos funcionários da saúde. A assistência médica vive de relação de confiança. A assistência hospitalar só vive de relação de confiança entre a comunidade e o nosocômio que lá está. Ninguém vai ao hospital de Araranguá achando que o administrador é um corpo estranho. Pelo que estamos observando, hoje em Araranguá há uma quebra de relação de confiança diagnosticada pelos vereadores de Araranguá, é muito importante que seja levado ao secretário estadual de saúde. O estado de Santa Catarina tem uma peculiaridade nas suas empresas familiares, distribuição geográfica, municípios pequenos agrupados em municípios regionais, como Araranguá que tem mais quinze municípios em torno. E um hospital regional não se faz por decreto, nem por equipamentos. Um hospital só se torna um regional prestando serviço adequado através dos seus funcionários, seu corpo clínico e seus equipamentos às pessoas que vivem lá perto. Semelhante a Araranguá eu moro em uma região que é a do alto vale do Itajaí, são 28 municípios. O estado construiu um hospital regional em Ibirama, que não funcionou como regional. A comunidade do alto vale construiu um hospital com recursos estaduais e federais que também foi intitulado regional, mas é um hospital do estado que foi cedido para uma gestão doméstica. Uma fundação aonde a comunidade se sentem co-proprietários. É um modelo ideal, onde a associação dos municípios esta presente, os vereadores tem cadeira no conselho, aonde setores da comunidade organizada faz parte da fundação. É um modelo. Todos deputados da comissão de saúde passaram lá e não tem reclamação nem dos funcionários da fundação e nem dos médicos. Acredito que é um modelo a ser estudado pela secretaria estadual de saúde. É um modelo doméstico para os quinze municípios da região de Araranguá. É um modelo de gestão. É contrario ao costume nosso do estado de Santa Catarina impor uma OS. É a primeira vez que dou essa declaração. Declarou que tem uma OS administrando em Rio do Sul. É uma Fundação privada de direito público. Não tem o nome de OS, mas não é 100% público. Os cidadãos são os donos. O estado complementa com o que falta. E conseguem atender público privado. Os puristas de 100% estatal e os contrários de OS não entendem. A saúde é um bem público. Realmente araranguá esta sofrendo. Relatou que quer dar a contribuição para que o hospital de Araranguá se torne regional. Declarou que ele é neurocirurgião e sabe da dificuldade de implementação de referencia dessa especialidade no alto vale. Relatou que em conjunto com o Dr. Celso Della giustina e que lutou por mais de trinta anos para tornar aquele hospital regional. Relatou que acredita que a comunidade de Araranguá deve fazer seus médicos trabalharem no hospital de Araranguá e que deve se tornar regional e que a sua forma atual de administração é a pior atualmente. Vai contra os princípios da comunidade catarinense, colocar pessoas

de fora para administrar. Colocou-se a disposição para ajudar a comunidade de Araranguá. Finalizou agradecendo. O Presidente agradeceu ao deputado Jorge Teixeira e passou a palavra ao deputado Sargento Amauri Soares que iniciou seu relato cumprimentando ao presidente da comissão de saúde, os demais deputados, aos vereadores de Araranguá e a representação da secretaria estadual de saúde e dos sindicatos presentes. Relatou o caráter elucidativo da comissão em varias questões que por anos vem sendo pelezadas. Relatou sua posição clara contra a privatização da saúde, e que não se devem esperar compensações de lucro em atendimentos. E que essa lógica esta instituída no serviço da saúde é uma afronta a lógica da instituição do SUS em 1988. afirmou que as OSs são uma grande trapaça, por cumprir metas contratuais que são ínfimas diante da necessidade da comunidade. Descreveu a declaração da secretária da saúde sobre o resultado da reunião com a diretoria da SPDM a qual chegou a duas conclusões; que o estado não pode abrir mão das organizações sociais, nesse ponto o deputado qualificou como declaração de incompetência de todos os servidores da saúde do estado e a outra conclusão que para funcionar melhor tem que pagar mais. Relatou que a meta para essas OS são mesquinhas frente ao que se presta em serviços públicos, e que existe lei federal que permite essas " pilantrices" afirmou que estão se formando máfias nacionais de sugar dinheiro da saúde. E que o mesmo parece estar acontecendo em Araranguá. Que as OSs só prestam contas ao seu contratante, e a mais ninguém. Finalizou discorrendo sobre a importância da Comissão na fiscalização nos atos da saúde, e parabenizou a Câmara de Vereadores de Araranguá. O presidente retomou a palavra e agradecendo ao deputado Sargento Amauri Soares e repassou a palavra ao deputado Serafin Venzon, membro da comissão de saúde. Cumprimentou ao presidente da Comissão de saúde Deputado Volnei Morastoni e ao deputado sargento Amauri Soares, deputado Manoel Mota, aos vereadores, ao Dr. Celso Dellagiustina e saudou a todos os presentes ao encontro. Declarou a situação atual da saúde como caótica tendendo a piorar e que a solução esta em ouvir as pessoas interessadas e aqueles que podem proporcionar melhora. Opinou que a maioria dos dirigentes das OSs são mais interessadas nos cifrões que não tem vínculos sociais com a comunidade a qual atua. Citou o Deputado Jorge Teixeira o qual trouxe a discussão outro foco sobre administração. Citou também entidades filantrópicas e religiosas que assumem com responsabilidade e prezam pela qualidade do serviço. Da mesma forma que algumas OSs conforme tem sido encontrado em Araranguá são o oposto do que deveriam proceder. Expôs as dificuldades de alguns hospitais em fazer os pagamentos mesmo comprometidos e atendendo a comunidade. Sistemas de compras hospitalares burocráticos também foram citados pelo deputado. Parabenizou o Presidente da Câmara e os demais vereadores de Araranguá pela discussão sobre o assunto. Finalizou agradecendo ao Presidente. A palavra retornou ao Presidente que agradeceu ao Deputado Serafin Venzon e passou a palavra ao Assessor Técnico da Comissão de Saúde o Dr. Celso Dellagiustina, que iniciou sua fala desejando uma boa tarde ao Presidente da Comissão de saúde, aos demais deputados, aos vereadores e aos demais presentes, disse que queria fazer algumas colocações a respeito da preocupação que Araranguá esta tendo e sempre teve em outras épocas a respeito do hospital, destacou que no direito sanitário quanto mais a esquerda, ou seja mais publico é a gestão, é quanto mais a direita como as OSs sob a forma de administração do Direito Privado, e relatou que o estado passou por várias formas de mecanismos, então nos podemos ter uma gestão publica desde que mostramos eficiência, que é uma opção e é 100% SUS, a segunda é a Autarquia que também é 100% SUS que também é diretamente ligada, a terceira é Fundação Estatal que também é formada por lei e também é regulamentada pelo direito público, e temos também a Fundação Estatal Publico Privada que está prevista no Código Civil e que veio para substituir essas associações caritativas que foram faladas aqui e que comando esses hospitais. E para finalizar as OSs, destacou que sempre foi contrario a questão das OSs, que as OSs em Santa Catarina deturparam a lei federal completamente, quem lê a lei federal é uma coisa só, destacou a necessidade de várias questões obrigatórias a serem cumpridas pelo terceiro gestor na organização social, quando ela foi criada ela foi criada exatamente para ser organizada, e só cada entidade poderia atender o único hospital e teria que usar um número X de funcionários estatais dentro da sua composição que não ocorre. Destacou a criação de uma lei que contraria, e que teria que ser revista essa questões da lei federal. A cada dia que se passa temos escândalo e escândalos em cima da organização social, não bastam à questão de Araranguá, não basta à questão do SAMU, a da Cruz Vermelha no Hospital Ruth Cardoso que o estado teve que assumir por causa de problemas de pilantragem efetivamente como

aqui foi colocado. Na saúde nós não podemos entregar isso, existe na OS o contrato jurídico, contrato de gestão e o plano operativo, e esse plano operativo tem que ser feito pelos secretários e pela comunidade no sentido que o plano operativo seja exatamente aquilo que reflita as necessidades de saúde de uma região. Termina parabenizando a reunião, destaca ainda que o presidente da comissão tem um trabalho árduo pela frente e que gostou da posição das representantes do governo, Deputado Jorge Teixeira e Deputado Serafim Venzon no sentido de serem contrários as organizações sociais, frisou também outra forma que foi que é público e que não foi citado é o sistema de consórcios que é perfeitamente viável, porque o governo não implanta o consórcio com os municípios, ao seu entendimento é uma perda de poder para o governo e ele não que dar essa força para os municípios, agradeceu novamente ao presidente da Comissão de saúde. Com a palavra o Presidente da Comissão que agradeceu ao Dr. Celso Dellaguistina e parabenizou toda a Câmara de Vereadores de Araranguá, e a cada vereador ali presente e frisou que reconhece o papel que cada vereador tem quando estão ali dia a dia no cotidiano da vida da cidade com todos os problemas que se têm principalmente quando se trata de saúde que é um tema permanente, principalmente da importância que tem o hospital regional de Araranguá com essa situação que se prolonga de tanto tempo, e agradece mais uma vez aos vereadores que estão cumprindo um papel muito importante como representantes da comunidade que traz para a Comissão e aos Deputados uma responsabilidade, e entrega em mão do Presidente da Câmara a cópia a da ata da Audiência Pública realizada pela Comissão de Saúde em 2011, que foi justamente para discutir a gestão do hospital de Araranguá com a saída da gestão da universidade, pediu ao presidente da Câmara que reproduzisse cópias aos demais vereadores, pois na ata estão todos os apelos dramáticos desde a ACIVA que faz um apelo a Assembléia Legislativa para poder rever a lei e decreto referentes às organizações sociais, destacou ainda que ali estão os apelos dos prefeitos, dos secretários das associações empresárias, vereadores que estavam presentes nessa questão da gestão. Ressaltou que a proposta defendida lá foi clara que era para o Estado assumir a gestão do Hospital, e que se o Estado não assumisse a gestão do hospital que fosse dado à oportunidade regional para que pudesse administrar, esse foi o encaminhamento mandado ao Governador e a Secretaria Estadual de Saúde, frisou ainda que esse problema já vem se prolongando a tempo, que desde 1994 desde seu primeiro mandato na casa, que entre natal e ano novo o governador, mandou um projeto de lei para essa casa, uma lei que existe hoje, que transfere três hospitais do estado para terceiros, o hospital Marieta Konder, o hospital São Paulo de Xanxere e o hospital Regional de Araranguá, e que por intervenção na época do Deputado Mota e outros deputados, o de Araranguá tinha saído. Relatou ainda que já faz dezenove anos, com todos os sucessivos governos que se arrasta esse cabo de guerra nesta questão dos hospitais, da gestão dos hospitais. E hoje ela esta agudizada com essas organizações sociais e principalmente da forma como essas organizações sociais têm chegado, pois tem organizações sociais e organizações sociais, e principalmente organizações sociais sabidamente estrangeiras de fora, de outros estados com folha corrida complicadíssima de denúncias mil, e que todas as advertências que foram feitas aqui nesta casa ao Governo sobre essa teimosa insistência das organizações sociais, porém a situação se prorroga ainda, e o que acontece hoje depois de reiterados debates que foram feitos, audiências que aconteceram na Secretaria e com o próprio Governador, e por último o Governador contratou uma auditoria, uma equipe Intenacional Rolenberg, da Alemanha, e que ele como presidente da Comissão e o Dr. Celso Dellaguistina Assessor Técnico da Comissão foram duas vezes expor a esta comissão comandada pelo Secretário da Fazenda Gavazzoni, foram expor todas as audiências publicas com relato de todas, e que eles estão estudando qual o modelo de gestão que vai ser implementado, só que já muitos meses que o Governador tinha anunciado uma audiência, que ele chamou a bancada do PT partido dos trabalhadores para uma audiência e que foi feito um dialogo sobre a situação dos hospitais, e o governador disse que em trinta dias já teria esse resultado, só que o tempo está passando, e relatou ainda o presidente que na semana passada a Comissão de Saúde da Assembleia foi de improviso ver a situação do Hospital São José que já é a terceira vez que a Comissão vai e que não dá mais o diagnostico já esta feito, nós todos já temos o diagnostico da situação da saúde e dos hospitais de Santa Catarina, seja os hospitais próprios do Estado com gestão estatal, seja os hospitais do Estado que estão sobre gestão de terceiros, vários tipos de entidades ou organizações sociais, seja a situação dos outros hospitais gerais do Estado filantrópicos ou não, nós já temos esse diagnostico e já encaminhamos ao

próprio governo frisou ele. Destacou um principio da própria medicina "o melhor tratamento é o diagnostico, se eu não tenho diagnostico como vou tratar uma doença", e nós já temos o diagnostico é aplicar o tratamento, nós temos que fazer o tratamento que são as medidas que deverão ser encaminhadas que precisamos que urgentemente o governo defina qual é a proposta de gestão para sair dessa angústia que se prolonga se prorroga, inclusive até porque nós estamos no limiar de uma nova fase com a implantação das redes de atenção de Urgência e Emergência, rede de atenção piscosocial, rede Cegonha e as outras redes que são cinco, isso tudo tem dinheiro, tem dinheiro novo, é uma nova proposta de atendimento em rede, rede de Cuidados, que estar certo é essa lógica mesmo, então não tem mais como prolongar isso indefinidamente, ate porque o próprio governo do Estado nós estamos caminhando o final de terceiro ano de governo, não tem mais como prolongar essa agonia da gestão dos hospitais, nós temos que definir, e que o governo leve em consideração, ouça essa reunião que fizemos aqui é muito importante porque irá ser feito uma ata oficial, que será um documento que também será entregue aos vereadores, mais independente disso de hoje para amanhã aqui na casa os deputados vão repercutir isso, nossa TVAL vai repercutir isso, mais será preparado um documento a secretaria estadual de Saúde, independente do que as senhoras Cecília e Cristina vão levar para a secretaria um relato. O presidente da Comissão ressaltou que fez questão que a secretaria mandasse representantes aqui também para ouvir e depois levar um relato para a secretaria, que com certeza o deputado Manoel Mota vai levar pessoalmente esse tipo de relato que ouviu aqui, porém independente disso será elaborado um documento inscrito pela Comissão de Saúde para ser entregue à Secretária ao Governador relatando o que aqui foi ouvido dito, e fazendo os apelos para que se resolva imediatamente esse tipo de urgência pro Hospital de Araranguá e para todos os demais, e que há um clamor reiterado contra as organizações sociais, o governo tem que ouvir isso, dessas propostas que mais uma vez vem lá de Araranguá, através dos vereadores da Associação Comercial Industrial também essa preocupação frisou o Presidente. Finalizando em termos de encaminhamento concreto, além dessa repercussão que a reunião por si só já tem a sua ação especifica própria, além do documento que será feito com todos esses apelos, a Cecília que representa aqui a Secretaria fez um apelo em sua fala para que pudéssemos dá um voto de confiança, dá um tempo pois já existe uma comissão que já esta tratando disso para que se conclua isso, e pergunta quem são os membros dessa comissão, deputado Manoel Mota diz que é uma comissão técnica, o presidente pede que tenha um representante da Câmara de Vereadores de Araranguá acompanhado esta comissão, mais a comissão é técnica. Por fim concluído os trabalhos desta comissão, que temos que pedir para agilizar esses trabalhos, e que ocorrerá uma reunião regional lá em Araranguá para apresentar essa proposta e que a Comissão de saúde vai estar presente e que já foi manifestado à secretária que convidasse a comissão e que a comissão vai estar presente para acompanhar essa apresentação. E que se vai ser elaborado uma proposta nós temos já que apresentar a secretária e ao Governador sugestões no sentido de pontos que devem ser levado em consideração, pois não adianta ficar chovendo no molhado, batendo em ferro frio certas coisas que a comunidade já manifestou que não aceita que rejeita. Então precisamos deixar isso muito claro, o nosso objetivo é que seja dado um prazo que se apresente essa proposta e que nós vamos estar juntos acompanhando e esperamos sim que o Governo ouça esse clamor todo que esta sendo colocado, com toda essa situação que foi aqui declarada, que tem propostas dos vários mártires para ser levado em consideração, para que seja um hospital regional de fato, que seja um hospital do SUS, dentro disso nos temos que garantir o acesso, o atendimento com acolhimento com humanização com qualidade com resolutividade é isso que precisa e o que os vereadores manifestaram em todas as suas falas. Relatou ainda o presidente que nao é só ir lá e dá uma resposta, mais que tipo de resposta vai ser dado, porque existe uma questão que permeia tudo isso que é o modelo de gestão, e que se essa questão modelo e gestão não for colocada no primeiro plano não adianta, porque já sabemos que da forma como esta configurado aquilo não vai resolver, e destacou que Araranguá realmente esta abandonada esquecida, frisou que há uma necessidade desse resgate dessa reconsideração que deve ser feita com Araranguá que é uma região tão importante para o nosso estado e que a questão da saúde é um termômetro, quando isso tudo acontece lá da forma como se arrasta é um termômetro que esta mostrando esse descaso também, não só com a saúde mais também com toda a região de Araranguá. E que será feito um documento que será assinado por todos os membros da comissão da comissão de saúde para entregar a Secretária e ao Governador

num tempo curto de prazo. Pediu a palavra a senhora Cecilia, que se fazendo uma proposta, que até sexta feira essa comissão já teria uma posição numérica técnica enfim e que até a primeira semana de setembro a secretária Tânia vá até o município de Araranguá para essa audiência, se na semana que vem a representação pelos vereadores entenderem que é necessário a presença da secretária em Araranguá Dra. Cristina ir até Araranguá pra pontuar e esclarecer alguns questionamentos mais técnicos antes de fechar esses números e essas informações essa proposta a secretária também é pertinente nesse momento informou e pediu a sugestão do Presidente da Câmara de Vereadores. Com a palavra o Presidente da Comissão de Saúde, pediu a palavra o Deputado Manoel Mota pedindo para se definir essa questão e lutar por uma saúde de qualidade. Com a palavra novamente o presidente da comissão que informou que será pedido a secretária que na primeira semana de setembro antes do dia sete que é um sábado, do dia dois ao dia seis de segunda a sexta feira nos possamos ter essa reunião em Araranguá para essa proposta que vai ser apresentada. Destacou ainda o Presidente da comissão que além do que esta aqui hoje, que foi dito que nós vamos elaborar um documento que a Câmara de Vereadores também elaborasse um documento colocando nesse documento qual é a proposta específica da Câmara de Vereadores para chegar urgentemente a esta Comissão Técnica da Secretaria que esta analisando e que leve em consideração, pois se começar a fazer proposta que não estão em sintonia vai ter uma reunião lá que também não vai resolver e que vai se prolongar e não se resolve o problema, independente do que nos foi relatado aqui. Na sequência o Presidente passa a palavra o senhor Ozair da Silva; presidente da Câmara que agradece mais uma vez a acolhida da Comissão de Saúde e informa que quando a câmara de vereadores resolveu procurar a Comissão de Saúde da Alesc, sabia que era uma comissão extremamente comprometida e que faz um belo trabalho na Assembléia Legislativa e que mesmo dentro das suas limitações fará o possível para se resolver o problema do Hospital Regional de Araranguá, frisou que será feito esse documento pontuando todas as questões levantadas na reunião, porém relata que ficou uma pergunta dos vereadores e da sociedade civil araranguense é vital, frisou que o Deputado Jorge Teixeira levantou muito bem, que não existe hoje por parte dos agentes políticos de Araranguá e também da comunidade araranguense de confiança na gestão dessa empresa, se o governo do estado for para Araranguá apresentar uma proposta de melhorar muita coisa e não discutir a gestão, nós temos a certeza absoluta que até o final desse ano no início do ano que vem nos estamos aqui novamente discutindo a situação. Concluiu dizendo que o Hospital Regional de Araranguá foi administrado um período por uma fundação hospitalar de Araranguá durante um ano que foi preparado para que a UNESC assumisse a Sociedade Araranguense já se colocou a disposição para criar uma entidade o SISAMESC já se colocou a disposição, a prefeitura municipal de Araranguá já se colocou a disposição, ou seja, o que tem de estranho nesta relação onde entidades comprometidas a sociedade araranguense, com pessoas conhecidas, com CPF, com endereço com rostos não pode administrar o Hospital Regional de Araranguá e uma outra entidade pode administrar, nós gostaríamos de discutir o modelo de gestão e contam com a força da Assembleia Legislativa para ajudar nessas questões. Destacou que em relação ao calendário não tem problema algum, que eles esperam os estudos da secretária e que esse documento fosse entregue na secretária o mais urgente possível e que a ata desta reunião chegasse a Câmara de Vereadores de Araranguá antes do dia dois de setembro, pois queremos relatá-la na nossa sessão o que discutimos aqui e qual é a posição da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, queremos tirar um calendário para fazer essas reuniões lá, que não seja apenas uma visita da secretária e que nessa reunião se for possível fazer uma audiência publica nesta visita dela para que seja discutido o modelo de gestão e o que a sociedade araranguense quer com o hospital regional. E para finalizar pediu que verificasse a possibilidade da Comissão de saúde sair da reunião e ir até a secretária de Saúde conversar com a secretária para passar o que foi discutido na reunião de hoje, e que para que eles tenham uma garantia de um calendário que de fato a secretária vai estar em Araranguá fazendo isso. E por fim destacou que concorda com os encaminhamentos da Comissão de saúde, e que querem a comissão de saúde como parceira deixou claro que quer sim discutir o modelo de gestão e não acreditamos na SPDM, que gostaria de uma outra gestão, de uma gestão de caseira como foi levantado na reunião, pelas entidades de Araranguá ou pelo SISAMESC e se for possível antes da visita da secretária em Araranguá continuar a decisão do governo de que a administração continua com a SPDM nos gostaríamos de requerer a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, uma audiência

publica em Araranguá para discutir deixar claro para o governo do estado qual é posição da população araranguense do vale em relação a administração do hospital regional de Araranguá e quem deva administrar. A palavra retorna ao presidente da comissão que conclui tirando os encaminhamentos e destacando que o problema é gestão, e tem uma posição clara da organização social que lá esta, e pediu que fosse relatado esses problemas num documento específico da Câmara de Vereadores, fez um apelo a Cecilia e a Cristina para que agendasse um horário com a secretária, e colocou a comissão de saúde a disposição para que se depois desses encaminhamentos se não resolver nada, realizar uma audiência em Araranguá. Destacou o presidente também sobre uma CPI que está desde o ano passado na casa, sobre as organizações sociais, mais devido à falta de quórum regimental ainda não foi apresentada a mesa diretora. Concluindo os trabalhos o senhor Presidente Deputado Volnei Morastoni confirmou a reunião com a secretária no horário de 13:45 na secretária da saúde juntamente com a Câmara de Vereadores de Araranguá e demais deputados da comissão de saúde. O senhor Presidente, agradeceu a participação de todos e, nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião.

**Deputado Estadual Volnei Morastoni**

**Presidente da Comissão de Saúde**

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

#### ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Ao segundo dia do mês de outubro de dois mil e treze, às dez horas, na sala de imprensa reuniram-se sob a **Presidência do Deputado Volnei Morastoni**, os Deputados membros da Comissão de Saúde: Deputado Antonio Aguiar, Vice- Presidente da Comissão de Saude, Deputado Serafim Venzon, Deputado Jorge Teixeira e Deputado Sargento Amauri Soares, e como convidado o Deputado Dirceu Dresch. O senhor Presidente, abriu os trabalhos desejando boas vindas a todos colocou para leitura e aprovação dos Deputados membros da Comissão a ata da última reunião ordinária da Comissão de Saúde que tratava sobre a situação do Hospital Regional de Araranguá e os encaminhamentos. Agradeceu a presença dos representantes dos sindicatos relacionados à área da saúde de todo o Estado, e deu como ponto principal de pauta a situação dos trabalhadores da área da saúde, que vieram apresentar uma proposta e encaminhamentos que precisam ser feitos através da Comissão de Saúde. O Presidente destacou a presença do Deputado Dirceu Dresch que foi convidado devido à discussão sobre piso salarial no qual o Deputado Dirceu foi um dos grandes debatedores na Assembleia e tem todo o conhecimento histórico desse debate. Participaram também da reunião **Maria Salete Cross** - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde de Chapecó; **Tatiane de Castro** - Presidente da Federação e Diretora de Formação do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde de Chapecó; **Nereu Sandro Espezzim** - representante do Sindsaude - SC; **Elcion Jose Peters** - Diretor de Comunicação do Sindicato em Estabelecimento de Saúde de Mafra e Região; **Cibeli do Prado** - Assessora Jurídica do Sindicato em Estabelecimento de Saúde de Mafra e Região; **Lauren Tina Luz** - Presidente do Sindicato em Estabelecimento de Saúde Mafra e Região; **Cleonice Cabral** - Diretora Sindical do Sindicato em Estabelecimento de Saúde de Mafra e Região; **Cleber Ricardo da Silva Candido** - Presidente da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina e do Sindsaude de Criciúma; **Silvana Sindsaude de Criciúma**; **Ingo Ehlest** - Presidente do Sindicato da Saúde de Blumenau e Região; **Camilo Cabral** - Diretor Sindical do Sindicato em Estabelecimento de Saúde de Mafra e Região; **Joel Godoy Guerra** - Sindicato de Saúde de Itajaí e Região; **Tatiane Matos Henrique** - Procuradora do Sindicato da Saúde de Tubarão; **Lorival Pisetta** - Presidente do Sindicato da Saúde de Joinville e Região; **Maria Vieira de A. Bronco** - Presidente do Sindsaude de Lages; **Zéila J. Waltrick** - Sindsaude de Lages e **Ricardo Beppler** - Sindsaude de Lages. Como a palavra o Presidente informou os encaminhamentos retirados na reunião da Comissão de Finanças sobre as Medidas provisórias cento e noventa, cento e noventa e um e cento e noventa e dois, que diversa sobre assuntos da saúde. O Presidente da Comissão leu um ofício encaminhado pelos Sindicatos dos Representantes de Empregados em Estabelecimento em Serviços de Saúde de todo o Estado a Comissão de Saúde solicitando que fosse criado outro patamar ou inciso na Lei Complementar 459/2009 para que fosse criado um piso salarial estadual para os trabalhadores da área da saúde, superior ao atualmente praticado. O Presidente destacou ainda os quatro pilares fundamental do Sistema Único de Saúde -

SUS e a importância dos trabalhadores que estão no dia a dia do trabalho árduo da saúde, que é muito importante ouvir os trabalhadores e destacou ainda que a Comissão de Saúde se empenhará para poder ajudar no intuito de melhorias das condições de trabalho e das condições salariais. Informou ainda o Presidente que a proposta seria a criação um piso próprio específico aos trabalhadores da saúde, no sentido da valorização desses profissionais pela importância do trabalho essencial que é a Saúde. Em seguida o Presidente passou a palavra ao **senhor Cleber Ricardo da Silva Candido** presidente da Federação, que cumprimentou a todos e relatou o dia a dia as dificuldades encontradas pelos profissionais na área de saúde, a importância de se criar um novo patamar para valorizar os trabalhadores, a necessidade de se encaminhar pela Comissão de Saúde um piso digno os trabalhadores da Saúde de todo o Estado. A palavra retornou ao Presidente da Comissão de Saúde o Deputado Volnei Morastoni que agradeceu ao senhor Cleber Ricardo da Silva e repassou à palavra ao **senhor Ingo Ehlest**, que parabenizou a Comissão de Saúde e a todos os Deputados. Destacou que há muita discussão sobre o cálculo da insalubridade e que já foi desvinculada do salário mínimo, que o enquadramento sindical é um patamar muito importante para ser colocado como defesa. Em seguida a palavra foi passada ao **senhor Nereu Sandro Espezim** representante do SINDSAUDE de Florianópolis que salientou a importância da criação ou elevação do patamar tendo em vista várias mudanças que vem ocorrendo no estado de Santa Catarina com a vinda das Organizações Sociais e que, utilizam dos profissionais CLTs com uma visão não tão clara de valorização do profissional em geral como o trabalhador num todo. Na sequência a palavra retornou ao Presidente que agradeceu ao senhor Nereu Sandro Espezim e passou à palavra ao senhor Lorival Pisetta Presidente do Sindicato da Saúde de Joinville e Região, que destacou a importância da categoria ter salários mais justos e que se crie um piso específico para a Saúde. Com a palavra o Presidente Deputado Volnei Morastoni agradeceu ao senhor Lorival Pisetta e passa a palavra ao **Deputado Estadual Dirceu Dresch** que cumprimenta a mesa e a todos os sindicalistas, agradece ao Presidente e aos demais membros da Comissão de Saúde a oportunidade de estar discutindo na comissão, relatou que o sistema esta insustentável que precisa ser mexido, não da para continuar, onde gera o problema da desorganização do processo em parte do sistema SUS, e que é preciso organizar o sistema, criar um sistema mais enxuto e mais organizado, em consideração ao piso, a casa tem autonomia para fazer, afirmou que é possível através da Comissão de Saúde fazer uma emenda, encaminhar um projeto para alterar, porém ele não vê possibilidade de se criar em nível de estado um piso específico teria ser a nível Nacional, e como encaminhamento final destacou não vê possibilidades para a criação de novo piso a nível estadual, destacou ainda que o que poderá ser feito e a mudança de faixa que pode ser apresentado pela Assembleia através da Comissão de Saúde, fazer um projeto de emenda de mudança de faixa do piso Catarinense, o piso ajudou todas as categorias catarinenses a melhorar sua faixa salarial, e se colocou a disposição para contribuir. Em seguida a palavra retorna ao presidente que repassa o **Deputado Sargento Amauri Soares** que cumprimenta ao presidente e aos demais membros da Comissão e a todos os sindicalistas, relata as dificuldades enfrentada pelos trabalhadores da área da saúde e se mostra favorável a proposta de alteração de faixa, ressalta as dificuldade da criação de uma nova faixa . Ato continuo do presidente retoma a palavra e encaminha ao senhor Cleber Ricardo da Silva que destacou mais uma vez que já fizeram uma conversa com as Centrais Sindicais em relação à alteração do patamar, e que as Centrais apontaram como positiva mais que vem uma dificuldade de estar fazendo isso via negociação com os patrões e como orientação pediram que procurassem aos deputados como ponta de apoio. Em seguida a palavra retornou ao Presidente que repassou na sequência ao Vice-presidente da Comissão de Saúde **Deputado Antônio Aguiar** que agradeceu a presença de todos e destaca a importância do debate, que todos os deputados da comissão ajudarão de alguma forma essa categoria colocou-se a disposição da categoria para achar uma forma mais eficaz e que beneficie toda a categoria da saúde. Na sequência a palavra retorna ao Presidente que repassa ao **Deputado Jorge Teixeira** que cumprimenta a todos e faz uma troca de experiência com o que foi feito com o sindicato da hospitalidade, ressalta a importância de ser negociado através das Centrais Sindicais com a classe patronal, destaca ainda que para a criação de uma nova faixa e mais difícil mais alterar e possível, colocou a disposição assim como todos os membros da Comissão de Saúde para ajudar a fazer a mudança de faixa. Em seguida a palavra retornou ao presidente que passou ao **Deputado Serafim Venzon**, que cumprimenta a todos e ressalta a importância desse movimento para a categoria da saúde, destaca ainda que tem que

haver um aporte maior de recursos para a saúde. Com a palavra o presidente da Comissão de Saúde que repassa novamente para a manifestação do Deputado Sargento Amauri Soares, que faz uma proposta para que a Comissão de Saúde através de seus membros assinem um projeto sugerindo a mudança dos trabalhadores de saúde da faixa do piso regional para a faixa mais alta, fazendo assim um debate dentro do poder, e se possível aprovar e que as assinaturas já e uma forma que comprovar que a Comissão de Saúde está junta com os trabalhadores da área da saúde. Na sequência a palavra retornou ao presidente da Comissão Deputado Volnei Morastoni para fazer os encaminhamentos, destacando que a reunião foi um momento importante, e que para a elaboração de um projeto para mudança de faixa terão que conversar com os outros Deputados da casa, destacando que a saúde e a prioridade das prioridades, a saúde precede todas as políticas públicas, que há uma luta grande mais que também há avanços, o Ministério da Saúde tem muitos recursos que fluirão através das redes de atenção, a saúde precisa de mais dinheiro, em termos práticos de entendimento questionou o que será proposto, que se precisa definir uma proposta, que se faz a mudança da segunda faixa para a quarta ou tentar uma proposta de criação para uma nova faixa específica para os trabalhadores da saúde, seja uma, ou seja, outra deverá ser apresentado um Projeto de Lei Complementar, subscrito pela Comissão de Saúde, na casa, propôs também uma subcomissão para que através da Comissão de Saúde sejam tiradas agendas para dialogar com as Centrais Sindicais, Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos e setor patronal, e que assim seja definida uma proposta. O Presidente passou a palavra ao senhor Ingo Ehlest presidente do SINDSAUDE de Blumenau que se manifestou sugerindo que a Federação ficasse como intermediadora da Comissão de Saúde para fazer essas reuniões paralelas, e que traga para a Comissão de Saúde a proposta ideal, solicita uma reunião no mesmo momento com os sindicatos para que seja elaborada uma proposta. Na sequência a palavra retorna ao Presidente da Comissão de Saúde que ressalta que aos sindicatos voltem a se reunir para definir uma proposta, e que se for para fazer uma nova faixa qual o valor que deverá ser colocado, a partir dessa definição será elaborado um Projeto de Lei, sugere ainda que a Federação faça agendas para conversar com os Deputados das Comissões onde irá tramitar a matéria, com o Dieese, com as Centrais Sindicais. O Presidente passa a palavra ao senhor Lorival Pissetta presidente do SINDSAUDE de Joinville que afirma que a decisão é unanime de ser criada uma nova faixa para os trabalhadores da Saúde, para que a categoria se sinta contemplada. Na sequência a palavra foi passada ao Deputado Jorge Teixeira que afirma que a proposta do senhor Ingo Ehlest e muito prudente, e mais lógico começar avançar vagarosamente até tornasse realidade, e vê com muita dificuldade a criação de uma nova faixa. A palavra retorna ao Presidente que solicita mais uma vez que os sindicatos se reúnam e apresentem uma proposta para a Comissão de Saúde, e que, através da subcomissão tirem uma agenda de trabalhos. Na sequência a palavra e repassada ao senhor Cleber Ricardo da Silva Candido presidente da Federação, que faz uma proposta ou se encaminha a alteração do último patamar ou discuti na Federação uma nova proposta. Em seguida o Presidente da Comissão de Saúde Deputado Volnei Morastoni faz os encaminhamentos informando que a Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina fez uma proposta para que se encaminhe a alteração de faixa, da faixa dois para faixa quatro, assinado por todos os Deputados Estaduais Membro da Comissão de Saúde. Em seguida o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem seus Projetos de Lei: O Deputado Antonio Aguiar relatou o **PL./0259.4/2012**; vista ao Deputado Antonio Aguiar; relatou o **PL./0216.4/2012**; vista ao Deputado Antonio Aguiar; relatou o **OF./0375.3/2013**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade, relatou o **OF./0238.6/2013**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0038.0/2013**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0087.9/2013**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./03888/2013**; voto pelo diligenciamto, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0401.0/2013**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0458.5/2013**; relatou o **OF./0248.8/2013**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0655.8/2013**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0171.4/2013**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0652.5/2013**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; Na sequencia o presidente passou a



palavra para o Deputado Sargento Amauri Soares que relatou o **PL./0039.5/2013**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **PL./0336.0/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **PL./0302.1/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **PL./0076.0/2011**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0186.0/2013**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0380.0/2013**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0175.8/2013**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0278.3/2013**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0362.9/2013**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0290.0/2013**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; o **OF./0347.0/2013**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0347.0/2013**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0204.7/2013**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0147.4/2013**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0153.2/2013**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; Em seguida o deputado presidente passou a palavra para o Deputado Serafim Venzon que relatou **PL./0208.4/2013**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **PL./0075.5/2013**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **PL./0234.6/2013**; voto pelo aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **PL./0089.4/2013**; voto pelo aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **PL./0042.0/2013**; voto pelo aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **PL./0297.0/2011**; voto pelo aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0133.9/2013**; voto pelo aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0546/2013**; voto pelo aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0266.0/2013**; voto pelo aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0344.7/2013**; voto pelo aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0493.8/2013**; voto pelo aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0521.6/2012**; voto pelo aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0449.4/2013**; voto pelo aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0590.8/2013**; voto pelo aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0173.6/2013**; voto pelo aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0471.2/2013**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; Na sequência o presidente passou a palavra para o Deputado Jorge Teixeira que relatou o **PL./0194.4/2013**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **PL./0303.2/2012**; voto pelo aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0135.0/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0386.6/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0333.4/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0312.0/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0553.3/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Em seguida o presidente passou a palavra para o Deputado Mauro de Nadal que relatou o **OF./0373.12013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0374.2/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0309.4/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0291.0/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0325.4/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0260.4/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0237.5/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0472.3/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade;

**OF./0466.5/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0445.0/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0252.4/2013**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0241.1/2013**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0329.8/2013**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0614.0/2013**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0433.7/2013**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Em seguida o deputado presidente passou a palavra para o Deputado Arnaldo Moraes que relatou o **OF./0496.0/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0273.9/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0227.3/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0296.5/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0232.0/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0267.0/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0410.0/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0406.4/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0465.4/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0298.7/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0488.0/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0513.6/2013**; voto pela aprovação, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a reunião, a Ata será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala de Imprensa ao segundo dia do mês de outubro de dois mil e treze, às 10 horas.

Deputado **VOLNEI MORASTONI**  
Presidente da Comissão de Saúde

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 2735, de 10 de dezembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

#### RESOLVE:

**RETIFICAR** vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Sandro Daumiro da Silva para o gabinete do Deputado Altair Guidi, a contar de 9 de dezembro de 2013.

Matrícula	Nome	Nível
3314	SERGIO LUIZ BOAROLI	PL/GAB-74
3503	ALBANES BONOTTO TOLEDO DOS SANTOS	PL/GAB-72
3721	VALTER JOSE DE ANDRADE	PL/GAB-74
4012	BRAZ LOURIVALDO BONY	PL/GAB-68
4059	LUCIANO PORTO	PL/GAB-52
4477	TERESINHA BORSATO SERAFIM	PL/GAB-68
5715	LUIZ CARLOS MENDES	PL/GAB-74
5950	ANA PAULA LUCYK	PL/GAB-49
6020	EDSON DOS SANTOS FAGUNDES	PL/GAB-43
6090	MARILU BERETA CARDOSO	PL/GAB-41
6121	JEFFERSON LUIZ FERNANDES	PL/GAB-37
6259	SERGIO SAMUEL SOUZA SOARES	PL/GAB-50
6554	ANGELA MARIA VALNIER DA SILVA	PL/GAB-23
6553	SILVIA MENDES	PL/GAB-49
6557	MARIA JOSEFINA GAVA	PL/GAB-65
6735	JEFFERSON ASSUNÇÃO CARDOSO	PL/GAB-45
6744	SERGIO SACHET	PL/GAB-64
6910	PAULO DE SOUZA GUIMARÃES	PL/GAB-22
7188	ALBINO REZENDE DE SOUZA	PL/GAB-33

7338	FLÁVIO DA SILVA ALVES	PL/GAB-53
7342	ANTÔNIO DERLI RODRIGUES DA COSTA	PL/GAB-54
7390	JULIA PEDROSO ZANATTA	PL/GAB-71

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2736, de 10 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Sandro Daumiro da Silva para o gabinete do Deputado Altair Guidi, a contar de 9 de dezembro de 2013.

Matrícula	Nome do Servidor
1095	NILZETE ALTHOFF BOLAN BORGES
1585	VANEO NIEHUES
9069	LAURO SONCINI JUNIOR

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2737, de 10 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **VANEO NIEHUES**, matrícula nº 1585, do gabinete do Deputado Sandro Daumiro da Silva para o gabinete do Deputado Altair Guidi, a contar de 9 de dezembro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2738, de 10 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

**PUBLICAR** que os servidores abaixo relacionados exercem

**Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 9 de dezembro de 2013.

**Gab. Dep. Altair Guidi**

Matrícula	Nome	Cidade
7188	ALBINO REZENDE DE SOUZA	ARARANGUÁ
5950	ANA PAULA LUCYK	CRICIÚMA
6554	ANGELA MARIA VALNIER DA SILVA	ARARANGUÁ
7342	ANTÔNIO DERLI RODRIGUES DA COSTA	ROMELÂNDIA
4012	BRAZ LOURIVALDO BONY	CRICIÚMA
6020	EDSON DOS SANTOS FAGUNDES	BLUMENAU
7338	FLÁVIO DA SILVA ALVES	TUBARÃO
6735	JEFFERSON ASSUNÇÃO CARDOSO	LAGUNA
6121	JEFFERSON LUIZ FERNANDES	ORLEANS
7390	JULIA PEDROSO ZANATTA	CRICIÚMA
4059	LUCIANO PORTO	CRICIÚMA
5715	LUIZ CARLOS MENDES	CRICIÚMA
6090	MARILÚ BERETA CARDOSO	CRICIÚMA
6910	PAULO DE SOUZA GUIMARÃES	LAGUNA
3314	SERGIO LUIZ BOAROLI	IÇARA
6744	SERGIO SACHET	FLORIANÓPOLIS
6259	SERGIO SAMUEL SOUZA SOARES	FLORIANÓPOLIS
6553	SILVIA MENDES	IÇARA
4477	TERESINHA BORSATO SERAFIM	CRICIÚMA
3721	VALTER JOSE DE ANDRADE	CRICIÚMA

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2739, de 10 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

**PUBLICAR** que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 9 de dezembro de 2013.

**Gab. Dep. Altair Guidi**

Matrícula	Nome
3503	ALBANÉS BONOTTO TOLEDO DOS SANTOS
6557	MARIA JOSEFINA GAVA

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2740, de 10 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

**PUBLICAR** que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 4 de dezembro de 2013.

**Gab Dep Neodi Saretta**

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6590	RUBIO MARCIANO FERREIRA	XAVANTINA

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2741, de 10 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para

realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 040/2013.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	Helio Estefano becker Filho	Pregoeiro
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	Pregoeiro substituto
1039	Victor Inácio Kist	Equipe de apoio
1998	Bernadete Albani Leiria	
0947	Valter Euclides Damasco	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÕES FINAIS**

**REDAÇÃO FINAL DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 0005.3/2013**

Altera o inciso I do art. 14 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para estabelecer a participação majoritária da sociedade civil organizada nos conselhos estaduais de cunho social.

Art. 1º O dispositivo da Constituição Estadual abaixo enumerado, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14 .....  
I - o funcionamento de conselhos estaduais, com participação paritária de membros do Poder Público e da sociedade civil organizada naqueles de campo administrativo e econômico, e naqueles de cunho social com participação majoritária da sociedade civil;  
.....”(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de dezembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0020.5/2013**

A ementa e ao art. 2º do Projeto de Lei nº 0020.5/2013 passam a ter a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Ituporanguense de Judô, de Ituporanga.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Sala da Comissão,

Deputado Mauro de Nadal

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 03/12/13

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 020/2013**

Declara de utilidade pública a Associação Ituporanguense de Judô, de Ituporanga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Ituporanguense de Judô, com sede no Município de Ituporanga.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0076.0/2013**

O Projeto de Lei nº 0076.0/2013 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 0076.0/2013

Declara de utilidade pública a Associação Santa Catarina Dança, de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Santa Catarina Dança, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão

Deputado Mauro de Nadal

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 03/12/13

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 076/2013**

Declara de utilidade pública a Associação Santa Catarina Dança, de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Santa Catarina Dança, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 248/2012**

Proíbe a venda de rifas e afins, por crianças e adolescentes, no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica vedada a venda de rifas e afins, por crianças e adolescentes, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

§ 1º A vedação referida no *caput* deste artigo não se aplica quanto a promoção e realização de eventos que visem captar recursos para as escolas ou entidades filantrópicas, desde que cumpridas as legislações federal e estadual incidentes, bem como obtidas as autorizações necessárias.

§ 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos, e adolescente aquele entre 12 (doze) e 16 (dezesesseis) anos de idade incompletos.

Art. 2º Constatando-se o descumprimento da vedação contida no *caput* do art. 1º, o fato deverá ser comunicado ao Ministério Público para aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de dezembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0277.6/2013**

O Projeto de Lei nº 0277.6/2013 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 0277.6/2013

Declara de utilidade pública a Associação de Voluntários Josefenses de Ação Social (AVJAS), de São José.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Voluntários Josefenses de Ação Social (AVJAS), com sede no Município de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão

Deputado Mauro de Nadal

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Sessão de 03/12/13

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 277/2013**

Declara de utilidade pública a Associação de Voluntários Josefenses de Ação Social (AVJAS), de São José.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Voluntários Josefenses de Ação Social (AVJAS), com sede no Município de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 307/2013**

Declara de utilidade pública o Grêmio Recreativo Velha Guarda da Unidos da Coloninha (G.R.V.G.U.C.), de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grêmio Recreativo Velha Guarda da Unidos da Coloninha (G.R.V.G.U.C.), com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 341/2013**

Declara de utilidade pública a Associação de Amigos do Grupo Folclórico Tropeiros do Litoral, do Município de Itapema.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amigos do Grupo Folclórico Tropeiros do Litoral, com sede no Município de Itapema.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0361.1/2013**

A ementa e ao art. 1º do Projeto de Lei nº 0361.1/2013 passam a ter a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública o Grupo de Pais e Amigos pela Unidade Infanto-Juvenil de Onco-Hematologia (GUIDO), de Criciúma.

.....

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

.....

Sala da Comissão,

Deputado Mauro de Nadal

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 03/12/13

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 361/2013**

Declara de utilidade pública o Grupo de Pais e Amigos pela Unidade Infanto-Juvenil de Onco-Hematologia (GUIDO), de Criciúma.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo de Pais e Amigos pela Unidade Infanto-Juvenil de Onco-Hematologia (GUIDO), com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 371/2012**

Institui o Dia Estadual do Sindicalista, a ser comemorado no dia 9 de setembro, no

Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Sindicalista, a ser comemorado no dia 9 de setembro, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Fica instituída, em comemoração ao Dia Estadual do Sindicalista, a homenagem por ato público a ser realizado na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, após a aprovação de requerimento apresentado anualmente por um Deputado Estadual, com entrega de diplomas de mérito alusivo a data comemorada, outorgados aos homenageados indicados pelas instituições envolvidas no evento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de dezembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 375/2013**

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Chapecó.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick (CAPP), pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso gratuito do imóvel com área de 2.500,00 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 63.757 no Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob o nº 00588 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. De acordo com o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, fica dispensada a concorrência para concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei nº 10.633, de 19 de dezembro de 1997.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por finalidade propiciar um local para o desenvolvimento de ações comunitárias da Educação Especial Inclusiva.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passarão ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao concessionário, em face da gratuidade da concessão de uso.

Art. 5º Serão de responsabilidade do concessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º O concessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, o concessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e as obrigações do concedente e do concessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Chapecó.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 392/2013

Autoriza a doação de imóvel no Município de Coronel Freitas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Coronel Freitas o imóvel com área de 1.000,00 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 20.212 no Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob o nº 4281 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Art. 2º A presente doação tem por objetivo a promoção da educação no Município de Coronel Freitas.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir a finalidade da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Chapecó.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 403/2013

Autoriza a aquisição de barragens nos Municípios de Taió, Ituporanga, José Boiteux e Jacinto Machado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação da União, os imóveis correspondentes às instalações dos seguintes complexos das barragens de contenção de águas:

I - Barragem Sul, no Município de Ituporanga, com área de 1.021,00 ha (mil e vinte e um hectares), composta por 239 (duzentos e trinta e nove) imóveis matriculados conforme certidão relacional de propriedade, emitida pelo Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga em 22 de abril de 2013;

II - Barragem Norte, no Município de José Boiteux, com área de 972,62 ha (novecentos e setenta e dois hectares e seis mil e duzentos metros quadrados), composta por 209 (duzentos e nove) imóveis matriculados conforme certidão relacional de propriedade, emitida pelo Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama em 15 de maio de 2013;

III - Barragem Oeste, no Município de Taió, com área de 903,13 ha (novecentos e três hectares e mil e trezentos metros quadrados), composta por 107 (cento e sete) imóveis matriculados conforme certidão relacional de propriedade, emitida pelo Registro de Imóveis da Comarca de Taió em 16 de abril de 2013;

IV - Barragem Rio Leão e Canal D-1, no Município de Jacinto Machado, com área de 270,11 ha (duzentos e setenta hectares e mil e cem metros quadrados), composta por 42 (quarenta e dois) imóveis matriculados conforme certidões relacionais de propriedade, emitidas pelo Registro de Imóveis da Comarca de Turvo em 20 de junho de 2013 e pelo Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio em 25 de junho de 2013; e

V - Barragem Rio Bonito e Canal D-2, no Município de Jacinto Machado, com área de 156,26 ha (cento e cinquenta e seis hectares e dois mil e seiscentos metros quadrados), composta por 48 (quarenta e oito) imóveis matriculados conforme certidão relacional de propriedade, emitida pelo Registro de Imóveis da Comarca de Turvo em 20 de junho de 2013.

Art. 2º A aquisição dos imóveis de que trata esta Lei tem como finalidade regularizar a ocupação por parte do Estado, sendo que as barragens de Ituporanga, José Boiteux e Taió passarão para a administração da Secretaria de Estado da Defesa Civil e as barragens de Jacinto Machado, para a administração da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Defesa Civil e Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por representante legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 409/2013

Autoriza a doação de imóvel no Município de Atalanta.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Atalanta o imóvel com área de 1.000,00 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados), com benfeitorias não averbadas, onde se encontra instalada uma Unidade Básica de Saúde, matriculado sob o nº 3.219 no Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga e cadastrado sob o nº 03393 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município beneficiado com a doação promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes sobre o imóvel.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade regularizar a atual ocupação do imóvel por parte do Município.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir a finalidade da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Ituporanga.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 410/2013

Autoriza a doação de imóvel no Município de Palma Sola.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Palma Sola o imóvel com área de 1.200,00 m<sup>2</sup> (mil e duzentos metros quadrados), com benfeitorias não averbadas, onde funciona uma Unidade Básica de Saúde, matriculado sob o nº 2.167 no Registro de Imóveis da Comarca de Dionísio Cerqueira e cadastrado sob o nº 4278 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município beneficiado com a doação promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes sobre o imóvel.

Art. 2º A presente doação tem por objetivo regularizar a atual ocupação do imóvel por parte do Município.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir a finalidade da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### **REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 413/2013**

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Caçador.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Caçador, o imóvel com área de 3.000,00 m<sup>2</sup> (três mil metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 24.367 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade a construção de uma unidade da Polícia Civil e do Instituto Geral de Perícias, tendo sido sua doação autorizada pela Lei Complementar municipal nº 260, de 8 de março de 2013.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração (SEA) ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### **REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 424/2013**

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Massaranduba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Massaranduba, o imóvel com área de 1.050,00 m<sup>2</sup> (mil e cinquenta metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 26.848 no Registro de Imóveis da Comarca de Guaraniém.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se à edificação da Delegacia de Polícia Civil de Massaranduba, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1.523, de 6 de agosto de 2013.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração (SEA) ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### **REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 425/2013**

Autoriza a doação de imóveis nos Municípios de Água Doce, Mafra e Palhoça.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar à União:

I - o terreno com área de 13.461,00 m<sup>2</sup> (treze mil, quatrocentos e sessenta e um metros quadrados), localizado no Município de Palhoça, às margens da Rodovia BR-101, com benfeitorias não averbadas, matriculado sob os nºs 28.617, 28.618, 28.619,

28.626, 28.630, 28.632 e 28.648 no Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça e cadastrado sob o nº 01357 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA);

II - o terreno com área de 19.200,00 m<sup>2</sup> (dezenove mil e duzentos metros quadrados), a ser desmembrado de uma área maior, localizado no Município de Água Doce, às margens da Rodovia BR-153, com benfeitorias não averbadas, matriculado sob os nºs 5.353 e 6.503 no 2º Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba e cadastrado sob o nº 03351 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA; e

III - o terreno com área de 1.882,50 m<sup>2</sup> (mil, oitocentos e oitenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), localizado no Município de Mafra, às margens da Rodovia BR-116, com benfeitorias não averbadas, matriculado sob os nºs 2.683 e 2.684 no 2º Registro de Imóveis da Comarca de Mafra e cadastrado sob o nº 01565 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.

Parágrafo único. Caberá à União executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes sobre os imóveis.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade regularizar a atual ocupação dos postos de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal.

Art. 3º A donatária não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar os imóveis;

II - deixar de cumprir a finalidade da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, os imóveis.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar das escrituras públicas de doação dos imóveis, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará à donatária o direito de retenção no caso de reversão dos imóveis.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da União, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Lei nº 14.535, de 19 de novembro de 2008.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### **REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 426/2013**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Anitápolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Anitápolis o imóvel com área de 625,00 m<sup>2</sup> (seiscentos e vinte e cinco metros quadrados), com benfeitorias não averbadas, onde funciona uma Unidade Básica de Saúde, matriculado sob o nº 1.642 no Registro de Imóveis da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz e cadastrado sob o nº 3697 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município beneficiado com a doação promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes sobre o imóvel.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a regularização da atual ocupação do imóvel e a instalação de uma nova Unidade Básica de Saúde.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir a finalidade da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.



Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### **REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 430/2013**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Ibiraré.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Ibiraré o imóvel com área de 960,00 m<sup>2</sup> (novecentos e sessenta metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 3.584 no 2º Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba e cadastrado sob o nº 4270 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município beneficiado com a doação promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade viabilizar a implantação de um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir a finalidade da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joaçaba.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### **REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 431/2013**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Jaraguá do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Jaraguá do Sul o imóvel com área de 2.500,00 m<sup>2</sup> (dois mil e quinhentos metros quadrados), onde funcionava a El Ângelo Moretti, com benfeitorias não averbadas, matriculado sob o nº 43.242 no Registro de Imóveis da Comarca de Jaraguá do Sul e cadastrado sob o nº 01900 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município beneficiado com a doação promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes sobre o imóvel.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade viabilizar a instalação de um museu e de um centro cultural.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir a finalidade da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### **REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 433/2013**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Planalto Alegre.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Planalto Alegre o imóvel com área de 7.392,81 m<sup>2</sup> (sete mil, trezentos e noventa e dois metros e oitenta e um decímetros quadrados), sem benfeitorias, a ser desmembrado de uma área maior, matriculado sob o nº 48.718 no Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob o nº 03427 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

§ 1º Caberá ao Município beneficiado com a doação promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade.

§ 2º Fica estabelecido que os alunos da EEB Lurdes Tonin poderão utilizar todas as dependências esportivas para a prática de atividades curriculares.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a construção de um estádio municipal, que transformará o local num centro poliesportivo.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir a finalidade da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Chapecó.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### **REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 435/2013**

Declara de utilidade pública a Associação Coral Acalanto, de Balneário Camboriú.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Coral Acalanto, com sede no Município de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 436/2013**

Institui o Dia Estadual do Servente Escolar.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Servente Escolar, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de agosto, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de dezembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 437/2013**

Declara de utilidade pública a Associação Caminho das Águas do Tijucas, de Tijucas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Caminho das Águas do Tijucas, com sede no Município de Tijucas.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 458/2013**

Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóveis a Municípios.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder gratuitamente o uso compartilhado de imóveis, onde se encontram instaladas escolas estaduais, a Municípios catarinenses, até 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. A individualização dos imóveis, com as respectivas dimensões e matrículas, bem como os Municípios contemplados, constam do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º A presente cessão de uso compartilhado tem por finalidade o desenvolvimento de atividades educacionais de Ensino Fundamental por parte dos Municípios que aderiram ao Programa de Parceria Educacional Estado-Município, instituído pelo Decreto nº 502, de 16 de setembro de 2011, por meio de convênios celebrados com a Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º Os cessionários, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderão:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer os imóveis como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O cedente retomará a posse do imóvel, nos casos em que:

I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;

II - findarem as razões que justificaram a cessão de uso;

III - findar o prazo concedido para a cessão de uso;

IV - o Estado necessitar dos imóveis para uso próprio;

V - houver desistência por parte dos cessionários; ou

VI - ocorrer reversão antecipada.

Parágrafo único. Retomada a posse dos imóveis pelos motivos constantes dos incisos do *caput* deste artigo e diante da gratuidade da cessão de uso, as benfeitorias realizadas nos imóveis pelos cessionários serão incorporadas ao patrimônio do Estado, sem qualquer direito a indenização.

Art. 5º Serão de responsabilidade dos cessionários os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a cessão de uso, os cessionários defenderão os imóveis contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, cedente e cessionários firmarão contrato para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado nos atos de cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração (SEA) ou pelos titulares das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional das regiões em cujas áreas de abrangência encontram-se os imóveis de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

ESCOLA ESTADUAL	DESCRIÇÃO DO IMÓVEL	CONVÊNIO	MUNICÍPIO	PRAZO
EEB Maria Solange Lopes de Borba	Parte do imóvel com área de 7.664,00 m <sup>2</sup> (sete mil, seiscentos e sessenta e quatro metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 36.747 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio e cadastrado sob o nº 4021 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16799/2011-1	São João do Sul	31/12/2016
EEB José Cesário Brasil	Parte do imóvel com área de 10.000,00 m <sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 712 no Registro de Imóveis da Comarca de Anita Garibaldi e cadastrado sob o nº 03434 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 17246/2011-4	Celso Ramos	31/12/2016
EEB Prof. Benta Cardoso	Parte do imóvel com área de 10.000,00 m <sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 1.430 no Registro de Imóveis da Comarca de Seara e cadastrado sob o nº 4140 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16699/2011-5	Arvoredo	31/12/2016
EEB São Donato	Parte do imóvel com área de 7.637,39 m <sup>2</sup> (sete mil, seiscentos e trinta e sete metros e trinta e nove decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob os nºs 452, 477 e 7925 no Registro de Imóveis da Comarca de Campo Erê e cadastrado sob o nº 02705 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16842/2011-4	Saltinho	31/12/2016
EEF Prof. Tertuliano Turbido de Lemos	Parte do imóvel com área de 9.640,00 m <sup>2</sup> (nove mil, seiscentos e quarenta metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 8415 no Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim e cadastrado sob o nº 3986 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16928/2011-5	Faxinal dos Guedes	31/12/2016

EEB Prefeito Frederico Probst	Parte do imóvel com área de 13.500,00 m <sup>2</sup> (treze mil e quinhentos metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 323 no Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga e cadastrado sob o nº 3618 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 17245/2011-6	Petrolândia	31/12/2016
EEB Hermes Fontes	Parte do imóvel com área de 10.865,80 m <sup>2</sup> (dez mil, oitocentos e sessenta e cinco metros e oitenta decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 2.671 no Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga e cadastrado sob o nº 3620 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 17245/2011-6	Petrolândia	31/12/2016
EEB Otilia Müller	Parte do imóvel com área de 1.615,00 m <sup>2</sup> (mil, seiscentos e quinze metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 9.444 no Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga e cadastrado sob o nº 3617 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16839/2011-4	Chapadão do Lageado	31/12/2016
EEF Deputado Massolini	Parte do imóvel com área de 8.000,00 m <sup>2</sup> (oito mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 2.674 no Registro de Imóveis da Comarca de Seara e cadastrado sob o nº 3580 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16697/2011-9	Xavantina	31/12/2016
EEB Prof. Luiz Sanches Bezerra da Trindade	Parte do imóvel com área de 7.500,00 m <sup>2</sup> (sete mil e quinhentos metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 5.541 no Registro de Imóveis da Comarca de Seara e cadastrado sob o nº 3579 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16697/2011-9	Xavantina	31/12/2016
EEB Prof. Custódio de Campos	Parte do imóvel com área de 7.000,00 m <sup>2</sup> (sete mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 7.525 no Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim e cadastrado sob o nº 02349 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16923/2011-4	Xaxim	31/12/2016
EEB Gomes Carneiro	Parte do imóvel com área de 10.000,00 m <sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 7.529 no Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim e cadastrado sob o nº 02288 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16923/2011-4	Xaxim	31/12/2016
EEB Prof. Neusa Massolini	Parte do imóvel com área de 14.000,00 m <sup>2</sup> (quatorze mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 15.463 no Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim e cadastrado sob o nº 02323 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16923/2011-4	Xaxim	31/12/2016
EEB São Bernardino	Parte do imóvel com área de 10.000,00 m <sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 2.230 no Registro de Imóveis da Comarca de Campo Erê e cadastrado sob o nº 4098 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16802/2011-5	São Bernardino	31/12/2016
EEB Rui Barbosa	Parte do imóvel com área de 7.500,00 m <sup>2</sup> (sete mil e quinhentos metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 1.734 no Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos e Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste e cadastrado sob o nº 3692 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 15202/2011-1	São Lourenço do Oeste	31/12/2016
EEB São Valentim	Parte do imóvel com área de 8.000,00 m <sup>2</sup> (oito mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 5.346 no Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos e Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste e cadastrado sob o nº 3694 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 15202/2011-1	São Lourenço do Oeste	31/12/2016
EEB Sóror Angélica	Parte do imóvel com área de 10.200,00 m <sup>2</sup> (dez mil e duzentos metros quadrados), com benfeitorias, transcrito sob o nº 5.631, às fls. 158 do livro 3-D, no Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos e Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste e cadastrado sob o nº 4123 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 15202/2011-1	São Lourenço do Oeste	31/12/2016
EEB Bertino Silva	Parte do imóvel com área de 10.000,00 m <sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 8.305 no Registro de Imóveis da Comarca de Tijucas e cadastrado sob o nº 3623 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 19097/2011-7	Leoberto Leal	31/12/2016
EEB Volta Redonda	Parte do imóvel com área de 5.408,47 m <sup>2</sup> (cinco mil, quatrocentos e oito metros e quarenta e sete decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob os nºs 11.129 e 13.530 no Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos e Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste e cadastrado sob o nº 4291 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 15202/2011-1	São Lourenço do Oeste	31/12/2016

EEF João Alberto Schmidt	Parte do imóvel com área de 2.467,46 m <sup>2</sup> (dois mil, quatrocentos e sessenta e sete metros e quarenta e seis decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 9.475 no Registro de Imóveis da Comarca de Brusque e nº 18.799 no Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga e cadastrado sob o nº 4283 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 17285/2011-5	Vidal Ramos	31/12/2016
EEF Prof. Rodolfo Fink	Parte do imóvel com área de 6.000,00 m <sup>2</sup> (seis mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 16.643 no Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga e nº 4704 no Registro de Imóveis da Comarca de Brusque e cadastrado sob o nº 3621 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 17285/2011-5	Vidal Ramos	31/12/2016

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 466/2013**

Declara de utilidade pública a Associação de Fraternidade Ecumênica (ASFREC), de Chapecó.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Fraternidade Ecumênica (ASFREC), com sede no Município de Chapecó.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 467/2013**

Declara de utilidade pública a Associação de Atendimento Pré-Hospitalar Anjos do Asfalto, de Chapecó.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Atendimento Pré-Hospitalar Anjos do Asfalto, com sede no Município de Chapecó.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 480/2013**

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Unidos por Todos (ABUT), de Camboriú.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Unidos por Todos (ABUT), com sede no Município de Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 543/2011**

Altera o caput do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 15.531, de 2011, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º A Lei nº 15.531, de 8 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Florianópolis, pelo prazo de 30 (trinta) anos, a área de 5.088,40 m<sup>2</sup> (cinco mil, oitenta e oito metros e quarenta decímetros quadrados), que é parte do imóvel matriculado sob o nº 25.379 no 1º Registro de Imóveis da Comarca da Capital, onde se encontra instalada a EEB Celso Ramos, e cadastrado sob o nº 01269 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

.....  
Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivos a instalação de uma unidade de educação infantil e o atendimento aos projetos sociais de interesse da comunidade por parte do Município de Florianópolis.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o inciso IV do art. 6º da Lei nº 15.531, de 8 de agosto de 2011.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 027/2013**

Altera o art. 18 da Lei Complementar nº 367, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º O art. 18 da Lei Complementar nº 367, de 7 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. O juiz, quando no exercício efetivo do cargo de Diretor do Foro e ou Diretor Regional, terá direito a uma representação, não cumulativa, correspondente a:

I - 6% (seis por cento) de seu subsídio, nos foros integrados por 1 (uma) vara ou juizado especial;

II - 10% (dez por cento) de seu subsídio, nos foros integrados por 2 (duas) até 6 (seis) varas ou juzizados especiais;

III - 15% (quinze por cento) de seu subsídio, nos foros integrados por mais de 6 (seis) varas ou juzizados especiais.” (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de dezembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*